



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

NANDARA SAMYLE LIMA DOS SANTOS

**USOS DOS RECURSOS NATURAIS E CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS NA RESEX-MARINHA DE
TRACUATEUA-PA**



Belém-Pará

2022

NANDARA SAMYLE LIMA DOS SANTOS

**USOS DOS RECURSOS NATURAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA
RESEX-MARINHA DE TRACUATEUA-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Pará, como requisito Avaliativo para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo

Belém-Para
2022

NANDARA SAMYLE LIMA DOS SANTOS

**USOS DOS RECURSOS NATURAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA
RESEX-MARINHA DE TRACUATEUA-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Pará, como requisito Avaliativo para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo

RESULTADO:

DATA:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo (Orientador – PPGG/UEPA).

Profa. Dra. Márcia Aparecida Pimentel (Examinadora Externa – PPGEO/UFPA).

Prof. Dr. Francisco Emerson Vale Costa (Examinador Interno – PPGG/UEPA).

Belém – Para
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Biblioteca do CCSE/UEPA, Belém - PA

Santos, Nandara Samyle dos

Usos dos recursos naturais e conflitos socioambientais na Resex-Marinha de Tracuateua-PA / Nandara Samyle Lima dos Santos; orientação de Carlos Alexandre Leão Bordalo. - Belém, 2022.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Pará.
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2022.

1.Reserva Extrativista Marinha (Tracuateua-PA).2. Conflitos ambientais.3.
Recursos naturais. I. Bordalo, Carlos Alexandre Leão (orient.). II. Título.

CDD 23 ed. 333.72098115

Regina Coeli A. Ribeiro - CRB-2/739

AGRADECIMENTOS

À Deus, que é o grande referencial espiritual da minha vida e representa a solidez diante das dificuldades enfrentadas no decorrer desta pesquisa. À minha família, que acompanharam e vibraram a cada passo dado nessa caminhada. Ao meu parceiro de vida, Rodrigo Dias que sempre esteve ao meu lado, me dando animo e não permitindo que eu desistisse diante dos diversos percalços que tive que enfrentar. Ao meu orientador Profº Drº Carlos Alexandre Leão Bordalo que sempre foi otimista e decisivo nesta pesquisa.

Aos amigos que o mestrado me presenteou, a caminhada se tornou mais branda com a companhia de vocês. Ao meu grande amigo, Julian Rodrigues, não tenho palavras que possa descrever, o quanto sou grata por todo apoio e orientação que me deste, segurou minha mão quando achei que não sairia do lugar, obrigada por tudo.

E em especial, ao ser humano de luz, que tornou possível a realização da coleta de dados, Tia Neves, obrigada por me acolher em seu lar, me alimentar e cuidar como uma filha, durante todos os campos, essa pesquisa é em sua homenagem, queria muito retornar a Resex e mostrar o fruto do nosso trabalho, mas Deus precisou de você, sei que de onde estiver, vai estar torcendo por mim, como sempre, com esse coração imenso e todo amor que sempre exalou da senhora. Serei eternamente grata, a senhora, a minha irmã Rita de Cassia e a sua família, sem vocês nada seria possível. Por fim, quero agradecer a todos os sujeitos que colaboraram de alguma forma para realização desse sonho, a todos o meu muito obrigada!

NANDARA SAMYLE LIMA DOS SANTOS

RESUMO

Não é de hoje, que as questões socioambientais vem sendo palco de intensos debates, principalmente quando nos referimos ao futuro da humanidade. Isso se deu a partir do momento em que a sociedade passou a problematizar suas ações sobre o meio ambiente, refletindo sobre os níveis de impactos e desequilíbrios ambientais historicamente desencadeados. Sendo que esses desequilíbrios passaram a gerar controvérsias e conflitos entre as sociedades. No campo da geografia, busca-se difundir discussões acerca da dinâmica socioambiental a partir de estudos que compreendem os níveis de transformações do meio ambiente, da paisagem, do intercâmbio entre sociedade e natureza. Aqui almejamos difundir discussões acerca de conflitos socioambientais que afloram das ações de artificialização da paisagem, respectivamente na Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua – REMT, no litoral do Pará. Para tanto, fundamentamo-nos na concepção teórico-metodológica do G.T.P para compreendermos os aspectos fisiográficos da Unidade de Paisagem de campos Alagados, perceber as relações territoriais e socioeconômicas que ali se instauram e perceber, diante da paisagem humanizada culturalmente e historicamente, os conflitos socioambientais que se desenham no âmbito dos impactos que o meio biofísico vem sofrendo ao longo dos anos. Para tanto, estipulamos como objetivo geral, compreender os conflitos socioambientais na paisagem de campos alagados na RESEX-MAR de Tracuateua-PA, a partir de diferentes usos. Destaca-se, também, os seguintes objetivos específicos: I- Apresentar os aspectos fisiográficos da paisagem de campos alagados na comunidade da Chapada; II- Discorrer sobre o processo histórico de ocupação da paisagem de campos alagados na comunidade da Chapada; III- Identificar os principais usos dos recursos naturais na paisagem de campos naturais na comunidade da Chapada e IV- Identificar e analisar os principais conflitos socioambientais que ocorrem na paisagem de campos na comunidade da Chapada, RESEX-MAR de Tracuateua-PA. Para o desenvolvimento deste estudo, foi necessário realizar revisão bibliográfica e documental, desenvolvimento de acervos cartográficos como mapas e croqui, bem como trabalhos de campo, onde foram coleados dados através de entrevistas e realizou-se a retirada de fotografias da comunidade da Chapada, nosso recorte empírico. Em nossa pesquisa, percebemos que os conflitos socioambientais na comunidade da Chapada, acontece a partir de impactos oriundos de diversos usos da paisagem de campos alagados, o que desencadeia divergências entre a população usurária. Assim percebemos que a política ambiental na categoria Resex apresenta fragilidades no que tange a proteção do meio ambiente, se traduzindo apenas como política que garante a criação de reserva de valor e/ou capital natural ao ecocapitalismo – uma geopolítica ambiental. Haja vista que os planos ou acordos de gestão pouco fazem efeito quando se refere a implementação do uso sustentável do território, além de suas diretrizes causarem estranheza entre as populações usuárias. Num âmbito institucional, a associação da REMT se mostra apática e/ou pacífica no que se refere ao enfrentamento dos impactos socioambientais para a resolução de conflitos socioambiental.

Palavras-Chave: Resex. População Usuária. Campos Alagados. Impactos. Conflitos.

ABSTRACT

It is not today that socio-environmental issues have been the scene of intense debates, especially when we refer to the future of humanity. This happened from the moment that society began to question its actions on the environment, reflecting on the levels of impacts and environmental imbalances historically triggered. Since these imbalances began to generate controversies and conflicts between societies. In the field of geography, we seek to disseminate discussions about the socio-environmental dynamics based on studies that include the levels of transformation of the environment, the landscape, the exchange between society and nature. Here we aim to spread discussions about socio-environmental conflicts that arise from the actions of artificialization of the landscape, respectively in the Tracuateua Marine Extractive Reserve - REMT, on the coast of Pará. In order to do so, we are based on the theoretical-methodological conception of the G.T.P to understand the physiographic aspects of the Landscape Unit of Campos Alagados, to perceive the territorial and socioeconomic relations that are established there and to perceive, in the face of the culturally and historically humanized landscape, the socio-environmental conflicts. that are drawn within the scope of the impacts that the biophysical environment has been suffering over the years. Therefore, we stipulate as a general objective, to understand the socio-environmental conflicts in the landscape of flooded fields in the RESEX-MAR of Tracuateua-PA, from different uses. The following specific objectives are also highlighted: I- To present the physiographic aspects of the landscape of flooded fields in the Chapada community; II- Discuss the historical process of occupation of the landscape of flooded fields in the community of Chapada; III- Identify the main uses of natural resources in the landscape of natural fields in the community of Chapada and IV- Identify and analyze the main socio-environmental conflicts that occur in the landscape of fields in the community of Chapada, RESEX-MAR de Tracuateua-PA. For the development of this study, it was necessary to carry out a bibliographical and documentary review, development of cartographic collections such as maps and sketches, as well as fieldwork, where data were collected through interviews and photographs were taken of the Chapada community, our empirical cut. In our research, we realized that the socio-environmental conflicts in the community of Chapada, happens from impacts arising from various uses of the landscape of flooded fields, which triggers differences between the usurious population. Thus, we perceive that the environmental policy in the Resex category has weaknesses in terms of protecting the environment, translating only as a policy that guarantees the creation of a reserve of value and/or natural capital for ecocapitalism – an environmental geopolitics. Bearing in mind that management plans or agreements have little effect when it comes to implementing the sustainable use of the territory, in addition to their guidelines causing strangeness among user populations. At an institutional level, the REMT association is apathetic and/or peaceful in terms of dealing with socio-environmental impacts for the resolution of socio-environmental conflicts.

Keywords: Resex. User Population. Flooded Fields. Impacts. Conflicts.

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 01: Quadro das Unidades de Paisagem.	24
Figura 02 – Esquema do Sistema GTP.	32
Figura 03: Campos Naturais na RESEX MAR de Tracuateua.	43
Figura 04: Estrada de Terra na Comunidade da Chapada, Tracuateua-PA.	53
Figura 05: Croqui da Comunidade da Chapada.	55
Figura 06: Exemplificação de Campos Alagados Presentes em São Caetano de Odivelas-PA.	63
Figura 07: Paisagem de campos alagados na comunidade da Chapada.	64
Figura 08: Atividade campeira de Criação de Búfalos na Comunidade da Chapada.	71
Figura 09: Atividade campeira de Criação de Búfalos na Comunidade da Chapada.	71
Figura 10: Produção Familiar de Farinha na Comunidade da Chapada em 2020	78
Figura 11: Pesca em Lago Campestre na Comunidade da Chapada, 2021	81
Figura 12: Bovinos soltos na Comunidade da Chapada, 2021.	82
Figura 13: Bubalinos sobre área de lagos campestres na comunidade da Chapada, 2021	84
Figura 14: Cavalos soltos sobre os campos Alagados da Comunidade da Chapada, 2021.	84
Figura 15: Marrecas em processo de “Amansso”.	86
Figura 16: Regras do Acordo de Gestão sobre Caça e Extração de Madeira.	93
Figura 17: Regras do Acordo de Gestão sobre Curral e a Coleta de Caranguejo.	94
Figura 18: Regras do Acordo de Gestão sobre a Captura do Camarão e Modalidades de Pesca.	95
Figura 19: Prédio da AUREMAT na Comunidade da Chapada em 2020.	97
Mapa 01: Localização da comunidade da Chapada Tracuateua-PA na REMT	13
Mapa 02: Conjunto de Unidades de Paisagem Presentes na REMT.	66
Mapa 03: Dinâmica do Solo e Vegetação nos Arredores da Comunidade da Chapada.	68

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Gráfico 01: Usos dos Recursos Naturais entre as Comunidades da Chapada e Flexal.	70
Quadro 01: Regras de Pesca na REMT.	61
Quadro 02: A Identificação do Conflito Socioambiental a partir do G.T.P.	75
Tabela 01: Resex Federais do Estado do Pará.	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	16
1.1 Levantamento Bibliográfico e Referencial Teórico.....	17
1.2 Pesquisa de Campo e suas Técnicas	19
1.3 Levantamento Documental e Cartográfico	19
CAPÍTULO 2: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
2.1 A Categoria Paisagem na Geografia.....	21
2.2 Geossistema, Território e Paisagem (GTP).....	26
2.3 Unidade de Conservação: A RESEX-MAR de Tracuateua.....	33
2.3.1 Unidades de Conservação	33
2.3.2 A RESEX-MAR de Tracuateua.....	37
2.3.3 Conflitos Socioambientais em Unidades de Conservação.....	44
CAPÍTULO 3: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E ASPECTOS FISIAGRÁFICOS DOS CAMPOS ALAGADOS DA RESEX-MAR DE TRACUATEUA	48
3.1 Ocupação e Organização Sócioespacial em Campos Alagados	49
3.2 A Chegada da Reforma Agrária nos Campos Alagados: A RESEX-MAR de Tracuateua...56	
3.3 As Políticas Públicas na RESEX-MAR de Tracuateua	59
3.4 A Unidade de Paisagem de Campos Alagados: Aspectos Fisiográficos.....	62
3.4.1 Panorâma do Uso/Ocupação do Solo e Recursos Hídricos	67
CAPÍTULO 4: OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA DE CAMPOS ALAGADOS DA RESEX-MAR DE TRACUATEUA	73
4.1 Usos e Impactos da Paisagem: Os Conflitos Socioambientais.....	77
4.2 Políticas Ambientais ou Geopolítica Ambiental?.....	87
4.3 Planos e Acordos de Gestão/Manejo ou Acordos de Conflitos?.....	91
4.4 O Papel da AUREMAT Frente aos Conflitos na RESEX-MAR de Tracuateua....	97
CONSIDERAÇÕES	100
REFERÊNCIAS	102

INTRODUÇÃO

Na década de 1980, após pressão internacional e de movimentos sociais, na busca de preservação ambiental, se estabelece no Brasil uma nova constituição e legislações que regulamentaram a questão ambiental do país, sendo esse período considerado, o início para adesão à causa ambientalista no país (ALONSO; COSTA, 2002). “As leis de regularização de domínio de terras indígenas e quilombolas, são instituídas com a criação da Constituição de 1988, fazendo com que se construa, novas possibilidades de controle territorial.” (SANT’ANA JÚNIOR, 2014, p. 106).

Com a necessidade de ter reconhecido o direito à posse das terras que ocupam há várias gerações, os povos tradicionais, não contemplados na constituição de 1988, se articulam e constroem socialmente os instrumentos jurídicos e as políticas públicas necessárias para isto (ALLEGRETTI, 2008).

Para Little (2002, p. 23), O uso do conceito de povos tradicionais, busca unir estruturas, capazes de juntar “fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis [...]”.

Ainda na mesma década, os povos tradicionais extrativistas a partir da identidade coletiva de seringueiros se organizam pela defesa da posse do território, onde eram feitas a extração do látex. Como resultado do movimento tivemos a criação das Reservas Extrativistas (RESEX). As Unidades de Conservação (UC) de Desenvolvimento Sustentável do tipo Resex fazem parte de um conjunto de políticas públicas que surgiram no Brasil na década de 1980, e são consideradas uma grande conquista na luta pelo território para os extrativistas (SANT’ANA JÚNIOR, 2014, p. 106).

Sant’Ana Júnior (2014) afirma que, a criação das Resex foi uma tática de ativação de dispositivos legais, que garantam a permanência dos povos tradicionais na terra, ancestralmente ocupada. Nesse contexto, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação¹ (SNUC), para regular esses territórios, em 18 de julho de 2000, o qual instituído com o objetivo estabelece critérios e normas para a criação,

¹ A Gestão do SNUC é composta pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama); pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) sendo executado pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em caráter supletivo, os órgãos estaduais e municipais (BRASIL, 2000).

implantação e gestão das unidades de conservação, o qual foi formado pela união das UCs Federais, Estaduais e Municipais. (BRASIL, 2000). O SNUC possui como um dos seus objetivos “proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente” (BRASIL, 2000).

A lei nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, prevê o envolvimento da sociedade e das populações locais para implantação e gestão das UC, além da cooperação de organizações privadas e não-governamentais que auxiliem em diversos aspectos, e a busca pela autonomia administrativa e financeira das UC (BRASIL, 2000; 2007).

As Associações de Usuários são representantes dos extrativistas nos Conselhos Deliberativos em Resex, possuindo também poderes administrativos. Estas associações são criadas com a função de implementar um sistema de cogestão nas Resex e podem ser classificadas de acordo com Schmitz, Mota; Prado (2007), como associações de mediação, que possuem os objetivos de:

[...] facilitar as atividades econômicas dos membros, assim como, os contatos e procedimentos junto aos órgãos governamentais e bancos. Pode atender também, numa estrutura clientelista, aos interesses de pessoas influentes, especialmente de políticos. Não tem produção própria de forma mútua. Muitas vezes, o interesse é captar financiamento ou projetos. Os sócios podem ser avalistas. Tipicamente trata-se de uma “associação de pequenos produtores”, que tem como sócios agricultores familiares autônomos, que são, também, os beneficiados da atividade. Presta serviço num sentido mais amplo mesmo sendo um tipo com uma atividade econômica indireta, por causa da sua importância, por exemplo, para receber crédito e ter projetos, e pelo fato de serem os próprios sócios que executam as tarefas, este tipo caracteriza-se pelo interesse dos membros em contribuir para o projeto comum (SCHMITZ; MOTA; PRADO, 2007, p. 5).

Na Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (REMT), os usuários podem em sua maioria ser considerados agroextrativistas, uma vez que, praticam o consórcio entre a coleta e a agricultura, sendo essa dinâmica um padrão bem recorrente entre as populações tradicionais da região amazônica (TORRES, 2011). Apesar, de termos, a presença da agricultura e pecuária, o extrativismo permanece como característica base destes povos.

Entretanto, apesar de as Reservas Extrativistas terem sido criadas como meio de abrandar conflitos sociais relacionados ao manejo de recursos naturais e a

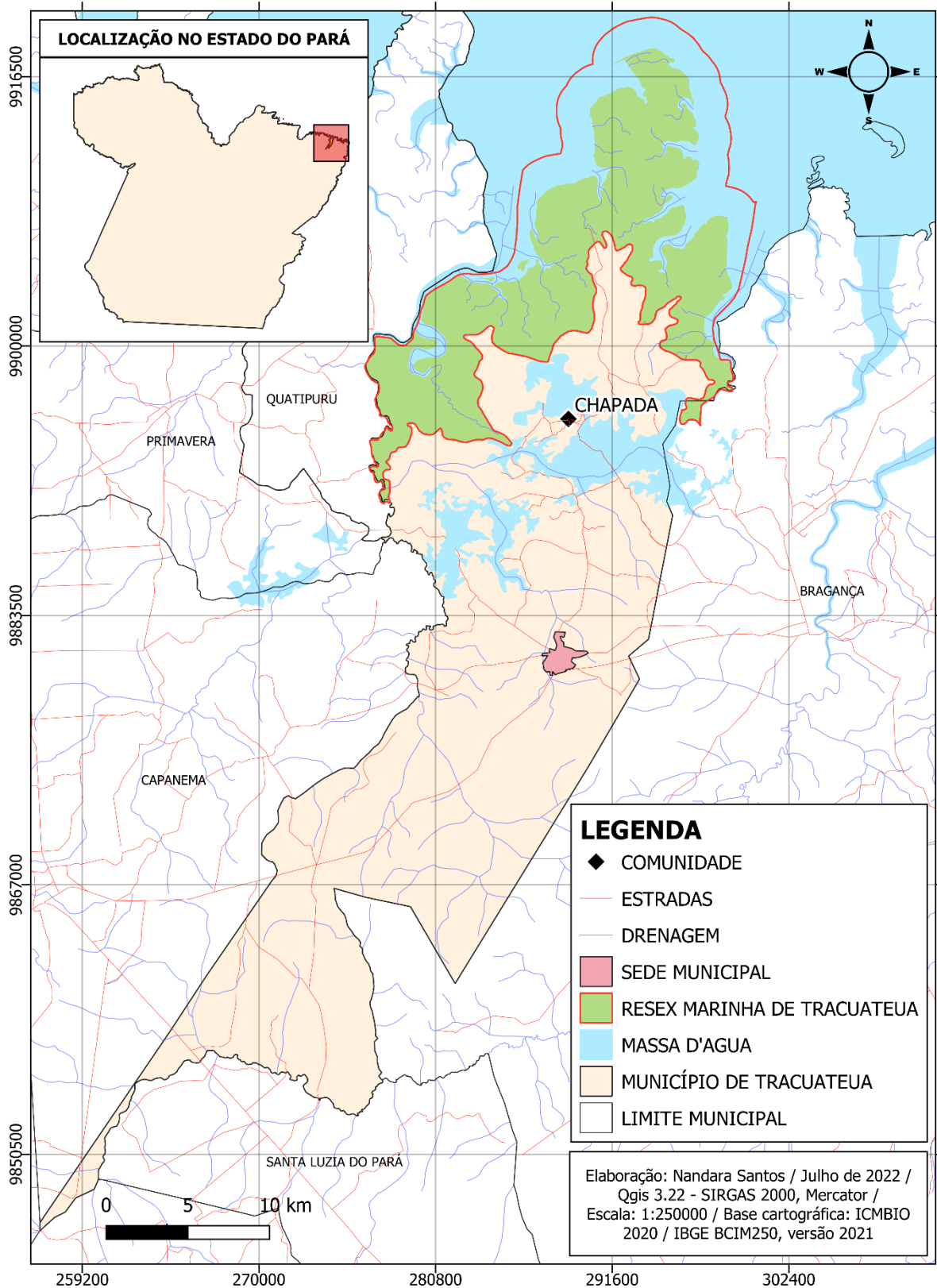
territórios, sendo implementado um novo modelo de gestão com princípios participativos, tanto nas Reservas Extrativistas Florestais, quanto nas Reservas Extrativistas Marinhas (REM) continuam sendo observados estes tipos de conflitos de uma forma mais branda, sendo que, no caso das REM nos deparamos ainda com os conflitos de usos.

Nesse contexto, esta pesquisa parte da seguinte problemática, quais os contextos dos conflitos socioambientais na RESEX-MARINHA, respectivamente a partir dos diferentes usos da paisagem de campos naturais alagados, na Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, no município de Tracuateua, litoral do Pará (mapa 01) visto que esta RESEX já possui 15 anos de sua criação e ainda não possui o seu plano de manejo homologado. (RODRIGUES, 2017). Com essa pesquisa buscamos questionar, a partir do diagnóstico dos conflitos socioambientais, até que ponto as RESEX realmente contemplam e garantem os direitos das populações usuárias atrelados ao desenvolvimento sustentável, como propõe o decreto nº 6.040/2007. O recorte empírico dessa pesquisa é a comunidade da Chapada, que embora esteja localizada no entorno da REMT, é considerada uma comunidade tradicional usuária da referida Resex. No mapa 01 a seguir, demonstramos as delimitações territoriais da REMT e a comunidade da Chapada na área do entorno. Tanto a comunidade da Chapada quanto às demais comunidades do entorno, são consideradas usuárias da REMT.

As comunidades usuárias são aquelas que usufruem dos recursos naturais disponíveis das Unidades de Conservação, devendo obedecer ao princípio da sustentabilidade. Na Resex de Tracuateua, percebemos que a gestão dos recursos naturais não levam em consideração o prisma do desenvolvimento sustentável, o que acarreta em usos e impactos que originam conflitos socioambientais. No mapa 01 a seguir, podemos observar que a comunidade da Chapada é cercada por lagos em áreas de campos, que são áreas de transição entre várzea e campos de cerrado. Esses campos naturais formam uma unidade de paisagem que acaba sendo afetada por várias formas de usos dos recursos naturais que se estabelecem.

Mapa 01: Localização da comunidade da Chapada Tracuateua-PA na REMT.

LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE CHAPADA - TRACUATEUA - PA



Fonte: elaborado pela autora, 2021.

Temos como objetivo geral, compreender os conflitos socioambientais na paisagem de campos alagados na RESEX-MAR de Tracuateua-PA, a partir de diferentes usos. Destaca-se, também, os seguintes objetivos específicos: I- Apresentar os aspectos fisiográficos da paisagem de campos alagados na comunidade da Chapada; II- Discorrer sobre o processo histórico de ocupação da paisagem de campos alagados na comunidade da Chapada; III- Identificar os principais usos dos recursos naturais na paisagem de campos naturais na comunidade da Chapada e IV- Identificar e analisar os principais conflitos socioambientais que ocorrem na paisagem de campos na comunidade da Chapada, RESEX-MAR de Tracuateua-PA. Partimos do pressuposto de que o conflito socioambiental se instaura a partir de transformações no uso do território, que afeta o meio ambiente e as relações territoriais. Dessa forma, ao falarmos de conflitos socioambientais, estamos nos referindo as divergências que se afloram a partir das alterações da paisagem, motivadas pelas distintas formas de uso. Por essa razão, que o uso do GTP nos possibilita compreender como os usos histórico-geográficos se instauram sobre a paisagem de campos alagados e impactam o meio físico e social. Desses impactos se afloram os conflitos, isto é, os conflitos socioambientais.

Dentre os conflitos socioambientais relacionados ao acesso e uso dos recursos naturais que ocorrem na REMT, destacamos os mais relevantes: a “pesca de marrecas”, a criação de búfalos, criação de bovinos e criação de equinos soltos nos campos naturais. A comunidade em que se concentraram as coletas de dados é a Chapada, pois de acordo com moradores da Resex e algumas pesquisas bibliográficas, essa comunidade se localiza numa área que apresenta maior extensão de campos naturais e de conflitos socioambientais. Esse procedimento permitirá identificar e avaliar os usos e as problemáticas causadas pelas intervenções antrópicas nessa área, além de permitir apreender as práticas espaciais e as múltiplas formas materiais e imateriais do uso dos Campos Naturais, possibilitando reconhecer a diversidade de usos e impactos socioambientais. É necessário pontuar, de antemão, que esses conflitos socioambientais se dão entre a população usuária interna e externa da RESEX de Tracuateua, isto é, os residentes nas comunidades tradicionais reconhecidas como usuárias legais, e a população do entorno, residentes no município de Quatipuru-PA. Esses conflitos acontecem entre pescadores artesanais,

pescadores de marrecas, criadores de búfalos, de cavalos, extratores de caranguejo, entre os órgãos competentes pela fiscalização dos usos como a AREMAT, ICMbio.

A definição do tema e do local da pesquisa é justificada tanto pela demanda de mais estudos científicos na localidade da REMT, quanto pela contribuição para a construção do conhecimento científico sobre a relação existente entre os conflitos sociais, os problemas ambientais (ambientalização dos conflitos sociais) a partir de uma visão holística e integrada.

A estrutura da presente dissertação foi dividida em 4 capítulos, sendo o primeiro capítulo o metodológico, que mostra o panorama dos vários aspectos do estudo incluindo-se o lócus, as etapas de coleta e análise de dados, além dos caminhos metodológicos percorridos na pesquisa. Já o segundo capítulo é uma revisão teórica, que foi destinada às categorias teóricas que norteiam a pesquisa, como também discutir o contexto de criação das Resex-MAR, mostrar a problemática que envolve as REM, a lógica da ação coletiva, a gestão de bens comuns, a participação e os conflitos socioambientais a partir dos usos da unidade de paisagem de campos alagados. No terceiro capítulo, compreendemos o processo histórico de ocupação e os aspectos fisiográficos da paisagem de campos alagados, na RESEX-MAR de Tracuateua-PA. Apresentando os aspectos fisiográficos da paisagem de campos alagados, a caracterização dos detalhes e elementos que formam a paisagem, bem como, a partir do GTP, identificaremos os tipos de uso e ocupação do solo, que transformam a paisagem e ocasionam em conflitos socioambientais. No que diz respeito ao quarto e último capítulo, explanamos os conflitos relacionados ao uso dos recursos naturais na REMT. Haja vista, que o GTP ele nos possibilita entender a paisagem além dos aspectos físicos, ele também nos mostra as ações territoriais, socioeconômicas e institucionais que se instauram em uma unidade de paisagem, bem como, as peculiaridades do modo de vida, as representações dos grupos sociais, que criam uma paisagem humanizada em contraste com os aspectos da natureza.

Dessa forma, é possível identificar as transformações históricas que uma unidade de paisagem perpassa a partir dos processos de territorialização de um grupo social, e assim, a partir dessas alterações, identificamos os conflitos, que são as divergências entre grupos sociais pelo controle do território, isto é, um conflito pela garantia da autonomia de uso dos recursos naturais.

CAPÍTULO 1: OS ASPECTOS METODOLOGICOS DA PESQUISA

Tendo por base a abordagem integrada, que implica analisar um conjunto de partes interdependentes que formam um todo unitário e complexo com determinada funcionalidade, a análise foi feita a partir de uma visão sistêmica, a qual não se limita apenas ao entendimento das partes, ou à soma delas, mas trata do estudo da organização desse todo, pela combinação e interação dessas partes e dos processos envolvidos (OLIVEIRA, 2010).

Esta pesquisa, se caracteriza como um estudo de caso que parte da Teoria Geral do Sistema (T.G.S) e se respalda no GTP, sendo uma pesquisa de orientação metodológica qualitativa e quantitativa. O estudo de caso se caracteriza como uma investigação de fenômenos delimitados e bem específicos, sendo observados onde ocorrem, por essa razão é um estudo de caso, pois a investigação se dá *in lócus*. O estudo de caso possui teor descritivo, pois, esse tipo de pesquisa busca descrever o fenômeno (LUDWIG, 2015). O estudo de caso possui algumas especificidades, como por exemplo, a identificação de novos elementos que não são imaginados pelo pesquisador, e a contextualização, que envolve a história do objeto estudado (LUDWIG, 2015).

Assim sendo, a presente pesquisa será realizada a partir dos seguintes procedimentos metodológicos: 1) levantamento bibliográfico e revisão teórico-conceitual; 2) levantamento documental-cartográfico; 3) trabalhos e técnicas de campo; 4) sistematização, análise e interpretação de dados.

O primeiro passo dessa pesquisa, foi a delimitação da problemática da pesquisa, visto que segundo Ludwig (2015) no estudo de caso a delimitação do objeto a ser investigado é a primeira ação a ser realizada pelo pesquisador. Que no caso é compreender os conflitos socioambientais a partir dos usos da unidade de paisagem de campos alagados, na RESEX-MAR de Tracuateua-PA. Entendemos que os conflitos se originam das transformações da paisagem, no que diz respeito as transformações nas formas de uso por uma determinada territorialidade. Dessa forma, a análise da paisagem nos possibilita compreender as interferências humanas sobre uma unidade de paisagem, e essas respectivas interferências originam os conflitos socioambientais.

O segundo passo da pesquisa, foi explorar bibliografias e documentos, para fundamentar a discussão. Realizou-se uma revisão bibliográfica e documental sobre o tema proposto, principalmente em relação à emergência da criação de Unidades de Conservação marinhas. Ludwig (2015) destaca que essa é a fase exploratória do estudo de caso, sendo a fase em que o pesquisador tende a desenvolver revisões de literatura, de documentos como também contato com pessoas que podem facilitar o andamento da investigação.

Após a revisão de literatura e documental, necessita-se articular os trabalhos de campo, para que o pesquisador entre em contato com os fenômenos onde eles ocorrem, que no caso são os conflitos socioambientais que se originam dos diferentes usos da paisagem, isto é, diferentes formas de gestão dos recursos naturais, gestão da paisagem. A partir de Little (2001) entendemos que os conflitos se originam da dinâmica de uso dos recursos naturais, dessa forma, propomos uma análise dos usos da unidade de paisagem de campos alagados, que se dão historicamente, cujos usos desencadeiam transformações, impactos socioambientais, gerando assim conflitos entre grupos sociais. Dessa forma, conforme Little (2001) os conflitos se originam das distintas relações dos homens com seu meio natural. Por essa razão, que partimos da análise dessas relações de uso dos recursos naturais, para então compreender os contextos de conflitos socioambientais. Isto é,

[...] disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com o seu meio natural. O conceito socioambiental engloba três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos (LITTLE, 2001, p. 107).

O trabalho de campo é a etapa da pesquisa, que serão realizadas observações participantes, isto é, “Consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste” (MARKONI; LAKATOS, 2003, p. 194).

1.1-Levantamento bibliográfico e revisão teórico-conceitual

A revisão teórico-conceitual focou os temas pertinentes à realização desta pesquisa, relacionados à Geografia Física e à Geografia da Amazônia, no primeiro caso, sobretudo a Teoria Geral dos Sistemas – TGS (BERTALANFFY, 1973). Considerando a interação entre o sistema da natureza e as ações humanas. Daí, que o GTP no contexto da teoria sistêmica, nos permite compreender com mais clareza essa interação entre natureza e homem, entre o ambiental e o social (BERTRAND,1972). A tríade GTP (geossistema, território e paisagem), proposta por Bertrand, permite interpretações integradas de três abordagens geográficas, o geossistema – unidade de paisagem de 4ª grandeza, o território, espaço controlado por grupos sociais e a paisagem – interação entre os aspectos naturais e humanizados, que se afloram no cotidiano – paisagem cultural, de pertencimento (LIMA; BORDALO; PIMENTEL, 2009).

Diante disso, O GTP é um sistema “que associa o geossistema-fonte ao território-recurso e à paisagem-identidade” (BERTRAND; BERTRAND, 2009, p. 306). As categorias e noções tidas como centrais nesse trabalho, a saber: Paisagem (BERTRAND, 1971; TRICART 1976, 1977), Campos Naturais (BRITO, 2008 e RODRIGUES, 2017); e os Conflitos Socioambientais (LITTLE, 2001). A partir de Lima, Bordalo; Pimentel (2009) podem compreender que a paisagem analisada a partir do GTP, pode ser classificada como paisagem natural (aspectos físicos) e paisagem cultural, que se classifica de duas formas: a primeira aflora das relações territoriais – é a paisagem de uso tradicional e de pertencimento. A segunda classificação é designada “unidades frágeis”, são paisagens que precisam de recuperação ambiental. Ou seja,

[...] a) paisagens naturais (consideradas uma unidade superior que apresenta um suporte para conservação e manutenção da paisagem natural e que devem ser mantidas a restrição de uso por meio de práticas adequadas e de proteção dos recursos naturais) e b) paisagem cultural, que foi dividida em 2: i) unidades de uso tradicional (necessária a reprodução sócio-cultural e econômica,); ii) unidades frágeis (as que precisam de recuperação ambiental acompanhada de orientações de ordem social e política para a ocupação e apropriação dos recursos naturais) (LIMA; BORDALO; PIMENTEL, 2009, p. 6).

Nesse sentido, a partir dessa classificação, podemos perceber que a partir da análise paisagem, é possível identificar as distintas formas de usos pelos grupos sociais, suas interações culturais e bem como, os impactos que suas relações com o território/unidade de paisagem causam, o que constitui as chamadas unidades frágeis. Como afirmou Little (2001) são as relações com o meio ambiente que desenham as disputas pelo uso dos recursos naturais. Dessa forma, como os homens geram impactos sobre o meio ambiente, os conflitos se desencadeiam a partir deles. Em nossa proposta, iremos compreender que as origens desses conflitos estão nas formas de uso dos recursos naturais, o que é necessário analisar essas formas de uso que se dão sobre a unidade de paisagem de campos alagados, aqui entendida como uma paisagem natural e cultural – de uso tradicional e como uma unidade frágil (LIMA; BORDALO; PIMENTEL, 2009).

O objeto empírico recebeu atenção por uma revisão bibliográfica da Geografia Física, e da apropriação, degradação e gestão dos Campos Naturais na Resex Marinha de Tracuateua. A pesquisa será baseada na análise de várias fontes de pesquisa (dissertações, teses, artigos científicos, jornais, revistas etc.), buscando referências regionais e locais que melhor retratassem a realidade, permitindo, com isso, uma melhor contextualização empírica da problemática.

1.2-Trabalhos e técnicas de campo

Os trabalhos de campo foram iniciados pela observação sistemática de campo, que possibilitaram a identificação de impactos socioambientais e das dinâmicas sociais que se reproduzem nas comunidades. O campo se faz presente nessa pesquisa, visto que, essa etapa também se constitui enquanto recurso metodológico da pesquisa científica, não, como único, mas como um meio para se atingir determinados objetivos delineados pela investigação. (DAVID; WIZNIEWSKY, 2015).

Para David e Wizniewsky (2015) o trabalho de campo representa uma possibilidade de contato direto entre o pesquisador e a realidade estudada, o que permite a visualização de aspectos dificilmente observados pelo trabalho de gabinete. Nesse contexto, serão realizados *a priori*, uma visita de reconhecimento da área e o primeiro contato com os sujeitos da pesquisa. Retornar ainda no verão de 2020 para o primeiro campo de fato, com o objetivo de entender a dinâmica da área durante esse período, e um segundo campo no início do próximo ano, e do inverno amazônico, pois

após conversas com integrantes das comunidades, relatam que a dinâmica natural e social dos campos, mudam devido as cheias que ocorrem.

A comunidade escolhida para as visitas em pontos específicos de observação entre os anos de 2020 e 2021, a saber – Comunidade Tradicional da Chapada. Registros fotográficos serão realizados, visando a registrar as práticas cotidianas e a dinâmica dos campos e sua alteração. A fotografia, neste sentido, é uma forma de obter registros visuais que servem como fonte documental, podendo esclarecer, explicar e demonstrar os fenômenos e elementos trabalhados na pesquisa (SAMAIN, 1995). Aplicações de entrevistas semiestruturadas que possibilitam o pesquisador a obter dinamismo dos usos dos recursos naturais, os impactos e conflitos de se originam desses usos.

1.3. Levantamento documental-cartográfico e elaboração de mapas temáticos

O levantamento cartográfico constou de bases secundárias, contidas em publicações, mapas e cartas avulsos, *shapefiles*, imagens orbitais LANDSAT TM-OLI e SRTM (órbita-ponto 223/61, disponíveis, grande parte delas, na internet, em sites de agências públicas como IBGE, EMBRAPA, ICMBio).

CAPÍTULO 2: FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

2.1 A Categoria Paisagem na Geografia

A busca pela compreensão das formas de relacionamento entre os componentes e fenômenos da natureza, diante da grande diversidade desta, fez com que a ciência mostrasse avanços teóricos e metodológicos para descrever e interpretar o meio físico-ambiental. A compreensão dos fenômenos estava voltada para a regularidade, equilíbrio e permanência, reduzindo o conjunto dos processos naturais a um pequeno número de leis inflexíveis, inseridas, conforme mostrado acima, em uma abordagem analítica reducionista da natureza (GUERRA; MARÇAL, 2006).

A necessidade de entendimento dos fenômenos naturais direcionou as pesquisas da natureza para uma visão mais completa e complexa, de maneira não fragmentada, levando em consideração a sua dinâmica e entendendo a totalidade do real de forma sistêmica, conhecida como abordagem holística da natureza (GUERRA; MARÇAL, 2006).

Neste contexto, o conceito de paisagem surge com várias percepções e aplicações, por vários autores, conduzindo para a visão da paisagem integrada, isto é, a paisagem é um todo. A variação epistemológica do termo paisagem está vinculada à sua etimologia, de acordo com as escolas relacionadas com a Geografia Física. Com base nas escolas com maior destaque, a germânica, francesa, russa e americana, o conceito de paisagem foi construído de forma diferenciada, surgindo uma diversidade de abordagens. No século XIX, o estudo da paisagem se caracterizou por uma abordagem descritiva e morfológica, tendo como base os naturalistas, que trabalhavam a natureza a partir de um ponto de vista da sua fisionomia e funcionalidade. A abordagem morfológica teve seu apogeu em meados do século XX. O referido século XX passou a ser marcado pela TGS, que incorporou uma nova orientação aos estudos da paisagem, sob uma perspectiva dinâmica e integradora, portanto, sistêmica, dos componentes da natureza (GUERRA; MARÇAL, 2006).

O olhar que direciona a paisagem para a abordagem sistêmica, na qual todos os elementos fazem parte da natureza, vai além do aspecto fisionômico e passa a trabalhar as trocas de energias e matérias dentro do sistema (GUERRA; MARÇAL, 2006). Isto é, permite-se, de acordo com Tricart (1997), uma atitude dialética entre a necessidade de análise, que a rigor separa, e a necessidade de uma visão de conjunta, capaz de ensaiar uma atuação eficaz sobre o meio ambiente.

A partir destas considerações, a Ciência da Paisagem se volta para a dinâmica das unidades, sendo trabalhada a partir de teorias e metodologias de análise da morfologia e dos fenômenos de integração revelados pelo funcionamento dos sistemas abertos.

Dois importantes conceitos surgem para dar suporte à compreensão da paisagem: o ecossistema, do inglês A.G. Tansley, de 1934; e, derivado do primeiro, o geossistema, que foi elaborado soviético V. B. Sothava em 1963 (GUERRA; MARÇAL, 2006). O geossistema, por sua vez, sinalizou uma nova análise da paisagem. Sothava (1977. p. 110 *apud* GUERRA; MARÇAL, 2006, p.17) salienta que:

A natureza passa a ser compreendida não apenas pelos seus componentes, mas através das conexões entre eles, não devendo restringir-se a morfologia da paisagem e as suas subdivisões, mas de preferência estudar sua dinâmica, sua estrutura funcional e suas conexões.

Ainda de acordo com Guerra; Marçal (2006, p.110) salienta-se que,

Os autores assinalam ainda que Sothava utilizou toda sua teoria sobre paisagens (*landschaft*) elaborada pela escola russa interpretando-a sob uma visão geral dos sistemas, o que permitiu que o conceito paisagem fosse considerado como sinônimo de geossistema, sendo essa, portanto, formada por atributos sistêmicos fundamentais: estrutura, funcionamento, dinâmica, evolução e informação. Essa abordagem no estudo da paisagem corresponde a primeira vez que análise espacial, que é própria da Geografia Física, articula-se com análise funcional, própria da Ecologia (GUERRA; MARÇAL, 2006, p. 110).

Nessa perspectiva, diversas ciências são importantes para o estudo da Paisagem de modo integrado. Na escola Germânica de Geografia Física, através de Troll, ocorreu a união entre as duas ciências que mais trabalham a paisagem, Geografia e Ecologia, criando-se o conceito de Ecologia da Paisagem. O autor em questão veio trabalhar através de uma visão interativa do todo, trabalhando todos os

geofatores, inclusive a economia e a cultura humana (GUERRA; MARÇAL, 2006). A escola francesa, sobretudo com Bertrand (1971) e Tricart (1976, 1977), destacou a paisagem a partir de uma análise ambiental, apresentando um estudo integrado das partes que a formam. Bertand seguindo as ideias de Troll apoiou-se em uma abordagem taxonômica, tipológica e dinâmica, definindo paisagem como:

É em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (BERTRAND, 1971, p. 141).

Da década de 1980 em diante, houve uma grande evolução nos estudos relacionados a paisagem, a partir da abordagem sistêmica e integrada dos componentes da natureza. Os trabalhos voltados às questões ambientais, especificamente, possuem como balizadoras teórico-metodológicas dentro da Geografia Física, as ideias dos autores já citados, como Sotchava, Bertrand e Tricart, para a classificação dos tipos e das unidades de paisagem. Os trabalhos que surgem nesse cenário, assim, baseiam-se principalmente nos conceitos da TGS ou derivados dela, a exemplo dos geossistemas. O conceito de “paisagem integrada” diz respeito a relação e interação dos elementos do geossistema, sua estrutura e dinâmica, localização espacial e temporal (GUERRA; MARÇAL, 2006).

No contexto da geoecologia, Rodrigues et al., (2017) também nos apresenta uma visão integrada da paisagem. A paisagem natural, segundo os autores é o conceito básico da geoecologia, é um espaço físico e um sistema de recursos naturais – um geossistema, assim como também é uma paisagem social e cultural, sendo também dialética. Os autores supracitados, para tanto, apresentam 4 princípios de compreensão da paisagem no contexto da geoecologia.

1 A noção de paisagem natural é o conceito básico da Geoecologia. A paisagem natural concebe-se como uma realidade, cujos elementos estão dispostos de maneira tal que subsistem desde o todo, e o todo subsiste desde os elementos, não como estivessem caoticamente mesclados, mas sim como conexões harmônicas de estrutura e função. A paisagem é, assim, um espaço físico e um sistema de recursos naturais aos quais integram-se as sociedades em um binômio inseparável Sociedade/Natureza. 2 A paisagem se concebe como um sistema de conceitos formado pelo trinômio: paisagem natural, paisagem social e paisagem cultural. 3 A paisagem natural se concebe como um geossistema, o qual define-se como o espaço terrestre de todas as dimensões, onde os componentes da natureza encontram-se em relação sistêmica uns com os outros, e como uma integridade definida interagindo com a esfera cósmica e a sociedade humana. Conceber a paisagem como um sistema significa ter uma percepção do todo, compreendendo as inter-relações entre as partes no sistema. 4 É necessário analisar a paisagem desde uma visão dialética. Isto significa aceitar sua existência e sua organização sistêmica como uma realidade objetiva, considerando-a como um sistema material e concebendo-a como uma totalidade, que se apresenta como um fenômeno integrado, não podendo entendê-la nem a tratar de forma fragmentada (RODRIGUES et al., 2017, p. 7-8).

Nesse sentido, na paisagem integrada, os elementos abióticos, bióticos e antrópicos se relacionam e interagem entre si. Como afirmam Guerra; Marçal (2006), isto é:

Esses elementos se associam de tal maneira que podem ser trabalhados como um modelo de sistema, assim a paisagem aparece perceptível diretamente através de sistema e a partir do modelo de processo, sendo possível se levantarem diagnósticos e prognósticos a partir de observações coletadas. Segundo Bolós com a análise sistêmica no estudo da paisagem, a geografia se molda e se adapta através do estudo do geossistema que corresponde a um modelo teórico, da mesma forma como o ecossistema, ou seja, não existindo na prática e correspondendo a uma construção mental e subjetiva da realidade (GUERRA; MARÇAL, 2006, p. 113).

A dimensão da área a ser estudada levou à criação de sistemas de classificação em unidades, isto é, um princípio taxonômico. Bertrand (1971), neste sentido, apresentou um esquema de organização por unidades articuladas em diferentes níveis espaciais (escala) da paisagem, como sintetiza a figura (01).

Figura 01: Quadro das Unidades de Paisagem.

UNIDADES DE PAISAGEM	ESCALA TEMPORO-ESPACIAL (A. CAILLEUX J. TRICART)	EXEMPLO TOMADO NUMA MESMA SÉRIE DE PAISAGENS	UNIDADES ELEMENTARES				
			Relevo (1)	Clima (2)	Botânica	Biogeografia	Zona
Zona	G: grandeza G. I	Temperada		Zonal		Bioma	Zona
Domínio	G. II	Cantábrico	Domínio estrutural	Regional		Domínio região	
Região Natural	G. III-IV	Picos da Europa	Região estrutural		Andar série		Quarteirão rural ou urbano
Geossistema	G. IV-V	Geossistema atlântico montanhês (calcário sombreado com faixa higrófila a "Aspérula adorata" em terras fusca"	Unidade estrutural	Local		Zona equipocencial	
Geofácies	G. VI	Prado da ceifa com Molinio-Arrhenatheretea" em solo lixiviado hidromórfico formado em depósito morânico			Estádio agrupamento		Exploração ou quarteirão parcelado (pequena ilha em uma cidade)
Geótipo	G. VII	"cadiés" de dissolução com "Aspidium Londhitis Sw" em microsolo tímido carbonarado em bolsas		Microclima		Biótipo biocenese	Parcela (casa em cidade)

Fonte: Bertrand e Bertrand, 2007, p. 16.

Fundamentando-se nas escalas espaços-temporais, foi no final da década de 1960 que Bertrand (1971) propôs uma visão global da paisagem, através da escala, com seis níveis de dimensão escalar: três unidades superiores (zona, domínio e região), e outras três unidades inferiores (geossistema, geofácies e geótipo).

As unidades superiores foram assim definidas: 1- Zona: definida pelo clima, biomas e megaestrutura, é constituída como paisagem de 1ª grandeza (mais de 10 milhões de km²); 2- Domínio: convenção de relevo e clima, na qual se definem reagrupamentos flexíveis e diferentes, como domínios alpinos e atlânticos, sendo uma unidade de 2ª grandeza (de 1 a 10 milhões de km²); 3- Região: está inserida nos interiores dos domínios, aplicando-se tanto a conjuntos físicos climáticos como por sua vegetação, sendo a unidade de paisagem de 3ª grandeza (10 mil a 1 milhão de km²).

Sobre as três unidades inferiores, Bertrand (1971) as definiu da seguinte maneira: 4- Geossistema: conjunto que abrange elementos cuja estrutura e dinâmica derivam da influência mútua entre o potencial ecológico (os processos geológicos, climáticos, geomorfológicos e pedológicos, de mesma evolução), a exploração

biológica (potencial biótico como vegetação/flora e fauna) e mais a ação antrópica, sendo esta uma unidade de 4ª grandeza de 100 a 10.000 km²); 5- Geofácies: constroem um mosaico sempre mutável, cuja estrutura e dinâmica traduzem os detalhes ecológicos e as pulsações de ordem biológica, na 5ª e 6ª grandezas (1 a 100 km²); 6- Geótopo: é a menor unidade geográfica homogênea da paisagem, sendo formada por biótopos que, muitas vezes, apresentam condições ecológicas distintas em relação aos geossistemas e geofácies nos quais está inserido, unidade de 6ª grandeza (menos de 1 km²).

Bertrand (1971) considera o geossistema como o nível mais importante nos estudos geográficos, pois, na escala que lhe corresponde, ocorrem as mais significativas relações entre os elementos da paisagem com a ação do homem. Em síntese, na abordagem sistêmica e integrada a paisagem pode ser analisada a partir de diferentes variáveis, físicas e humanas em interações, as quais se expressam nas transformações sociais, históricas, das unidades paisagísticas.

Para Sotchava (1977) o geossistema está interligado aos sistemas territoriais naturais que se diferenciam no contexto geográfico, compostos de componentes naturais intercondicionados e interrelacionados no tempo e no espaço, como parte de um todo, que possui sua estrutura influenciada pelos fatores social e econômico.

O geossistema é o resultado da combinação de fatores geológicos, climáticos, geomorfológicos, hidrológicos e pedológicos associados a certo(s) tipo(s) de exploração biológica. Tal associação expressa a relação entre o potencial ecológico e a exploração biológica e o modo como esses variam no espaço e no tempo, conferindo uma dinâmica ao geossistema. Por sua dinâmica interna, o geossistema não apresenta necessariamente homogeneidade evidente. Na maior parte do tempo, ele é formado de paisagens diferentes, que representam os diversos estágios de sua evolução (DIAS; SANTOS, 2007, p. 20).

A partir do excerto acima, percebemos que uma análise focada especificamente no geossistema não consegue por si só compreender as complexidades sociais que se desenvolvem sobre ele. Por essa razão, que uma visão integrada da paisagem se faz necessária nesse trabalho, visto que a paisagem natural também é uma paisagem social e cultural. Rodrigues et al., (2017) no contexto da geoecologia, nos apresenta princípios que nos auxiliam a compreender a paisagem como um todo em movimento, isto é, sofre constante transformações numa perspectiva espaço-temporal. Já que sobre ela se assentam relações humanas, relações de uso dessa paisagem, porque ela é um sistema de recursos naturais

disponíveis. A partir dessas relações homem-natureza, a paisagem é produzida, ocorre uma interação entre aspectos naturais e humanizados, criando assim paisagens também culturais. Não podemos esquecer que, no contexto das paisagens culturais, afloram-se paisagens degradadas e/ou unidades frágeis (LIMA; BORDALO; PIMENTEL, 2009).

Assim se faz necessário a utilização metodológica do GTP para compreendermos as dinâmicas relacionais entre homem e natureza na unidade de paisagem de campos alagados, perceber essas relações de uso dos recursos naturais que a transformam em unidades frágeis, desencadeando conflitos socioambientais.

2.2 Geossistema, Território e Paisagem (GTP)

Não podemos abordar as concepções de GTP – Geossistema-Território-Paisagem, sem antes apresentar a teoria sistêmica. A Teoria Geral dos Sistemas (TGS) surgiu no século XX, lançada pelo biólogo austríaco Karl Ludwig Von Bertalanffy (1901-1972), a mesma nasce em meio a uma intensa polemica sobre a origem da vida. Pois havia um conflito de ideias entre denominados mecanicista e os vitalistas ² que questionavam os mecanicistas sobre compreensão das atividades coordenadoras do funcionamento das células como um todo, bem como dos processos de desenvolvimento e diferenciação celular), enquanto as teorias mecanicistas se recusavam a creditar a vida a causas externas aos próprios seres vivos. Nessa conjuntura, temos a concepção construída por biólogos organicistas ³, que se apresentam como a união das duas teorias, já citadas, e passam a trabalhar no desenvolvimento do que hoje conhecemos como pensamento sistêmico, através de estudos de fenômenos de complexidades organizadas. (SILVA, 2015).

Por meio desses estudos a ecologia beneficia-se enormemente, com as contribuições propostas pela biologia organicista – o estudo das comunidades vegetais até a década de 1930 se baseava no estudo das “comunidades bióticas” e das formações vegetais entendidas como “um superorganismo que progredia para um

² Entre outras proposições, o vitalismo afirmava a existência de uma espécie de “plano de construção” externo aos organismos e que regulava o desenvolvimento dos seres vivos. A esse “plano” se dava o nome de “enteléquia” (TRIBIÑO, 1946).

³ Entendiam que os organismos como totalidade ou sistema sendo o principal objetivo de a biologia descobrir, seus princípios de organização em seus vários níveis (SILVA, 2015).

estado climático” (WILLIS, 1997, p. 268). A ecologia e o ecossistema se constituem, tendo seu grande salto de desenvolvimento, com Biólogo Raymond Lindeman que em 1942 propôs:

Que o ecossistema seja tomado como a unidade ecológica fundamental, chamando a atenção para a transferência de energia entre diferentes níveis tróficos (produtores, consumidores e decompositores) a partir da fonte solar, sendo cada nível dependente do nível que o precede. Seu trabalho terá grande repercussão a partir da década de 1950, quando novas circunstâncias favorecem a apreciação de suas proposições. Essas novas condições incluem, o desenvolvimento das teorias sistêmicas (Teoria Geral dos Sistemas, Termodinâmica e Cibernética) (SILVA, 2015 p. 7).

Capra (1999) contribui afirmando, que a Ecologia especificamente a profunda, fez surgir:

O novo paradigma pode ser chamado de uma visão de mundo holística, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas. Pode também ser denominado visão ecológica, se o termo "ecológica" for empregado num sentido muito mais amplo e mais profundo que o usual. A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos) (CAPRA, 1999, p. 16).

Tendo seu embasamento na Ecologia e especificamente nos ecossistemas, a TGS busca um estudo considerando o sistema biológico em interação com o ambiente. Suas pesquisas se apresentam como uma contraposição à visão cartesiana de mundo e a divisão de várias ciências como salienta (BERTALANFFY, 1973, p. 28),

A proposta de Bertalanffy (1973, p. 28), na essência, buscou uma linguagem científica única que englobasse todo o conhecimento, perpassando a Biologia, a Engenharia, a Física, a Matemática, a Psicologia, as Ciências Sociais, as Ciências da Terra e outras, por meio da definição e análise de componentes e estruturas funcionais essenciais da realidade, os quais são suporte para sua compreensão, isto é, os sistemas (CHRISTOFOLETTI, 1979).

Bertalanffy (1973, p. 62) define os sistemas como “um conjunto de elementos em interação”. A respeito dessa definição, o próprio autor comenta que, à primeira vista, ela pode parecer “[...] tão geral e vaga que não se pode extrair grande coisa dela” (BERTALANFFY, 1973, p. 62). Sobre essa concepção sistêmica Bertalanffy esclarece que:

É necessário estudar não somente partes e processos isoladamente, mas também resolver os decisivos problemas encontrados na organização e na ordem que os unifica, resultante da interação dinâmica das partes, tornando o comportamento das partes diferentes quando estudado isoladamente e quando tratado no todo (BERTALANFFY, 1973, p. 53).

Dessa maneira, é clara a preocupação de Bertalanffy em relação às limitações dos esquemas metodológicos da ciência clássica, buscando, assim, mostrar a necessidade de um estudo integrado dos fenômenos, que superasse a visão separativa e reducionista que vinha sendo trabalhada.

A interpretação integrada da natureza exige visões mais abrangentes que escapam da ótica reducionista, o todo deve ser considerado como sendo algo mais que a simples soma das partes, uma vez que fragmentação do objeto implica num obscurecimento das relações de interdependência entre as partes de um todo, e que constituem, portanto, a realidade principal (BRANCO, 1989).

Nesse contexto Vicente; Filho salientam que:

A casualidade e a complexidade percebidas no universo micro, como bem demonstram, por exemplo, a Termodinâmica e a Física Quântica, servem de base para uma releitura da realidade macro (diretamente percebida pelo Homem), pela própria razão de encadeamento sistêmico percebido nas estruturas afins em suas diferentes escalas, ou seja, na relação primaz com o meio físico e as leis que o regem. Segundo essa relação, um sistema pode ser classificado em aberto ou fechado (VICENTE; FILHO, 2003, p. 330).

O sistema, de acordo com Oliveira (2010, p, 224) é “[...] um conjunto de partes interagentes e interdependentes que conjuntamente, formam um todo unitário com determinado objetivo e efetuam determinada função”. Bertalanffy já afirmava que os sistemas estão em toda parte, não importa em qual campo de atuação possa se pesquisar, seja na Física, na Psicologia, na Tecnologia. Embora o pensamento sistêmico possa ser algo aparentemente recente, a ideia baseada no princípio de sinergia é algo que existe já há algum tempo, se iniciando com os pensadores holísticos, que com suas ideias definiam o mesmo conceito que há no pensamento sistêmico (FREITAS *et al.*, 2008).

Existem vários tipos de sistemas. Os sistemas “fechados” compreendem a relação de elementos em interação que têm seus princípios administrados pelos conceitos tradicionais da Física, especificamente as leis da termodinâmica, onde os fluxos de energia e matéria são invariavelmente controlados dentro de um ambiente fechado (VICENTE; FILHO, 2003).

Bertalanffy utiliza a definição de sistema fechado para entender o aspecto diferencial entre um ambiente criado e controlado, que chega ao estado de equilíbrio

ou máxima biostasia⁴ e assim não mais existindo energia disponível para realizar trabalho, de um ser vivo ou um ambiente dinâmico e complexo, que seriam os sistemas “abertos”, onde tais princípios não se aplicam (VICENTE; FILHO, 2003).

Em sistemas abertos, existem as influências diretas de um número enorme de variáveis e variantes em processo constante de reações e contra-reações, expressas nas oscilações de seus níveis de entropia. Todo o organismo vivo seria, essencialmente, um sistema aberto. Mantém-se em um contínuo fluxo de entrada e saída, conserva-se mediante a construção e a decomposição de componentes, nunca estando, enquanto vivo, em um estado de equilíbrio químico e termodinâmico, mas se mantendo no chamado estado estacionário, que é distinto do último (BERTALANFFY, 1973).

Enquadram-se nesse tipo de sistema a totalidade das relações que compõem a realidade como um todo, desde uma célula, passando pelos indivíduos, bacias hidrográficas, cidades, estruturas econômicas e sociais etc., numa relação simbiótica no tempo e no espaço. Foram várias as concepções teóricas e conceitos elaborados a partir da definição de sistemas abertos, dando base à abordagem sistêmica, principalmente a partir de meados da segunda metade do século XX (VICENTE; FILHO, 2003). Isto é, o sistema vivo depende da interação em rede de suas partes orgânicas e inorgânicas para que haja as trocas de energia e matéria, mantendo o equilíbrio do sistema aberto.

Capra (1999) ao nos apresentar a discussão sistêmica, objetiva que compreendamos que essa visão nos possibilita entender amplamente os problemas socioambientais do planeta. Sua visão ecológica integrada significava uma mudança radical em nossas percepções, que concebe o mundo como um todo interligado e não como uma coleção de partes dissociadas. É compreender a teia da vida, os sistemas vivos, como um todo funcional e compreender a interdependência de suas partes, sem desconsiderar o ambiente natural e social a qual os sistemas vivos (comunidades em rede) interagem e como afetam o meio ambiente (ecossistema). Nós seres humanos, como comunidades sociais, interferimos no meio ambiente significativamente e somos partes desse sistema vivo como um todo.

⁴ Biostasia, da teoria de Erhat, é a fase de equilíbrio, no qual se pode atingir o “clímax” ou desenvolvimento máximo. Resistasia, pelo contrário, é uma ruptura do estado de equilíbrio, caracterizando uma fase de desequilíbrio do sistema (CHIRSTOFOLETTI, 1980).

A interdependência de suas partes nos leva a crer que nossas ações sobre o meio ambiente acarretam numa série de alterações, isto é, danos ao meio ambiente. Por essa razão, a teoria sistêmica aqui apresentada é importante para que entendamos que nós seres humanos somos parte desse sistema vivo como um todo, e que os impactos que causamos interferem na nossa qualidade de vida, bem como na vida animal e vegetal. São essas transformações-impactos socioambientais que desencadeiam disputas pelo uso dos recursos naturais entre os homens, conflitos, devido ao fato de serem bens finitos. Dessa forma, a teoria sistêmica é aqui posta como nosso pressuposto para entender as transformações que o meio natural perpassa a partir de distintos usos pela sociedade, uma visão integrada de suas partes (CAPRA, 1999).

Diante da teoria Geossistêmica, Bertrand (2004) encontrou coerência no conceito de geossistema, o que não conseguia encontrar no conceito de ecossistema, o qual fez diversas críticas. Sua reformulação do conceito de geossistema, tendo como fundamento as contribuições de Sotchava e da escola naturalista soviética, o possibilitou utilizar métodos de abordagens paisagística na organização do espaço, partindo do princípio de Complexo Natural Territorial (CNT) somado a ação antrópica, os quais deram as bases para a criação do sistema G.T.P – Geossistema, território e paisagem (SOUZA, 2002 p.14).

Bertrand ao incorporar ao Geossistema a dimensão da ação antrópica, constrói uma categoria espacial de componentes relativamente homogêneos, cuja dinâmica resulta da interação entre o potencial ecológico, a exploração biológica e a ação antrópica. Isto é, a abordagem bertrandiana é criada sobre uma preocupação em compreender a natureza no viés do território e da paisagem de forma integrada e de acordo com os paradigmas abertos a complexidade dos fenômenos, procurando interpretá-los com devida coerência e fornecer respostas mais completas aos questionamentos que provocam. Diante de suas reflexões o autor percebe o quanto suas margens são indefinidas, chega a um ponto em que considera este sistema tripolar, o mais adequado para suprir as necessidades de estudo e análise no campo da Geografia: “É um conceito central e centralizador de uma geografia física em vias de reconstrução” (BERTRAND, 2007, p. 91).

O autor sintetiza o sistema GTP dentro da perspectiva sociedade-natureza:

[...] define três campos conceituais, semânticos e metodológicos. Ele permite uma varredura lógica, hierarquizada e diferenciada do conjunto da interface. Cada palavra, cada conceito, cada objeto é situado em um sistema de coordenadas tripolares e pode ser definido em relação à distância que separa dos três conceitos fundadores (BERTRAND, 2007, p. 93).

Essa nova concepção teórica de estudo da paisagem, surge possibilitando ao geógrafo três vias de análise que são interdependentes na construção do espaço geográfico, tendo a preocupação de preservar a complexidade e diversidade do ambiente, para evitar a ruptura entre sociedade e natureza (ROSOLÉM, 2010). Nesse contexto, junta-se a noção de geossistema (potencial ecológico, exploração biológica e ação antrópica), as noções de território (numa concepção naturalista econômica e política) e paisagem (numa perspectiva cultural), ou seja,

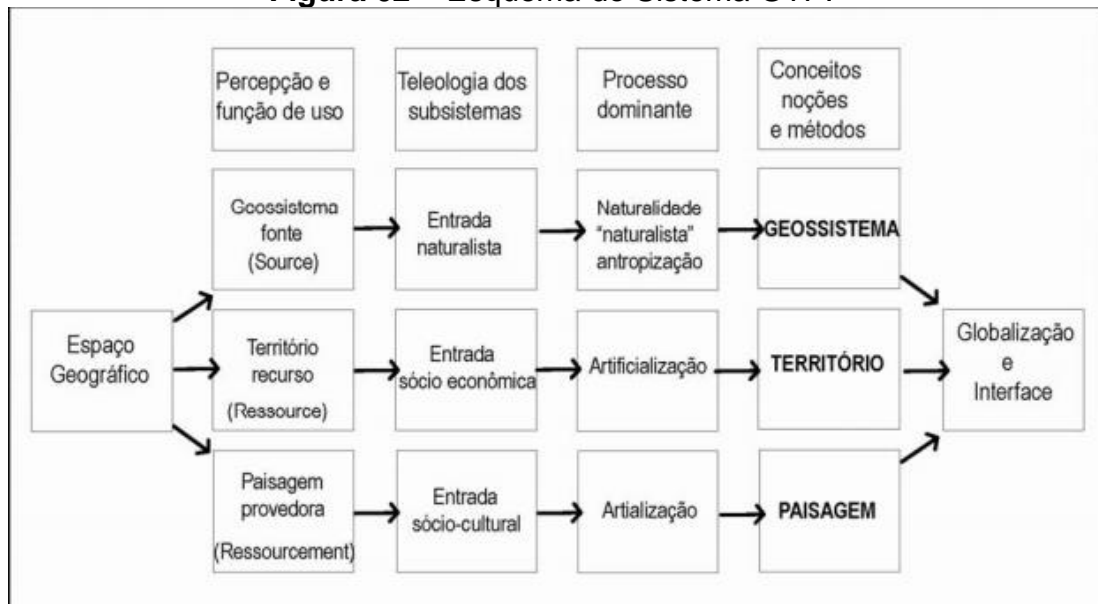
O território, conceito central da ciência geográfica, é considerado aqui [...] na sua dimensão natural. Ele é de alguma forma a interpretação socioeconômica do geossistema [...]. A dialética fonte-recurso fundamenta esta análise do território. Encontramos aqui então a família dos conceitos híbridos (potencialidade, limitação, meio ambiente, meio) [...]. A paisagem [...], permite aqui ao geógrafo aceder ao mundo das representações sociais da natureza assegurando ao mesmo tempo um elo, outros diriam uma convivência, com os objetos naturais em sua dimensão geossistêmica. Trata-se de assumir, em plena luz, uma passagem multidirecional e interativa. Em um sentido, ela permite ir, por exemplo, no caso de um solo, de um fenômeno físico-químico bruto (“perfil pedológico”) para sua interpretação socioeconômica (“perfil cultural”) e sua representação social (fertilidade). No outro sentido, ele assegura a transição de um projeto socioeconômico (silvicultura) e de uma representação social (espaço verde) para um objeto natural (ecossistema florestal) (BERTRAND, 2007, p. 113-114).

Nessa conjuntura, Bertrand ao conceituar o GTP, frisa que o geossistema é o lado antrópico de um conceito naturalista, pois trabalha com os componentes biótico, abiótico e antrópico; é espacial pois define uma entrada horizontal (geocomplexos, geofácies e geótopos) e uma entrada vertical (geohorizontes), e é um conceito temporal e histórico. (OLIVEIRA, 2019) Já o território é a dimensão naturalista de um conceito social, os componentes dos geossistemas se encontram em um mosaico funcional, mas eles não expressam possibilidades ou impossibilidades, potencialidades ou limitações “Eles não têm projeto social” (BERTRAND, 2007, p. 92). O território é a passagem em que permite analisar as ações e o funcionamento da questão social e econômica no espaço, considerando o tempo para relatar a forma e as ações sobre natureza (ROSOLÉM, 2010).

E a paisagem é a dimensão da representação, da sensibilidade e subjetividade. Ele ressalta que os geógrafos já não confundem mais paisagem e natureza isentando o caráter e métodos estritamente naturalistas que já tiveram um dia. Completa que é preciso tratá-la com método científico, e para isso, é necessário fazer uma leitura temporo-espacial que permita compor e interpretar cenários paisagísticos a partir de atores, locais e tempos (Bertrand, 2004) Reconhecendo a paisagem como um sistema formado por um conjunto de sentidos/valores/representações diretamente relacionados a critérios de identidade e sedimentação cultural do indivíduo em si e da sociedade (ROSOLÉM, 2010).

O Sistema GTP – Geossistema, Território e Paisagem, foi apresentado por Georges Bertrand e Claude Bertrand (2007), conforme o esquema a seguir (Figura 02)

Figura 02 – Esquema do Sistema GTP.



Fonte: Bertrand e Bertrand (2007, p. 299).

A meta do GTP segundo Pissinati; Archela (2009) é integração desses três conceitos para a compreensão do funcionamento de um determinado espaço geográfico de forma holística, analisando as interações dos elementos para melhor visualizar e compreender a dinâmica da área estudada.

A metodologia do GTP serve não só para a delimitação de determinada área, mas também para encontrar os problemas existentes e o grau de responsabilidade da ação antrópica sobre o meio ambiente, e assim, buscar maneiras de amenizar os impactos socioambientais existentes. Pode ser utilizada pelo geógrafo para revelar as formas de criação, de reprodução e de transformação das estruturas físico-espaciais em uma perspectiva temporal. Dessa forma, o sistema G.T.P é importante para a compreensão das relações territoriais que transformam a paisagem dando a ela uma característica peculiar, e que varia de uma região para outra por exemplo, e também está muito ligada as características físicas do geossistema (ROSOLÉM, 2010).

Nessa conjuntura, é nítido que as dimensões sociais, econômicas e culturais, influenciam na forma como o homem pensa e se organiza no espaço e na construção de diferentes paisagens. O que faz da GTP, uma ferramenta metodológica pertinente para uma análise ambiental holista. A tríade vem contemplar a pesquisa, a partir da compreensão das relações territoriais que transformam a paisagem dando a ela uma característica peculiar, e que varia de uma região para outra por exemplo e também está muito ligada as características físicas do geossistema (ROSOLÉM, 2010). A ideia do conflito socioambiental proposta nesta pesquisa, parte dessa concepção de G.T.P, onde no geossistema de campos alagados da RESEX-MAR de Tracuateua, se estabelecem relações territoriais socioeconômicas e culturais, que produzem paisagem peculiares e impactos/conflitos socioambientais. A paisagem como um todo integrado, sofre constantes alterações num contexto espaço-temporal, porque nela se estabelecem relações de uso dos recursos naturais, que quase sempre não são executados de forma sustentável, que de desencadeiam impactos socioambientais. Nossa proposta é compreender esses impactos socioambientais através de uma análise da paisagem por meio do GTP, sendo que são esses impactos que fomentam conflitos socioambientais em área de Reserva extrativista marinha.

2.3-Unidade de Conservação: Resex Marinha de Tracuateua

2.3.1-Unidades de Conservação

A política ambiental brasileira teve início na década de 1930, período em que foi iniciada a elaboração de normativos pioneiros relacionados à gestão dos recursos naturais, tais como o Código de Águas e o Código Florestal, ambos instituídos em

1934. Desde então, o país tem avançado sobre a temática, como no processo de institucionalização das políticas públicas ambientais. Entre as décadas de 1930 a 1960 não havia propriamente uma política ambiental no Brasil ou uma instituição responsável pela gestão ambiental. Havia políticas setoriais que consideravam tangencialmente a questão ambiental, tendo como foco a exploração dos recursos naturais. A principal preocupação no período era a administração ou o “controle racional” dos recursos naturais, visando o melhor uso econômico (MOURA, 2016).

A criação e implementação de áreas protegidas no Brasil iniciou-se em 1937, com a criação do Parque Nacional do Itatiaia. A partir daí, foram criados diversos Parques Nacionais, cuja administração e fiscalização estavam submetidas ao Serviço Florestal Federal, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura. Em 1967 foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), também vinculado à pasta de Agricultura. A administração das áreas protegidas passou a ser atribuição do IBDF, que tinha também como competência prioritária, fazer cumprir o Código Florestal e toda a legislação pertinente à proteção dos recursos naturais renováveis (MOURA, 2016).

Já na década de 1970, surge a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais, e assim ocorreu em 1972 a Conferência de Estocolmo, na cidade de Estocolmo, capital da Suécia. O Brasil participou da conferência com a posição de defesa à soberania nacional. Argumentava-se que o crescimento econômico e populacional dos países em desenvolvimento não deveria ser sacrificado e que os países desenvolvidos deveriam pagar pelos esforços para evitar a poluição (MOURA, 2016). Ainda na década de 1970, foi criada a primeira instituição a tratar da temática ambiental no nível federal: a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior. A agenda da SEMA se concentrou no problema do controle da poluição industrial e urbana, em uma ação orientada, principalmente, em função de denúncias. O IBDF continuou com a função de órgão fomentador de políticas florestais e gestão de Unidades de Conservação – UCs, enquanto a SEMA acabou estabelecendo um programa próprio de áreas protegidas que ficaram a ela subordinadas (MOURA, 2016).

Esse processo de redemocratização do Brasil, contribuiu para que na década de 1980, juntamente com a pressão internacional em favor da preservação ambiental e de movimentos sociais, se constituísse uma nova constituição e legislações que regulamentaram a questão ambiental do país, sendo estes processos considerados a abertura para a adesão à causa ambientalista no país (ALONSO; COSTA, 2002).

Em 1981 foi criada a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) por meio da Lei 6.931/81. Também foi estabelecido no mesmo ano o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), pela Lei n 6.938/81, sob a direção do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). O SISNAMA é definido como o conjunto articulado de instituições, entidades, regras e práticas da União, Estados e Municípios e fundações instituídas pelo poder público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental (BRITO,2003).

A primeira etapa do PNMA (1991 a 1999) teve como linhas de ação o desenvolvimento institucional (principalmente estruturação do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente), a gestão de UCs federais, a proteção de ecossistemas (Pantanal, Mata Atlântica e Zona Costeira) e os Projetos de Execução Descentralizada (PEDs), estes últimos executados pelos municípios que apresentavam projetos de melhoria de qualidade ambiental. Em 1998 foi estabelecida a Lei de Crimes Ambientais (Lei no 9.605/1998); com isto o Brasil tornou-se um dos poucos países a possuir um direito penal ambiental (MOURA, 2016).

Nessa conjuntura, com o avanço das políticas ambientais, no ano de 2000 ocorre a regulamentação das Unidades de Conservações, com a criação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC (Lei no 9.985/2000), as mesmas foram criadas diante de um cenário de impasses socioculturais e disputas territoriais, advindo principalmente da imposição de novos mecanismo de comando e controle de espaço previamente habitados, bem como disputas relativas ao uso dos recursos naturais ali presentes (MOURA, 2016). Destaca-se nessa perspectiva, os povos e comunidades tradicionais, que através das leis do SNUC, alcançaram o direito de viver em suas terras na perspectiva do desenvolvimento sustentável⁵ (GOMES; VADJUNEC, 2012).

⁵ O desenvolvimento sustentável é uma consequência do desenvolvimento social, econômico e da preservação ambiental (FRAGOSO, 2018).

As comunidades tradicionais são conceituadas legalmente como: Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto Federal, nº 6.040/2007, art. 3, § I). Brandão (2010) contribui afirmando que:

Um grupo social local que desenvolve: a) dinâmicas temporais de vinculação a um espaço físico que se torna território coletivo pela transformação da natureza por meio do trabalho de seus fundadores que nele se instalaram; b) saber peculiar, resultante das múltiplas formas de relações integradas à natureza, constituído por conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição ou pela interface com as dinâmicas da sociedade envolvente; c) uma relativa autonomia para a reprodução de seus membros e da coletividade como uma totalidade social articulada com o “mundo de fora”, ainda que quase invisíveis; d) o reconhecimento de si como uma comunidade presente herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, direitos de posse e proveito de um território ancestral; e) a atualização pela memória da historicidade de lutas e de resistências no passado e no presente para permanecerem no território ancestral; f) a experiência da vida em um território cercado e/ou ameaçado; g) estratégias atuais de acesso a direitos, a mercados de bens menos periféricos e à conservação ambiental. (BRANDÃO, 2010, p. 37).

Nessa conjuntura, “o termo população tradicional ou comunidade tradicionais devem ser entendidos como uma sociedade dinâmica no espaço e tempo, que sofre mudanças, num ritmo diferente das demais, inclusive em seus sistemas de produção, nem sempre baseados, exclusivamente, numa economia doméstica voltada para a subsistência” (GOMES; VADJUNEC, 2012 p. 51).

Assim, as Unidades de Conservação buscam proteger e preservar o meio ambiente, de acordo com o art. 225 da constituição de 1988, as UCs são a definição e manutenção de espaços territorialmente protegidos em todas as unidades da federação. A criação dessas áreas, como bem afirma Cristiane Derani (2001), faz parte de várias funções atribuídas aos órgãos públicos necessários para buscar um meio ambiente ecologicamente equilibrado, tendo como objetivo, criar condições melhores para a sociedade, a partir da conservação de espaços povoados, principalmente quando se trata de espécies animais e vegetais ameaçados⁶.

⁶ Segundo o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas – SEUC, essas políticas ambientais são classificadas como UC de proteção integral e UC de uso sustentável. I - Unidades de Proteção Integral - com o objetivo básico de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto

O órgão federal responsável pelas UCs federais é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), sendo este uma autarquia em regime especial. Criado dia 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516. O ICMBio é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Cabe ao Instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União.

De acordo com ICMBio as Ucs se classificam em dois grupos: UCs de Proteção Integral (UPIs), onde a interferência humana direta é proibida e as UCs de Uso Sustentável (UUS), que admitem a presença de populações humanas em seu interior. Esses dois grupos se subdividem em doze categorias de manejo (tipos diferentes de UCs), variando de acordo com o grau de proteção ambiental a que se prestam como salienta (BRASIL, 2000).

O grupo das UUS abrange sete das doze categorias de manejo previstas no SNUC. Seu principal objetivo é “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais” (BRASIL, 2000). No entanto, cada uma das categorias reflete um conjunto de características socioambientais particulares com regimes de proteção territorial distintos. Dois critérios são levados em consideração para criação de UUS: i) acesso exclusivo aos recursos naturais por populações tradicionais e; ii) uso e ordenamento do território com vistas a conservar recursos naturais específicos. O primeiro grupo inclui as seguintes categorias de UCs: Floresta Nacional; Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Flora, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Particulares de Patrimônio Natural. O segundo grupo é composto pelas Áreas de Proteção Ambiental e as Áreas de Relevante Interesse Econômico (BRASIL, 2000).

No grupo das UPIs, o objetivo primordial é preservar a natureza, sendo permitido somente o uso indireto dos seus recursos naturais, a exemplo de pesquisas científicas e algumas atividades turísticas e de educação ambiental. Esse grupo é composto pelas seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre (BRASIL, 2000). Diante desses fatores, é nítida a importância do debate sobre a eficácia das Unidades de

dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta lei; II - Unidades de Uso Sustentável - com o objetivo básico de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (SEUC, 2007).

Conservação, na contenção de perda da diversidade biológica e a heterogeneidade de interesses e relações que estão dentro dessas áreas. Assim, o estudo das UCs nos permite analisar as interações socioespaciais e impactos nas sociedades locais e extra-locais.

2.3.2. A Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua-Pa

De acordo com o Artigo 18º do SNUC, a Reserva Extrativista é uma área de uso para a subsistência das chamadas populações tradicionais, sob o prisma do desenvolvimento sustentável, isto é,

Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da Unidade (BRASIL, 2000).

A ideia de Reserva Extrativista foi citada, pela primeira vez, no I Encontro Nacional dos Seringueiros da Amazônia, em Brasília, em 1985, que teve como percussores o movimento social liderado por seringueiros e sindicalistas, tendo como principal liderança a pessoa de Chico Mendes, nesse encontro foi fundado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

Para Allegretti (2002) de acordo com a ideia original, as RESEX faziam parte de um programa agrário, e não de um programa ambiental, por essa razão, as primeiras RESEX foram dirigidas pelo INCRA, e não pelo IBAMA (atualmente pelo ICMBio). Para os seringueiros, a questão de fundo nesse processo permaneceu sendo agrária e sindical. Todavia, a intenção era a transformação das RESEX em áreas protegidas. Mas devido o contexto político do início da década de 1990, poderia ser oportuno criar UCs como áreas protegidas, por meio do IBAMA. Dessa forma, a RESEX poderia ser estabelecida antes do processo de desapropriação das terras, ao contrário das exigências estabelecidas no âmbito do INCRA (ALLEGRETTI, 2002).

A proposta das RESEX conseguia integrar o desenvolvimento, conservação dos recursos naturais e equidade social. Sua legitimidade advém, por ter sido criada e demandada por populações tradicionais, organizadas em torno do Conselho Nacional dos Seringueiros e de ter sido incorporada pelo Poder Público, sem perder as características originais como aponta (COSTA, 2014).

Em síntese, o grande mérito da proposta de RESEX é considerar prioritário o homem da floresta, que estimula todo o processo como ator e cogestor da conservação (RODRIGUES; PAULA; ARAÚJO, 2004). Nessa conjuntura, criou-se as RESEX Florestais, que são o mesmo que Reservas Extrativistas, foram criadas em decorrência de violentos conflitos sobre legitimidade e regularização fundiária na Amazônia em relação às terras historicamente habitadas por populações tradicionais.

Também temos as Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX-MAR), que são uma subcategoria específica e recente de Unidade de Conservação de uso sustentável, com foco nas populações tradicionais e recursos naturais do litoral (BRASIL, 2000). A criação de reservas extrativistas marinhas é um dos grandes avanços na conservação da diversidade biológica, pois abarcam a parte aquática, sem exigir soluções de problemas fundiários na parte costeira. No entanto, é importante frisar que essas RESEX não abrangem somente a parte aquática, mas também faixas de praias, dunas, manguezal, áreas protegidas por legislação ordinária – de acordo com o artigo 20º da Constituição Federal, são bens da União, entre outros, o mar territorial, terrenos de marinha, praias –, e ainda áreas terrestres, como forma de garantir os espaços necessários para a realização de atividades econômicas complementares e para assegurar a reprodução sociocultural das comunidades (RODRIGUES; PAULA; ARAÚJO, 2004).

No estado do Para segundo FAPESPA (2016) as UC de uso sustentável iniciaram a serem criadas a partir de 1989, sendo que a última Resex criada é datada em 2014, que se trata da Resex de Mocapajuba. No que se refere especificamente a categoria de Resex, no Estado do Pará a primeira criada foi a Resex Extrativista Tapajós-Arapiuns em 1998, atualmente as Resex totalizam 23, de domínio federal sob responsabilidade do ICMBio, como demonstra a tabela (01) abaixo.

Tabela 01: Resex Federais do Estado do Pará.

RESEX	ANO DE CRIAÇÃO	EXTENSÃO TERRITORIAL
RESEX MARINHA DE ARAÍ-PEROBA	2005	625,8
RESEX ARIÓCA PRUANÃ	2005	838,2
RESEX CHOCOARÉ-MATO GROSSO	2002	27,8
RESEX GURUPA-MELGAÇO	2006	1.455,7
RESEX SÃO JOÃO DA PONTA	2002	34,1
RESEX MARINHA GURUPI-PIRIÁ	2005	727,9
RESEX IPAÚ-ANILZINHO	2005	558,4
RESEX MÃE GRANDE DE CURUÇA	2002	366,8
RESEX MAPUÁ	2005	937,5
RESEX MARACANÃ	2002	301
RESEX MARINHA CAETÉ-TAPERARU	2005	424,9
RESEX DE TRACUATEUA	2005	278,6
RESEX RENASCIMENTO	2009	2.096,7
RESEX IRIRI	2006	3.990
RESEX XINGU	2008	3.030
RESEX RIOZINHO DO ANFRÍSIO	2004	7.361,4
RESEX MARINHA DE SOURE	2001	295,8
RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS	1998	6.775,2
RESEX TERRA GRANDE PRACUÚBA	2006	1.948,7
RESEX VERDE PARA SEMPRE	2004	12.890
RESEX MARINHA CUINARANA	2014	110,4
RESEX MESTRE LUCINDO	2014	264,6
RESEX MOCAPAJUBA	2014	210,3

Fonte: FAPESPA (2016). Organizada pela autora (2022).

Entendemos que as reservas extrativistas (Resex) são áreas protegidas, que buscam a conservação dos recursos naturais e culturais de povos que desenvolveram uma relação relativamente harmônica com o território e o meio ambiente do qual retiram o seu sustento (BENATTI, 2009). As Unidades de Conservação (UC) de Desenvolvimento Sustentável do tipo Resex fazem parte de um conjunto de políticas públicas que surgiram no Brasil na década de 1990. “A demanda de criação de Reservas Extrativistas é outro procedimento adotado por parte de grupos sociais que, não se identificando como indígenas ou quilombolas, reivindicam a condição de povos ou populações tradicionais” (SANT’ ANA JÚNIOR, 2014, p. 106).

A grande demanda pela criação de Resex em todo o país é explanada por Sant’ Ana Júnior (2014) como uma estratégia de dispositivos legais, que contribuem para a permanência dos povos tradicionais na terra, ancestralmente ocupada. Estão inseridas na categoria de unidades de conservação (UCs) de desenvolvimento sustentável, as reservas extrativistas florestais e marinhas, e são aplicadas como solução para os conflitos por recursos naturais e territórios, “[...] após cinco anos de confrontos entre seringueiros e fazendeiros e de debates com os órgãos governamentais” (ALLEGRETTI, 2008, p. 46). Porém, mesmo nesse modelo alternativo, discórdias e conflitos ainda são notados, no entanto, em nível menor (SOUZA *et al.*, 2009).

Como território de uso comum, as Reservas Extrativistas têm, seu gerenciamento e regulação de utilização, a partir de um sistema de cogestão, que seria uma gestão participativa. Tendo a presença efetiva do Estado, e a participação da Sociedade Civil através do Conselho Deliberativo (CD) que tem, entre outros, como participantes a Associação de Usuários e o Povo Tradicional (RODRIGUES, 2017).

Após a instituição da REM (Reserva Extrativista Marinha) de Soure, em 2001, foram criadas no litoral paraense mais 11 reservas desse tipo. As REM nessa região foram estabelecidas em grupos de várias unidades, nos anos de 2002, 2005 e 2014. A Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (REMT) foi criada em 20 de maio de 2005 conjuntamente com as Resex Marinhas de Caeté-Taperaçu, Araí Peroba e Gurupi-Piriá (RODRIGUES, 2017).

A Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (REMT) está localizada a 169 km da cidade de Belém, no município de Tracuateua, na microrregião do Salgado no Nordeste Paraense. A Reserva é composta por 55 comunidades, entretanto, somente uma dessas comunidades está incluída dentro dos limites da RESEX, enquanto as demais 54 comunidades estão localizadas em sua área circundante – uma característica das reservas extrativistas marinhas que as distingue das demais UCs (RODRIGUES, 2017).

A área que compõe a RESEX de Tracuateua é de aproximadamente 27.153,670 ha, sendo 8.113,802 ha de espelho d'água e os demais 19.039,868 ha são compostas pelas seguintes unidades de paisagem: manguezais, restingas, praias, campos alagados e ilhas (SOUSA, *et al.*, 2016). As comunidades, possuem como base a atividade extrativista é a “pesca artesanal (peixes, crustáceos e moluscos), que beneficia 55 (cinquenta e cinco) comunidades agroextrativistas, organizadas em 8 (oito) polos que congrega um universo aproximado de 2.100 (duas mil e cem) famílias, totalizando cerca de 8.800 (oito mil e oitocentas) pessoas” (COSTA, 2014).

A gestão da RESEX-MAR de Tracuateua, como é estabelecido por lei é pautada em uma gestão participativa, a partir do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da sociedade civil usuária e a Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (AUREMAT), ela congrega o conjunto de famílias organizadas nas comunidades e polos. O papel da AUREMAT junto como órgãos gestores da REMT, o ICMBio e os agroextrativistas, é buscar conversar e a debater práticas e problemáticas, que venham se estabelecer na área.

Dessa forma, um bom funcionamento de uma Unidade de Conservação, depende da existência de ferramentas de gestão bem construídas e que respondam aos anseios das famílias que a compõem. Uma dessas ferramentas utilizadas na REMT é o Acordo de Gestão, que busca facilitar o entendimento e incentivar a adoção das regras estabelecidas, no que se refere ao uso dos recursos naturais disponíveis e as relações entre os diversos grupos sociais usuários existentes. O acordo foi criado em conjunto com a Associação, ICMBio e a Comunidade (AUREMAT, 2017).

As regras estabelecidas giram em torno de tomadas de decisão sobre como e quem pode explorar os recursos naturais (floresta, água, peixe, caça, terra). A priori, de acordo com o documento, somente as famílias beneficiárias, possuem o direito de utilizar esses recursos, sendo estabelecidas as seguintes regras:

- É proibida a retirada de madeira dos manguezais;
- É proibida a caça de animais silvestre;
- Proibido a domesticação de animais silvestres, exceto se houver autorização do ICMBio;
- A pesca é permitida, porém com regras estabelecidas a partir do tamanho do peixe e ferramenta de pesca;
- A Coleta de Caranguejo é permitida apenas no período estabelecido, sendo capturado através do braço ou gancho;
- A construção de barragem em igarapés é proibida apenas quando se for utilizar substâncias tóxicas na água, se o rio é utilizado para navegação e no período de desova dos peixes;
- O lixo deve ser descartado de forma correta, tanto os orgânicos quanto os não orgânicos;
- É proibido atear fogo nos Campos naturais, sendo permitido apenas para roçados com os todos os procedimentos estabelecidos no Acordo de Gestão;
- Não é permitida a criação de animais de grande porte na Resex (cavalos, bois e búfalos, exceto nos campos naturais, sendo seguidas as regras de não prejuízo matérias aos vizinhos, não causar transtorno em vias públicas e danos ao meio ambiente) (AUREMAT, 2017).

Com a falta de um Plano de Manejo, que de acordo com a Lei Nº 9.985/2000 que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos de gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais. O único documento, que organiza e gerencia a RESEX-MAR é o Acordo de Gestão. Esse fato acarreta o surgimento de conflitos socioambientais, devido ao uso desregrado dos recursos naturais disponíveis nas dependências da Resex-Mar de Tracuateua.

A AUREMAT, através de parcerias, e com o ICMBio, mesmo sem o Plano de Manejo tão necessário, desenvolveram alguns projetos sociais que contribuíram e contribuem para a qualidade de vida e valorização econômica da população usuária que compõem a RESEX-MAR. Um dos projetos é a Feira de Economia Solidária e Agroextrativista, pela qual ocorre a comercialização e exposição dos produtos

originários da própria RESEX, nas comunidades e nas redes de empreendimentos solidários. O projeto teve início em 2014, e teve apoio da União Europeia e Banco da Amazônia S.A (BASA).

Outros dois projetos de grande relevância, fruto da AUREMAT com parceria com INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) é o Programa Crédito de Instalação e Crédito fomento.

O chamado Crédito Instalação é a primeira etapa de financiamento garantido pelo Incra às famílias e o atual modelo de investimento de recursos está definido no Decreto 9.424/2018, que indica as modalidades disponibilizadas e os critérios a serem atendidos para acesso aos valores. Apoio Inicial, Fomento, Fomento Mulher, Semiárido, Florestal, Recuperação Ambiental, Cacau, Habitacional e Reforma Habitacional. Cada uma dessas modalidades previstas do Crédito Instalação traz a oportunidade para o público da reforma agrária permanecer no campo e estar entre os principais atores do desenvolvimento do meio rural. São requisitos comuns para acesso a todas as modalidades a atualização dos dados das famílias beneficiárias junto ao Incra, a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e a assinatura, com a autarquia, do Contrato de Concessão de Uso (CCU) – instrumento que transfere o imóvel rural ao assentado em caráter provisório –, o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), no caso de assentamentos ambientalmente diferenciados ou, ainda, um documento equivalente, no caso de áreas reconhecidas pela autarquia. O crédito habitacional viabilizar a construção de habitação rural nos assentamentos criados ou reconhecidos pelo Incra. Valor de até R\$ 34 mil (trinta e quatro mil reais), por família assentada; Fomento - para viabilizar projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e renda. Valor de até R\$ 6,4 mil (seis mil e quatrocentos reais), que pode ser dividido em duas operações de até R\$ 3,2 mil (três mil e duzentos reais) por família assentada (BRASIL, 2018).

Através desses projetos, várias famílias foram beneficiadas com o crédito de fomento, além das diversas residências que foram construídas decorrentes do acesso a políticas públicas, especialmente no que diz respeito à seleção dos beneficiários do crédito da reforma agrária para a construção de residências, as chamadas “casas do Incra” (COSTA, 2014).

A RESEX Marinha de Tracuateua destaca-se entre outras, por duas diferenças, se comparada às outras UCs paraenses. Uma, é a presença de campos em sua área, além do tradicional manguezal e lâmina d'água. A outra, é que os extrativistas pescam também em lagoas de água doce. O geossistema de campos naturais, o qual será a área específica dessa pesquisa, se caracteriza como uma das áreas de bastante tensão, visto que, são diversas as suas utilizações. Os campos naturais situam-se principalmente no norte do município, ocupando 20% da área territorial de Tracuateua. A região é cortada por rios e igarapés. A vegetação é composta por gramíneas, na

maioria junco. Os terrenos baixos estão sujeitos à inundação, com seu ciclo que obedece ao período chuvoso, primeira metade do ano (AVIZ *et al.*, 2013).

Figura 03: Campos Naturais na RESEX MAR de Tracuateua.



Fonte: Trabalho de campo, 2020.

“Os campos naturais são fragmentos florestais pertencentes a florestas inundáveis” (BRITO, 2008, p. 380). Anualmente encharcado ou rasamente inundado por cinco a seis meses, de dezembro a junho, e fortemente ressecado durante a estação seca (julho a Dezembro) ocorrem em situações bem definidas, sob a forma de depressões naturais que favorecem seu alagamento e conseqüentemente, maior tempo de retenção da água em épocas de maior precipitação, apresentando peculiaridades florística, estruturais e fisionômicas dos demais tipos de vegetação do entorno, além de possuir a função de servir de abrigo, refúgio e também de fonte de alimentação para animais (RODRIGUES, 2017).

Os campos naturais de Tracuateua estão localizados na porção norte do município. São definidos por uma vegetação esparsa de indivíduos arbóreo-arbustivos estabelecidos em um tapete herbáceo. O estrato arbóreo arbustivo é aquele que, em geral, vem definindo o sistema paisagístico e, por isso, é de grande importância para a classificação destas unidades de paisagem não florestais (CUNHA, 2010).

Nessas áreas é possível encontrar um lugar mais alto, cujo relevo possibilita a formação de tesos com campo florestado, podendo ficar fora da zona de inundação, garantindo à construção de moradias (GOMES, 2005). As comunidades que se situam nessas áreas têm como principal característica o modo de vida rural, com o uso da terra voltado para a agricultura, pecuária, criação de animais de pequeno porte e a pesca artesanal praticada dentro dos ambientes aquáticos (neste caso os campos). Os atores-sujeitos para tanto, são agricultores, criadores de animais, pescadores artesanais e extratores, uma conjuntura de formas de usos dos recursos naturais.

Entretanto, conforme pontua Gomes; Peres (2012, p. 5) “a abertura de estradas e a chegada da energia elétrica modificaram significativamente a paisagem da comunidade”, possibilitando a inserção de novas formas de sobrevivência, que nem sempre está atrelada ao espaço rural. Embora outras práticas sejam incorporadas nesse território, nos campos de Tracuateua é possível visualizar algumas atividades produtivas de maior utilidade, que são à base da sobrevivência dos moradores, entre elas: a agricultura consorciada, a pesca artesanal, a criação de bovinos, equinos e bubalinos e a criação de animais de pequeno porte.

Diante desse cenário, vem ocorrendo a intensificação das relações humanas provocadas pela disputa por espaço ou recurso natural (Isso é muito importante e deve ser mostrado). Isto é, a unidade de campos naturais em Tracuateua padece de conflitos socioambientais, decorrente do seu uso para a satisfação das necessidades dessas populações tradicionais, que sem o devido conhecimento e afetam a dinâmica natural desse ecossistema, comprometendo a fauna, a flora, os recursos hídricos e a sua própria sobrevivência.

2.3.3 Conflitos Socioambientais em Unidades de Conservação

Nesse contexto, como já explanado, essa pesquisa busca compreender os conflitos socioambientais nos Campos Naturais, na REMT, dessa forma, entendendo as competições, entre os vários indivíduos que utilizam esse geossistema. Partimos da teoria sistêmica TGS, principalmente a partir das contribuições de Capra (1999) que destaca que para compreendermos os problemas socioambientais do planeta, é necessário percebê-lo a partir das interações entre suas partes, os sistemas vivos naturais e os sistemas vivos sociais, que atuam como comunidades-redes que se

interligam. Nessa interação sistêmica, percebemos que nessa relação sociedade-natureza afloram os impactos socioambientais que comprometem a existência da vida no planeta. Já o GTP, nos permite compreender com mais amplitude essas interferências sociais na paisagem, no geossistema, revelando que a paisagem além de natural e de uso tradicional, é também cultural.

A grande variedade de representações sociais, no que tange a relação sociedade natureza constrói um dos principais obstáculos a serem afrontados numa negociação patrimonial de conflitos socioambientais. As disputas relacionadas ao uso dos recursos naturais estão alastradas por todas as regiões do planeta, mas as dimensões, o nível e a intensidade dos conflitos assumem conotações diferentes em cada contexto socioecológico.

Os conflitos de uso dos recursos naturais afetam oportunidades o desenvolvimento econômico, a conservação do meio ambiente local e a qualidade de vida de populações tradicionais. Esses conflitos podem mudar de acordo com a dinâmica natural, como os períodos de seca ou enchentes, e com a dinâmica social, acentuando-se com o crescimento econômico competitivo. Conflitos socioambientais são definidos por Scotto (1997 p. 4) como:

[...] conflitos que têm elementos da natureza como objeto e que expressam relações de tensão entre interesses coletivos e interesses privados [...]. Em geral, eles se dão pelo uso ou apropriação de espaços e recursos coletivos por agentes econômicos particulares, pondo em jogo interesses que disputam o controle dos recursos naturais e o uso do meio ambiente comum, sejam esses conflitos implícitos ou explícitos (SCOTTO, 1997, p. 4).

Os conflitos relacionados a utilização dos recursos naturais são muito complexos, além de delimitar o espaço que contém recursos naturais, há questões sociais importantes que devem ser consideradas como a questão de moradia e sobrevivência (LITTLE, 2001). Ainda segundo Little (2001), a significação de conflito na área ambiental não se reduz somente aos impactos antropogênicos sobre a natureza, os embates referem-se também a:

[...] disputas entre grupos sociais provenientes dos diferentes tipos de relação que eles mantêm com o seu meio natural. A definição de socioambiental é integrada em três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos (LITTLE, 2001, p. 107).

A disputa por espaços geográficos exige atenção, pois, na maioria das vezes envolve populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras e seringueiros que utilizam uma economia que interage com os recursos locais como a floresta (VELASQUEZ, 2008). Nesse sentido, o termo conflito socioambiental, pode ser conceituado como as relações sociais de disputa/tensão entre diferentes grupos ou atores sociais pela utilização e gestão do patrimônio natural e cultural (CARVALHO; SCOTTO, 1995).

Esse tipo de abordagem permite, que possamos trabalhar temas como a necessidade de negociação entre os diferentes grupos de interesse, sobre a utilização da base natural que é comum a todos, formas de mediação desses interesses, busca de priorização e compatibilização de usos para um mesmo recurso, critérios norteadores das tomadas de decisão em relação aos usos e instrumentos legais de participação nas tomadas de decisões que envolvam os componentes relacionados à ética e à participação cidadã (VIVACQUA, *et al.*, 2005). Dessa forma, entendemos o conflito como originário do controle territorial de grupos sociais, no que diz respeito a jurídico e ao político, acerca das delimitações de territórios e do poder exercido sobre eles. Quando um poder no âmbito jurídico-político sofre uma violação, surge o conflito territorial. A esse conflito, associa-se a questão dos valores simbólicos e culturais, conflitos de relações sociais cotidianas, conflitos entre culturas e crenças diferenciadas, o que alimenta o conflito na perspectiva territorial. No que se refere a gestão dos recursos naturais, as ações humanas que transformam o meio biofísico de um território comprometendo o meio ambiente e interferindo em relações de controle territorial, surge o conflito (LITTLE, 2001; SAQUET, 2015; HAESBAERT, 2011).

Segundo Buckles; Rusnak (2000), várias são as fontes de conflitos, e podem ser identificadas na dinâmica de gestão de recursos de uso comum.

Em primeiro lugar, os recursos naturais estão integrados em um entorno ou espaço interconectado, no qual as ações de um indivíduo ou grupo podem gerar efeitos inesperados em áreas muito distantes do ponto de intervenção. Em segundo lugar, os modos de apropriação de gestão de recursos naturais fazem parte de um tecido de inter-relações complexas e desiguais entre atores sociais dotados de percepções, interesses e poder de barganha muito diferenciados. Como em outras arenas de tomada de decisão, os atores dotados de maior capacidade de barganha política são também os que estão mais bem posicionados para controlar as decisões em seu próprio benefício. Em terceiro lugar, vale a pena mencionar a escassez dos recursos naturais devida à rapidez das transformações ambientais, ao aumento da demanda e à distribuição desigual dos frutos da riqueza auferida. E por último, indicam os usos efetivos que são feitos dos recursos naturais. Eles só se tornam compreensíveis quando as variáveis socioculturais passam a ser realmente levadas em conta nas análises (VIVACQUA *et al.*, 2005 p.7)

Dessa forma, um dos maiores desafios que têm sido enfrentados pelos gestores do patrimônio natural e cultural consiste na mudança das divergências em oportunidades de aprendizagem voltadas para a cooperação. Isto exige uma abrangência mais profunda dos vários condicionantes dos processos de degradação, e a elaboração de estratégias, alternativas flexíveis, sempre afinadas com o reconhecimento das incertezas que cercam a compreensão da dinâmica dos sistemas socioecológicos. De acordo com Ferreira (2002), o debate sobre o tema tem sido polarizado por duas abordagens:

a) os conflitos são inerentes a qualquer sistema social, funcionando como propulsores das mudanças; sendo o consenso apenas uma contingência, não há possibilidade de resolução definitiva de qualquer conflito e; b) os conflitos são distúrbios na ordem de sistemas sociais, que solicitam esforços para o desenvolvimento de estratégias para transformá-los e mitigá-los (FERREIRA, 2002, p. 52).

Com base nessa conjuntura, a qual os conflitos são intrínsecos à vida em sociedade, as circunstâncias de conflitos socioambientais transportam em si potencialidades positivas, de transformações rumo à reorganização dos arranjos de tomadas de decisão. No entanto, o acirramento dos conflitos pode conduzir a situações extremas, comprometendo os esforços de monitoramento de resiliência ecossistêmica e institucional (OAKERSON, 1992).

Nesse contexto, sabemos que de acordo com a história, a concepção de áreas protegidas tem dado margem a um longo processo de formação e dispersão de situações de conflitos, seja pela exclusão do acesso aos bens e serviços ecossistêmicos⁷ ou seja pela expulsão das populações residentes após o decreto de instituição das áreas.

Na RESEX-MAR de Tracuateua não é diferente, a referida RESEX vem tendo que lidar com diversos conflitos socioambientais, advindo principalmente da utilização dos Campos Naturais, visto que há uma predominância de atividades pecuaristas nos campos, como a criação bovina, equina e bufalina, de pesca predatória proibidas na RESEX que são: de mergulho; bateção de água com holofote, rede apoiada, Muzuá,

⁷ Serviços ecossistêmicos são definidos como os diversos benefícios fornecido pelos ecossistemas naturais, que são a base para condições necessárias à existência de vida no planeta, construindo, portanto, um conceito biocêntrico (SILVA; MONTIBELLER-FILHO, 2011).

Fuzarca, Zangaria e a Caça ou pesca das marrecas e patos selvagem. Ações essas, que vem ocasionando divergências, entre uma parte da população que é consciente, sobre a utilização desses recursos e outra que ignora o real sentido preservação de uma RESEX-MAR, e assim, deixando de seguir o único documento de gestão que REMT possui, o Acordo de gestão.

CAPÍTULO 3: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E OS ASPECTOS FISIAGRÁFICOS DOS CAMPOS ALAGADOS DA RESEX-MAR DE TRACUATEUA-PA

Neste capítulo, objetivamos compreender o processo histórico de ocupação e os aspectos fisiográficos da unidade de paisagem de campos alagados, na RESEX-MAR de Tracuateua-PA. Iniciamos o capítulo abordando a constituição do modo de vida das populações tradicionais na unidade de paisagem de campos alagados, a formação da comunidade da Chapada, e o ritmo de vida antes da criação da RESEX-MAR. Em perspectiva história, pretendemos apresentar o modo de vida num período anterior a unidade de conservação, relembando fatos de um passado, para perceber o que mudou e o que permaneceu. Por conseguinte, trataremos da criação da RESEX-MAR, como se deu o processo de criação, como as populações tradicionais participaram do processo, e como se deu a atuação institucional, informações essas obtidas em entrevistas abertas.

Nesse contexto, apresentaremos a dinâmica do modo de vida no cenário pós criação da RESEX-MAR, demonstrando também como a população também foi contemplada com políticas de reforma agrária. Objetivamos identificar as políticas tanto ambientais e agrárias que contemplam a população local, que habita os campos alagados, como o contrato de direito real de uso (CDRU).

Por fim, apresentamos os aspectos fisiográficos da unidade de paisagem de campos alagados, a caracterização dos detalhes e elementos que formam a paisagem, bem como, a partir do GPT, identificaremos os tipos de uso e ocupação do solo que transformam a paisagem e ocasionam em conflitos socioambientais. A ideia é identificar as áreas de uso e ocupação do geossistema. A partir de trabalhos de campo, observamos os aspectos da paisagem, os tipos de uso que, com o auxílio de recurso cartográficos, apresentamos a caracterização do uso e ocupação do solo nos arredores da comunidade da Chapada.

A proposta teórico-metodológica de análise ambiental G.T.P – Geossistema – Território – Paisagem, foi uma criação de Bertrand em 2007, o qual direcionou muitos anos de estudo para compreender o geossistema e assim, contribuindo para análises mais amplas do meio ambiente. Nessa proposta, a análise da paisagem se dá a partir do potencial geoecológico, das relações socioeconômicas que se desenvolvem sobre a natureza e, finalizando com a interpretação do cultural, das paisagens produzidas a partir do uso cotidiano do território (TELES; PIMENTEL, 2015). Dessa forma o sistema G.T.P se baseia em critérios como antropização – G; artificialização – T; artialização – P.

O geossistema é visto enquanto o espaço-tempo da natureza antropizada (socializada), tal qual ele funciona atualmente, permitindo uma análise da estrutura e funcionamento biofísico do espaço geográfico. Este modelo expõe o geossistema enquanto um conceito naturalista com dimensão social; O território, está fundado sobre a apropriação e, portanto, representa o "limitar/cercar", refere-se ao espaço-tempo da sociedade, aquele da organização política, jurídica, administrativa. É assim, o "recurso" (*ressource*) no tempo curto e instável do mercado. Permite analisar as repercussões da organização e funcionamento socioeconômico sobre determinado espaço; A paisagem representa o espaço-tempo da cultura, da arte, da estética, do simbólico e do místico. Ela é o *ressourcement* de tempo longo, patrimonial e identitário (NEVES; MACHADO; CAMARGO, 2017, p. 81 – grifos do autor).

Isto é, estudar o G.T.P é compreender a paisagem visual, oral, escrita, a partir das ações territoriais de uso cotidiano dos recursos naturais, da estrutura física do espaço, ou seja,

No entanto, estudar essas três categorias, através do sistema GTP, é evidenciar que o pertencimento ao lugar, as relações culturais, as relações de poder sobre determinado espaço e o modo como se utiliza os elementos naturais se apresenta a partir de um jogo dialético que compõe um sistema integrado que é a face da nossa sociedade (NEVES; MACHADO; CAMARGO, 2017, p. 81).

Os diferentes usos impostos sobre o território implicam em transformações territoriais, no que diz respeito a autonomia do uso, bem como as transformações socioambientais. Dessa forma, quando essas transformações impactam as territorialidades, elas se mostram ameaçadas, daí se instaura o conflito, a partir das transformações nas relações de poder, bem como na dinâmica socioambiental.

No entendimento de Little (2004), os conflitos socioambientais podem ser pensados a partir de grandes tipologias que os caracterizem: a) sua relação em torno do controle sobre os recursos naturais disponíveis; b) em torno dos impactos gerados pela ação humana, sendo estes sociais ou ambientais, e c) a partir de valores e modos de vida divergentes ou ainda de ideologias não consensuais (CAÑAS, 2015, p. 155).

No contexto do G.T.P, as relações territoriais criam uma artificialização da paisagem natural, essa antropização-artificialização provocam mudanças significativas na dinâmica ambiental, causando impactos que interferem nas relações sociais. Dessa forma, as territorialidades se mostram antagônicas entre si, instaurando o conflito. Pretendemos a partir desse trabalho, identificar a partir do G.T.P esses conflitos em comunidades tradicionais da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, respectivamente na comunidade da Chapada que embora se localize no entorno, é considerada uma comunidade tradicional usuária da REMT.

3.1 O Processo de Ocupação e Organização Socioespacial em Campos Alagados

A análise da paisagem e dos conflitos que originam de seus usos a partir do G.T.P, nos permite compreender as dinâmicas históricas de uso dos lugares, a formação de paisagens humanizadas, que contrastam com os aspectos naturais. Nessa pesquisa, como estamos tratando dos usos e transformações da paisagem de campos alagados, e os conflitos que se originam desses usos, é imprescindível compreender o processo histórico de ocupação e uso dessas áreas alagadas, respectivamente se tratando da comunidade da Chapada.

A princípio, é correto esclarecer primeiramente o que vem a ser comunidade. O conceito de comunidade é um conceito da sociologia, que busca conceituar relações de proximidade entre grupos sociais. Todavia, esse conceito apresenta distintos significados, para tanto, depende do ponto de vista em que será interpretado. Ora pode ser entendido num viés religioso, no que diz respeito a comunidade religiosa, cristã. Outrora pode ser entendido a partir das relações de vizinhança, parentesco, proximidade de vínculos sociais, casas próximas, núcleo de fixação rural (SOUSA, 2014).

Não deve haver uma tipologia única para caracterizar uma comunidade, o que devem ser destacadas são as relações internas ao aglomerado humano, relações em comum e de mutualidade. Para tanto, não existe diferença entre aldeia e comunidade rural, pois ambas na verdade são as mesmas coisas, porém, é obvio que existem

diferenças ligadas ao social, ao espacial e ao econômico⁸. Ou seja, existem distinções intercaladas ao índice populacional, a trajetória histórica, as localizações geográficas, aos tipos de agricultura e criação de animais, a política, assim como também a cultura, línguas e crenças.

Isto é, Sousa (2014) salienta, tendo como fundamentação as formulações teóricas de Freyer, que cada comunidade possui um conjunto de leis que determinam e estruturam “[...] a lógica da vida social em grupo, levando a uma diferenciação em relação a outras ordens sociais. Com isso, cada comunidade ergue suas próprias convicções inabaláveis e uma dinâmica específica” (Ibidem, p. 45).

A aldeia não é o embrião da comunidade rural, ela também é uma comunidade. Ou seja, “[...] tudo aquilo que é confiante, íntimo, que vive exclusivamente junto, é compreendido como vida em comunidade” (TONNIES, 1973, p. 97 Apud SOUSA, 2014, p. 45). Ou seja,

[...] onde quer que os membros de qualquer grupo, pequeno ou grande vivam juntos e de modo tal que compartilhem, não deste ou daquele interesse, mas das condições básicas de uma vida em comum, chamamos a esse grupo de comunidade (MACIVER; PAGE, 1973, p. 122 *apud* SOUSA; MACEDO, 2011, p. 122).

Tomando posse da concepção de Smith (1971, p. 113-114), salienta-se a comunidade como uma área,

[...] de participação social, de interesse e identificação mútuos e das atividades coletivas de vários tipos. [...] cujos residentes compreendem que estão no mesmo barco da vida. Em consequência dessa situação, eles são impelidos a trabalhar não só no sentido da família e da vizinhança mas do bem-estar do grupo.

A partir dos ideais expostos, podemos perceber que o princípio de comunidade é gestado a partir de uma identidade coletiva, do fato de sentir-se pertencente a um grupo social e ao vínculo espacial, onde os sujeitos estão ligados aos mesmos objetivos e esperanças como salienta (MACEDO, 1986 *apud* SOUSA, 2014). A comunidade rural é fruto da união de parentes e amigos, da proximidade, da identidade coletiva, de membros de uma mesma dinâmica social e espacial. A comunidade é o universo do compartilhamento, do companheirismo, e também do festejo e da crença. Segundo Paulino (2003, p. 364)

⁸ “Cada comunidade rural tem uma expressão específica; é uma pequena, porém definida, parte da terra” (SMITH, 1971, p. 113).

Antônio Carlos Diegues (2008) nos apresenta o termo comunidades tradicionais, que segundo o autor,

Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. [...] (DIEGUES, 1992c, p. 142 *apud* DIEGUES, 2008, p. 89).

A comunidade da Chapada, lócus deste estudo, por estar localizada nos limites territoriais da RESEX, é interpretada pelo poder público como uma comunidade tradicional, haja vista que o Decreto nº 6.040 de 7 de Fevereiro de 2007 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)⁹, destaca em seu Art 3º Inciso I:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Isto é, a comunidade da Chapada pode ser entendida no âmbito do conceito de comunidade rural, todavia, por esta ser contemplada com uma política ambiental, a RESEX, juridicamente é reconhecida no âmbito das comunidades tradicionais, cujo termo está ligado a questão do uso dos recursos naturais. A partir dos trabalhos de campo, percebemos que o processo histórico de ocupação dessa comunidade tradicional se deu a partir de dinâmicas familiares, isto é, famílias que foram ocupando terras públicas e construindo suas moradas. A entrevistada 1, relata que seu bisavô foi o primeiro morador da comunidade chapada, isto é, ao chegarem não havia RESEX, apenas “terras sem donos”, assim a família “[...] “Gomes” foi crescendo, se espalhando pelas terras, chegaram novas famílias, e as terras foram passadas de pai para filhos, vivíamos de pesca e criação de gados, além da retirada de caranguejo,

⁹ Assim como a Constituição de 1988, a PNPCT apenas ressalta os direitos indígenas e quilombolas sobre terras tradicionalmente ocupadas, não abrangendo as demais populações tradicionais. No art. 3º Inciso II, deixa claro que “II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações [...]” (BRASIL, 2007).

tudo era muito farto” (ENTREVISTADA 1, 2021). A Entrevistada 2, residente na comunidade Chapada, relata o seguinte,

As comunidades que existem hoje no entorno da RESEX, acho que é mais de 50, todas, surgiram sozinhas, chegaram as famílias, os filhos foram se casando e as terras foram passando de pai para filho, sobrinho. E foi assim, alguns venderam terras, para conhecidos, mas sempre para pessoas de alguma comunidade próxima (ENTREVISTADA 2, 2021).

O estudo de Sousa (2019) aborda brevemente uma contextualização histórica da comunidade da Chapada, pontuando que a comunidade deva ter cerca de 200 anos. A respeito da denominação, Sousa (2019, p. 15) elenca que “Quanto à localidade rural presume-se que recebeu o nome de Chapada por se tratar de uma área plana que está cercada por campos alagados. Outra teoria para o nome provém de uma espécie de capim muito comum na região denominada pelos moradores por capim chapada.”. A referente pesquisa destaca que o primeiro morador e fundador da comunidade da Chapada foi um português que se chamava Manoel Gomes, que fincou morada na localidade por volta do ano de 1800 (SOUSA, 2019).

[...] estima-se que a Comunidade possua entorno de 200 anos, tendo seu primeiro morador, Manoel Gomes, vindo de Portugal por volta de 1800. Os motivos de sua vinda para a região ainda não estão claros, apenas que se estabeleceu na área com sua família dando início ao povoamento do local (SOUSA, 2019, 15).

Essas especulações, a pesquisadora obteve a partir de entrevistas com moradores antigos, assim como também realizamos na comunidade da Chapada. Uma das entrevistas Sousa (2019) realizou com a bisneta de Manoel Gomes, a senhora Andrelina Gomes, exclamou o seguinte:

“Meu pai, João da Costa Gomes Filho, ele dizia que era Chapada porque era uma ilha circulada de água, então por isso colocaram o nome de Chapada. Ele disse que quando ele se entendeu o tio dele contava pra ele, porque o pai dele morreu ele ficou pequeno. O pai dele era o João Gomes, filho do primeiro morador que era o Manduquinha, o Manoel Gomes, avô dele (pai da entrevistada). Ele (Manoel Gomes) era morador daí, ele era dono de tudo aquilo, era dono do Tracuateua também, tudo o Tracuateua, ele era um... coronel, só sei isso que ele era né. Aí o filho dele já era o pai do meu pai. Quando o pai do meu pai morreu, meu pai tinha 6 anos, o avô dele ainda ficou vivo, quando ele tinha 18 anos o avô dele morreu, o avô dele morreu com cento e poucos anos. Eu tô te falando que a origem da chapada é isso porque quando eu tava estudando eu fiz a origem da chapada. Porque ela era uma ilha cercada de água e todo o capim que tinha nela era só capim chapada, ela era tomada de capim chapada, além de ela ser uma ilha cercada de água. (ANDRELINA GOMES EM ENTREVISTA *apud* SOUSA, 2019, p. 15).

A partir da narrativa acima, podemos perceber que o nome da comunidade muito tem a ver com suas características geográficas, isto é, por se estabelecer em um relevo de planície plana, rodeada de lagos e campos, ou seja, era uma ilha cercada de água, de capim chapada, como contou a entrevistada. Na figura (04) abaixo, podemos perceber a coexistência entre os aspectos naturais da paisagem de campos alagados, e os aspectos humanizados, ações antrópicas que modificaram a paisagem, tornando-a geográfica. Percebemos casas, ponte, uma estrada de terra que possibilita a locomoção entre os moradores.

Figura 04: Estrada de Terra na Comunidade da Chapada, Tracuateua-PA.



Fonte: Trabalho de Campo, 2021.

Segundo o entrevistado 3, do sexo masculino, relata que na comunidade da Chapada três sobrenomes de famílias são predominantes, devido ao processo histórico de ocupação das terras adjacentes a comunidade. A partir do excerto exposto, podemos perceber que o processo histórico de ocupação se deu a partir das famílias que foram ocupando e se desenvolvendo sobre as comunidades. Dessa forma, as dinâmicas familiares foram constituindo paisagens diferenciadas, a partir dos usos dos recursos naturais, tanto antes da criação da RESEX, quanto depois de sua criação. A interação entre homem e natureza atualmente, se dá a partir de

atividades agrícolas e pecuárias¹⁰ e extrativistas em ambientes familiares, como confirma o estudo de (SOUSA, 2019).

A referida localidade rural possui 512 habitantes em uma área conhecida como região dos campos na Zona Bragantina. Sua principal atividade econômica baseia-se na agricultura familiar por meio da produção da farinha, comercializada principalmente em Bragança, na produção de fumo com o plantio em pequena escala da erva do tabaco³, além de atividades extrativistas, uma vez que os moradores retiram sua subsistência das áreas de mangues e campos alagados. Nessa perspectiva, a vida cotidiana da Comunidade da Chapada é ditada pelos costumes agrícolas que regem o despertar e os afazeres de seus moradores (SOUSA, 2019, p. 17).

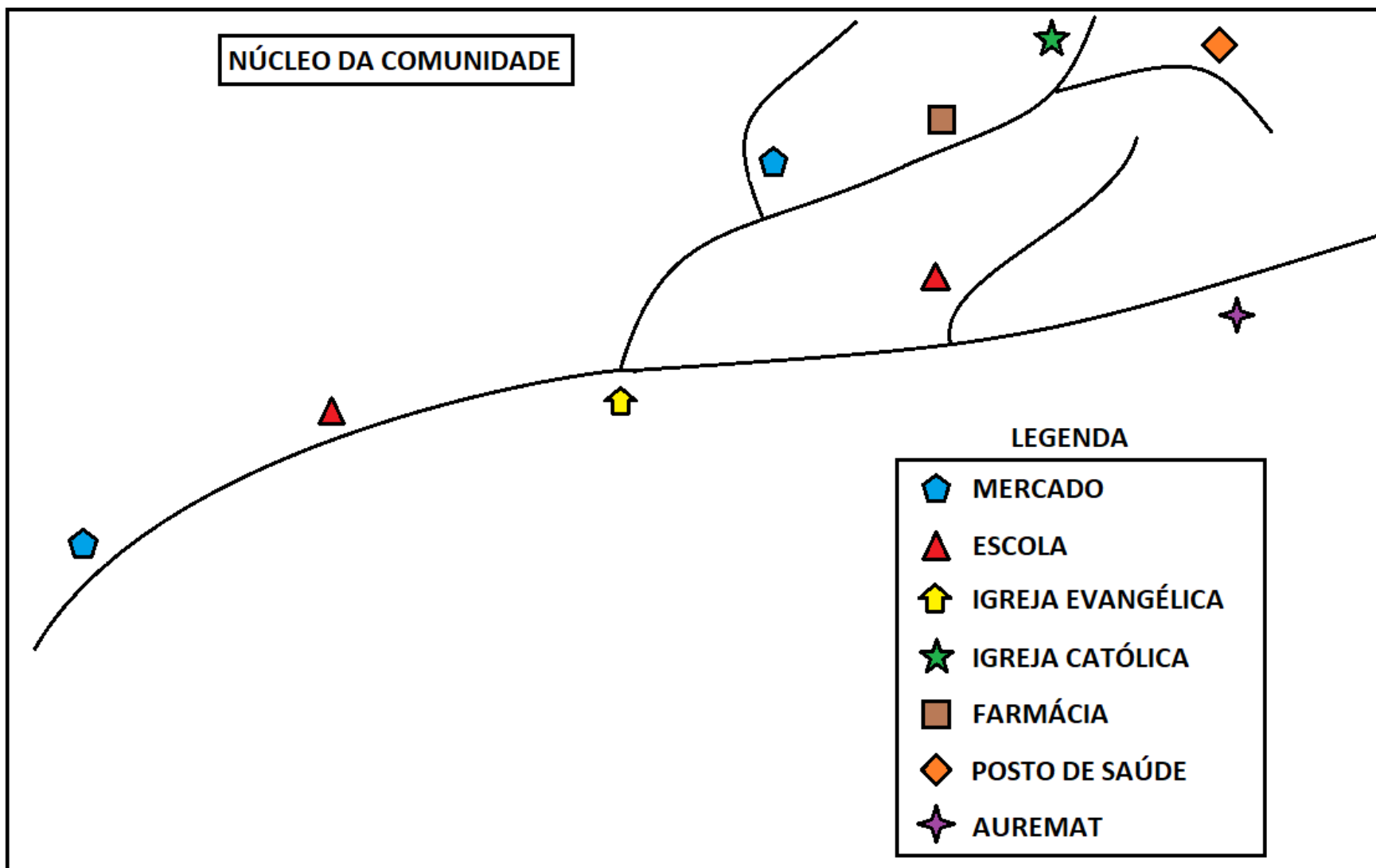
Segundo Sousa (2019) são 512 habitantes, sendo 167 famílias segundo dados colhidos em trabalhos de campo. Dessa forma, podemos compreender que essas relações sociais econômicas, que diz respeito as relações de trabalho, apresentam-se como práticas de reprodução social das famílias, que produzem produtos primários para adquirirem produtos de origem secundários, isto é industrializado. Segundo o estudo de Sousa; Macedo (2011) as comunidades rurais desenvolvem relações comerciais a partir de pequenos comércios que se estabelecem nessas localidades, como meio também de facilitar o consumo de produtos industrializados sem que se necessite se locomover sempre para as sedes urbanas. Sobre comércio em comunidades rurais no Pará, os autores destacam o seguinte:

Nos comércios do Cravo, há uma variedade grande de produtos (que varia desde frango congelado, água mineral, fralda descartável, remédios, bebidas alcoólicas e outros) que são abastecidos por caminhões oriundos da sede urbana de Concórdia e Bujarú, até mesmo da capital Belém (SOUSA; MACEDO, 2011, p. 124).

Conforme andanças realizadas na comunidade da Chapada, observamos que esta obtém dois mercados, o que facilita a população ali residente a consumir produtos industrializados mais facilmente. A comunidade também dispõe de 1 posto de saúde, 2 escolas, 1 igreja católica, 1 igreja evangélica, alocados em diferentes pontos geográficos, como demonstra a figura (05).

¹⁰ “[...] o manejo da pecuária, que se desenvolve em escala pequena pelos moradores da localidade, pois ao amanhecer os produtores de bovinos soltam o gado nos campos para pastarem e ao fim da tarde os animais retornam para os currais, sendo uma prática que prepara a terra com o esterco bovino para o cultivo da mandioca e do fumo.” (SOUSA, 2019, p. 17).

Figura 05: Croqui da Comunidade da Chapada.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Esses pontos geográficos se traduzem como fixos de prestação de serviços essenciais para a reprodução da vida dessas populações tradicionais residentes, garantem o acesso a serviços escolares, de saúde pública, comerciais, bem como também permitem a sociabilidade religiosa através das igrejas, católica e protestante. Sousa (2019) pontua a religiosidade atrelada ao catolicismo como um fator determinante do cotidiano local na comunidade da chapada. Segundo a autora, o catolicismo é uma religião que exerce grande influência na região, tendo na capela na dita comunidade, intitulada de capeta de Nossa Senhora do Rosário. A partir dessa capela, surgem as sociabilidades ligadas ao sagrado, como a festividade tradicionalmente realizada no segundo domingo do mês de Dezembro. Todavia, a festividade vem sendo realizada no terceiro domingo de Outubro, devido `demandas do claro do município de Tracuateua¹¹.

3.2 A Chegada da Reforma Agrária na Área de Campos Alagados: A RESEX-MAR de Tracuateua-PA

“A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo” (OLIVEIRA, 2007, p. 68). A política de reforma agrária também possui uma diversidade de estratégias de se realizar, entre as principais estão à desapropriação (a partir das ocupações de terras) e a regularização fundiária (como no caso das Reservas Extrativistas – RESEX) (FREITAS COCA et al., 2014).

As RESEX foram criadas a partir de um novo vetor “tecno-ecológico” da questão agrária amazônica, no que diz respeito à ambientalização. A partir de 1980, a questão da ambientalização passou a ser vista como uma nova aposta de exploração capitalista ligada ao capital natural e a “preservação” (BECKER, 2001). A preservação, mediante ao protagonismo e a pressão dos movimentos sociais ambientalistas, passou a ser encarada como uma nova estratégia de exploração dos

¹¹ “A religião evangélica também se faz presente, estando situada na entrada da localidade uma igreja da Assembleia de Deus. Durante o período de Esmolação realizado nas áreas que residem as famílias que participam da doutrina, verificou-se, em decorrência do rito ser atribuído ao catolicismo, que esses sujeitos se mantiveram alheios aos acontecimentos praticados pelos esmoleiros.” (SOUSA, 2019, p. 18).

recursos da região, sobretudo, gerando uma coexistência de ideologias, a dos povos e ambientalistas – sobrevivência humana a partir da conservação da biodiversidade; e a do capital natural – fronteira da biotecnologia, ligada a exploração “sustentável” das florestas e da água. A ambientalização foi incorporada aos interesses endógenos e exógenos à Amazônia, instaurando novos conflitos e novas formas de ordenamento territorial (Ibidem). A supremacia da endógenia a partir de 1985 sobre a exógenia seria devido a uma nova organização da dinâmica espacial da região amazônica pelo Estado brasileiro, devido às pressões internacionais em relação à crise ambiental da segunda metade do século XX (Ibidem).

A partir da ambientalização, a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros simbolizou um movimento de resistência das populações amazônicas à expropriação – sendo isto um reflexo da (re)colonização da Amazônia pelos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA)¹² no governo ditatorial do pós-1964 (NAHUM, 2011). É nesse contexto, que se origina a política de reforma agrária “inovadora” na Amazônia na década de 1980, a partir da regularização fundiária para a criação de UC's¹³ – RESEX (BECKER, 2001). “O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, institui a RESEX enquanto uma Unidade de Conservação – UC de uso sustentável que tem por objetivo compartilhar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (FERREIRA, 2013, p. 18). Em relação a região litorânea do Estado do Pará, no que diz respeito a criação de Reservas Extrativistas Marinhas – REM, Rodrigues (2017) salienta que

A política pública de criação das REM no litoral paraense assume então características e motivações diversificadas. Por um lado, o estado, que busca um meio de tutelar, mesmo que de forma mais branda, o meio ambiente em seus aspectos naturais e culturais; ao mesmo tempo o povo tradicional luta pela manutenção de seu modo de vida e territórios, ao serem incluídos numa nova política pública que prevê o sistema de cogestão, com a participação direta da sociedade civil em suas decisões (RODRIGUES, 2017, p. 38).

¹² “[...] nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs) temos um gênero de política planejada que reinventa a região, quer como fronteira agrícola I PDA (1972-75), quer como fronteira agromineral II PDA (1975-79), ou como fronteira da biotecnologia, do ecoturismo e do desenvolvimento sustentável PDA (1992-950) e PDA (1994-97)” (NAHUM, 2011, p. 18).

¹³ As Unidades de Conservação – UC são normatizadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, que considera as Unidades de Conservação como “Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime espacial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000 *Apud* GONÇALVES, 2012, p. 26).

Rodrigues (2017) destaca que o processo de tramitação para a criação da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua – REMT, iniciou na cidade de Bragança, se estendendo para os municípios vizinhos, já que era sabido que não seria possível proteger apenas os espaços adjacentes da Bacia do Caeté. Essas políticas ambientais surgem a partir do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, juntamente com o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – CNPT. Nesse sentido, a REMT foi criada em 20 de Maio de 2005, contando também com o protagonismo dos povos tradicionais, que são usuários dos recursos naturais disponíveis nos limites territoriais da REMT, bem como as entidades representantes. A demanda para a criação da REMT foi de 28 comunidades no município de Tracuateua, que são: Chapada, Sessenta, Nanã, Flexeira, Salinas, Icaraí, Apicum, Nazaré, Santa Tereza, Bom Gosto, Quatro Bocas, Flexal, Peri, Vitória, Jurussaca, Cocal, Alpedreira, Santa Maria, Goiaval, Pinto, Tatu, Ilha Da Madeira, Santa Clara, Quatipuru-Mirim, Rio do Forno, União, Camaleão e Sede do Município (RODRIGUES, 2017).

Com a criação da RESEX, as populações tradicionais (re)assentadas puderam assegurar a reprodução de seu modo de vida ribeirinho-litorâneo, pois a RESEX é “[...] uma alternativa de assentamento rural para esses trabalhadores” (FREITAS COCA *et al.*, 2014, p. 158).

*[...] costumava dizer que a reserva extrativista era a reforma agrária dos seringueiros. A reserva extrativista consagra todos os princípios ideológicos que Chico Mendes propugnava posto que, ao mesmo tempo que cada família detinha a prerrogativa de usufruto da sua colocação com sua casa e com suas estradas de seringa, a terra e a floresta eram de uso comum, podendo mesmo cada um caçar e coletar nos espaços entre as estradas de cada família, ideia comunitária inspirada nas reservas indígenas¹⁴ (PORTO GONÇALVES, 2005 *apud* FREITAS COCA *et al.*, 2014, p. 158 – Grifos dos autores).*

A reforma agrária através da regularização fundiária (RESEX), também é uma das diversas estratégias de acesso-permanência na terra pelas comunidades tradicionais, que além da dinâmica da preservação, as RESEX materializam e reforçam a existência das populações. Esses territórios de domínio público são

¹⁴ Gomes (1991) destaca que o modo de vida indígena na costa atlântica brasileira assim como na Amazônia antes da colonização portuguesa, correspondia a grupos autossuficientes, com circunstâncias totalmente mutáveis, com sentimento de fidelidade e tradição, com um conjunto de regras sociais de parentesco e interesses imediatos de defesa mútua. A geografia das aldeias combinava agricultura, caça e pesca. O autor referido ressalta que os povos indígenas que habitavam as várzeas do rio Solimões (atual Estado brasileiro do Amazonas), usufruíam das proteínas dos peixes e domesticavam tartarugas.

regularizados, com uma espécie de regularização especial, para garantir o usufruto dos povos e comunidades tradicionais. Segundo Rodrigues (2017) o processo de regularização fundiária acontece quando lhes é repassado o CDRU, isto é, quando o domínio público repassa aos povos e comunidades tradicionais, a partir de suas associações, o Contrato de Direito Real de Uso – CDRU¹⁵.

Os territórios das Unidades de conservação (UC) são caracterizados por serem de domínio público com regulação especial para que os povos tradicionais o utilizem. O estabelecimento do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso- CDRU foi considerado o meio legal e mais cômodo para ambos os lados, União e a povo extrativista, para o estabelecimento das Resex (RODRIGUES, 2017, p. 40).

A comunidade da Chapada, aqui como lócus de estudo, é uma comunidade tradicional usuária que, no âmbito da RESEX, torna-se também assentada de reforma agrária. As RESEX, por tratar-se de uma tipologia de assentamento voltada a preservação do meio ambiente, também é beneficiada com políticas da reforma agrária, como políticas de financiamento agrícola, infraestrutura e entre outras políticas. Dessa forma, além de serem comunidades tradicionais usuárias, as populações que nela vivem também são assentadas da reforma agrária, isso porque a partir do II PNRA do governo Luís Inácio Lula da Silva (2003), os povos e comunidades tradicionais afetados por políticas de regularização fundiária, como no caso das Resex, são classificados como assentados da reforma agrária.

3.3 As Políticas Públicas na RESEX-MAR de Tracuateua-PA

Como foi citado anteriormente, ainda que as RESEX sejam uma tipologia de assentamento rural especial, isto é, voltado a preservação da natureza, sendo que responsabilidade do IBAMA e do Instituto Chico Mendes – ICMBio, o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária reconhece a população usuária da RESEX como assentados da reforma agrária, no caso uma reforma agrária via regularização fundiária. O II Plano Nacional da Reforma Agrária, de 2003, lançado no primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, apresenta a regularização fundiária como medida de garantir o cumprimento do art. 5 da Constituição Federal, isto é, o

¹⁵ A Instrução Normativa do INCRA nº 97 de 17 de Dezembro de 2018¹⁵ destaca em sua sessão II, das definições aplicáveis, o seguinte sobre o CDRU: “X - Concessão de Direito Real de Uso - CDRU - é o instrumento contratual com força de escritura pública que transfere, de forma gratuita e em caráter definitivo, de forma individual ou coletiva, o direito real de uso da parcela ou lote da reforma agrária ao beneficiário, condicionado à exploração rural” (BRASIL, 2018).

direito à propriedade e sua função social. Nesse sentido, podemos entender que a reforma agrária não se limita apenas a terra, mas também ao fomento da produtividade dessa terra, garantir a manutenção da vida no assentamento. Dessa forma, o INCRA garante aos assentados as chamadas políticas da reforma agrária, que são políticas agrícolas (financiamentos e políticas de fomento a produção), infraestrutura das comunidades e entre outras políticas. Todavia, a presença do INCRA nas comunidades tradicionais da REMT é ineficiente, como relata o morador local-entrevistado 3.

O INCRA nunca veio até nós, até porque todas as comunidades são no entorno da RESEX. Por muito tempo, as terras não tinham documentação, mas houve uma época que as famílias tiraram os registros de suas terras, e hoje todas são documentadas, possuímos o Cadastro Rural, pagamos o sindicato rural, porque com isso temos acesso aos projetos oferecidos pela RESEX. O único contato com INCRA que as comunidades tiveram até hoje, foram os créditos casa, projeto deles com a RESEX, que construíram casas para a população. Todas as famílias tiveram que se associar a RESEX, e fazer seu cadastro rural, e após avaliação foram contempladas com a construção de suas casas. Hoje tenho criação de gado, planto mandioca e sou aposentado (ENTREVISTADO 3, 2021).

A partir do exceto acima, podemos perceber na narrativa do entrevistado 3, que o INCRA implementou algumas políticas públicas para assentados, como crédito casa, financiamento para a construção de moradias nos assentamentos. Todavia, o INCRA como órgão responsável pela garantia da reforma agrária as populações tradicionais, não se mostrou presente entre as comunidades da REMT, como reafirma a entrevistada 2, isto é,

Meus filhos plantam, tem gado do pai, mas todos trabalham fora daqui, na cidade, não vivemos da terra, senão ia morrer de fome. Aqui o Incra nunca veio, só deu umas casas para quem fosse associado a RESEX. Nunca aconteceu nenhuma ação na nossa terra pelo INCRA (ENTREVISTADA 2, 2021).

O entrevistado 4, representante da comunidade da Chapada, salienta que, além da ineficiência do INCRA, há também o descaso da Prefeitura Municipal de Tracuateua, que alega que por se tratar de uma RESEX, não é de sua responsabilidade lidar com as demandas das populações tradicionais. Enquanto que o ICMbio, apenas fiscaliza, de maneira ineficiente, os usos dos recursos naturais nas comunidades, apenas no período do defeso – período de recriação das espécies de

animais. Dessa forma, o sujeito deixa nítido que a associação da RESEX, a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua – AUREMAT, é a entidade que além de representar as populações tradicionais assentadas, busca alternativas socioeconômicas para garantir o sustento das famílias nas comunidades.

Associação UREMAT tem suas ações voltadas mais para questões sociais, as ações ambientais que tentamos fazer, foi o Acordo de gestão, que foi construído com a com representantes das comunidades, mas que infelizmente não funciona muito bem, na questão ambiental, o que mais fazemos, e tentar fazer com que a população siga o acordo, e quando não conseguimos fazemos denúncias, para o representante da ICMBIO ou na SEMAS de Tracuateua. Porém a prefeitura de Tracuateua, não faz nada, simplesmente diz que, as ações nessa área, não são de responsabilidade deles. A ICMBIO, tem seu representante o Edinaldo, porém, eles andam por aqui, durante o período de defeso do caranguejo. Mas como sabemos durante o ano todo, tem retirada de madeira ilegalmente, pesca, construções em áreas indevidas, porém Associação não tem materiais para fiscalizar uma área tão grande e nem poder para isso. E isso a única política ambiental que temos, é um acordo feito por nós e que infelizmente não é totalmente seguido. Temos a função de liberar declarações para desmatamento, claro que é feito uma avaliação, e depois repassado para ICMBIO, para aprovação. Mas a população simplesmente ignora (ENTREVISTADO 4, 2021).

A partir do excerto acima, ficou nítido que para os representando e para as populações tradicionais usuárias da RESEX, a única política ambiental existente é o plano de utilização, que busca definir regras de uso e manejo dos recursos naturais, mas que não é cumprido por uma grande maioria dos usuários. No plano de utilização, por exemplo, vem descrevendo algumas regras de pesca, como apresentado no quadro (01) a seguir.

Quadro 01: Regras de Pesca na REMT.

REDES DE EMALHAR - MALHADEIRA	
Espécies de peixes	Tamanho da malha
Pescada, Camurim e Bandeirado	Medida entre nós, entre 40 a 60 mm
Tainha e Macharão	Medida entre nós, entre 30 a 35 mm
Caíca	Medida entre nós, 20 mm
ESPINHEL	
Modalidade	medidas
Mar aberto	Tamanhos do anzol 7 e 8, com até 3 mil anzóis
Cursos d'água internos (rios, furos, canais)	Tamanhos de anzol 9, 10 e 11, com até 300 anzóis
TARRAFA	
Modalidade	Medidas
	Malha de 20 ^a 30 mm entre nós
Tarrafa isqueira	Malha de 18 a 20 mm

Fonte: Adaptado de AREMAT (2017).

Entendemos como políticas ambientais, as políticas e ações públicas ou privadas que mitiguem a preservação dos recursos naturais. Na REMT o que é possível interpretar como política ambiental é o plano de utilização, que é ignorado por uma grande maioria da população usuária da RESEX. O entrevistado 4, ainda relata que são significativas as políticas sociais entre os usuários da RESEX. O entrevistado destaca que a partir da associação da RESEX são firmados acordos com outras instituições que oferecem benefícios a população. Instituições como o próprio INCRA, de outros países, que fomentam projetos para as comunidades.

Através da associação da RESEX, a população tem a acesso a projeto como Cred Casa, programa de parceria com o Incra, que faz avaliação da família, e após aprovação é feita a construção de uma pequena casa, temos também o Cred Apoio, que vamos até a casa da família, e vemos o que ele está precisando como geladeira, fogão e outros, e essa família é contemplada com esses objetos. A associação junto a ICMBIO oferece cursos de capacitação profissional, costura, informática, educação financeira, agricultura, etc. (ENTREVISTADO 4, 2021).

O entrevistado 5, que é presidente da AUREMAT, também elenca a importância da associação para a população tradicional usuária da RESEX.

A AUREMAT funciona como um apoio para população, para conseguir benefícios para as comunidades, trabalhamos de forma conjunta, dividimos as 55 comunidades em polos, e cada polo tem seu representante, que é responsável de trazer suas reclamações e necessidade até nos. Estou no 4º mandato de presidente, e tenho 12 pessoas que formam um conselho, além dos representantes dos polos. Quase toda decisão tomada aqui, e decidida em conjunto. Apesar, de apenas uma comunidade está inserida na RESEX, nos que moramos ao entorno, utilizamos muito recursos da RESEX. Hoje temos que lidar com desavenças entre alguns moradores, tentamos evitar, buscando organizar tudo, através do Acordo de gestão, que estabelece regras de convívio de forma sustentável com nossos recursos, tivemos apoio da ICMBio para criação desse acordo e as comunidades também estavam presentes. Mas infelizmente, não são todos que seguem, primeiro por não acharem que esse documento, por ser criado pela RESEX, não tem peso e validade, já que não é lei. E como não temos outra legislação própria como Plano de manejo, e principalmente fiscalização, esse acordo ficou apenas no papel. Nos da associação, tentamos diminuir o desmatamento, pesca irregular, criações irregulares. Mas somos poucos, só podemos fazer denuncia, que nem sempre é ouvida. Além de boa parte da população ficar revoltada quando denunciamos. Hoje nossa principal ação é social trazendo cursos, créditos, alimentos para população mais pobre, dentre outras. As ações de maior visibilidade na RESEX formam o Cred Casa, e o Fomento Mulher de 5 mil reais, dado para ela desenvolver alguma atividade (costura, horta, bordado) e o faminto familiar de 3,200 para ajudar em algum projeto familiar (plantações, pesca) (ENTREVISTADO 5, 2021).

A partir do excerto acima, percebemos a importância que a AUREMAT tem para os povos e comunidades tradicionais que sobrevivem dos recursos naturais da RESEX. Apesar dos pontos positivos em relação a sua atuação, os pontos negativos também se fazem presentes, no que diz respeito aos conflitos que envolvem os moradores, conflitos de interesses, descumprimento do plano de utilização, a ausência do acordo de gestão e entre outros. Os conflitos de uso dos recursos naturais são os que mais se destacam, conflitos a partir da criação de bubalinos, equinos, pesca de marrecas, extração de caranguejo em período defeso, assim como também do pescado, queimadas e entre outras formas desenfreadas de gestão dos recursos naturais, que evidenciam a unidade de paisagem de campos alagados como paisagem degradada e/ou unidades frágeis (LIMA; BORDALO, PIMENTEL, [s/d]).

3.4 A Unidade de Paisagem de Campos Alagados: Os Aspectos Fisiográficos

As Unidades de paisagem dos campos alagados, também chamados de savanas amazônicas ou Campos Equatoriais Higrófilos de Várzea, são unidades de paisagem de vegetação arbustiva, embora estejam presentes em áreas de transição, entre os ecossistemas litorâneos e a várzea. Oliveira Júnior et al., (1999) salienta que:

Os Campos Equatoriais Higrófilos de Várzea não representam grande parte da área, localizando-se próximos à cidade de Tracuateua. Apresentam uma fisionomia campestre uniforme, caracterizada por solo com problemas de hidromorfismo, onde o alagamento periódico seleciona as espécies ecologicamente adaptadas, tais como: canarana (*Panicum* spp.), aturiá (*Machaerium lunatus* (L) Ducke), capim-de- -marreca (*Paratheria prostata*), junco e piri (*Cyperus giganteus* Vahl). Nas áreas mais altas (tesos), a vegetação é arbustiva, indicando melhor drenagem, onde encontra-se o babaçu (*Orbignya martiniana* B. Rodr.), em meio à vegetação arbustiva (OLIVEIRA JR et al., 1999, p. 9).

Montag (2009) destaca que apesar de estar na Amazônia, os chamados campos equatoriais são considerados como áreas disjuntas do bioma cerrado presente na Amazônia.

Apesar de se situar na Amazônia, esta área foi tratada como sendo uma área disjunta do bioma Cerrado na Amazônia e considerada prioritária por apresentar uma fauna rica, com espécies endêmicas, e por estar sujeita a pressão antrópica, tanto pela expansão da agropecuária como pela construção de hidrovia (MONTAG, 2009, p. 242).

O estudo de Picanço (2013), por sua vez, apresentou as unidades de relevo do município paraense de São Caetano de Odivelas. Nesse estudo, a autora identificou unidades de paisagens de campos (Figura 06) alagados no município referido, elencando que esses relevos de campos alagados se localizam em forma de sítios estreitos de fundo de vale. Esse relevo, planície aluvial com vegetação de campos, recebe influência da água doce e passa uma boa parte do ano alagada. Nesse relevo, se desenvolve um solo hidromórfico, argiloso, que se apresenta inadequado para o desenvolvimento de vegetação arbórea, formando assim extensos campos de vegetação baixa e arbustiva, que são ideais para a atividades pastoris.

Figura 06: Exemplificação de Campos Alagados Presentes em São Caetano de Odivelas-PA.



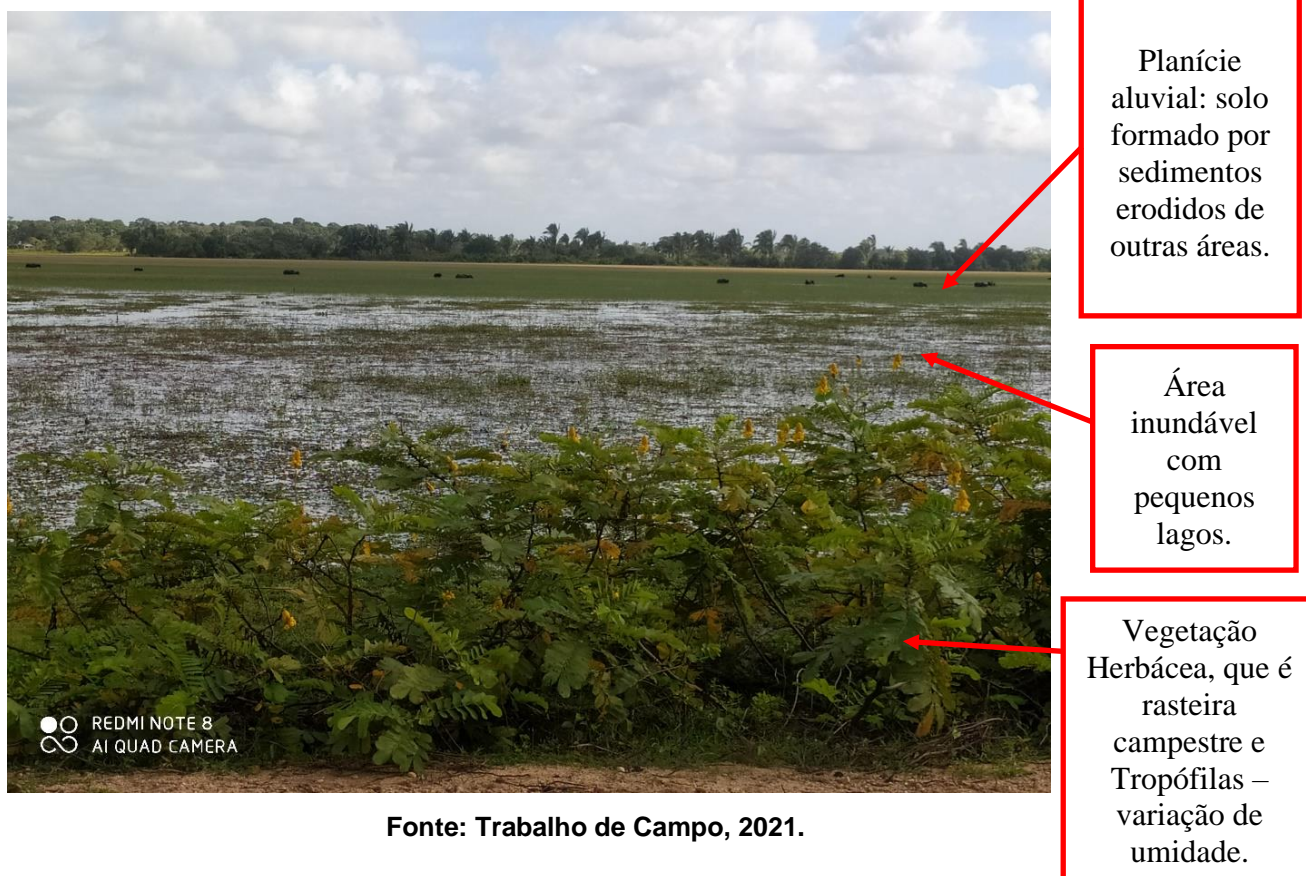
Fonte: a autora
39

Fonte: a autora
40

Fonte: Picanço (2013, p. 58).

Ainda conforme Picanço (2013) entendemos que essas unidades de paisagens de campos alagados possuem uma topografia plana que vai de 4 a 10 metros. Essas áreas não recebem a influência direta da maré, por terem cotas altimétricas ligeiramente mais elevadas que as planícies de maré lamosas. Ou seja, esse relevo plano dos campos possuem um controle topográfico sobre a influência de águas salobras, que são decisivas na formação de mangues. Isto é, a água salgada não exerce influência sobre os campos alagados. Na figura (07) podemos avistar a invasão das águas sobre o campo/savana amazônica na comunidade da Chapada, bem como a vegetação rasteira e arbustiva, típica de área de cerrado.

Figura 07: Paisagem de campos alagados na comunidade da Chapada.



Fonte: Trabalho de Campo, 2021.

Sousa (2019) destaca que a comunidade da Chapada fica localizada na chamada área de campos limpos, que seriam esses campos equatoriais de savana. A partir das contribuições de Pinheiro (2017), a autora elenca que a área de campos limpos é

Uma área de transição entre os manguezais e a terra firme, próprio a criação de animais a ao cultivo do tabaco, feijão e da mandioca. Os campos por serem próprios da natureza com pastagens, água e peixe para o consumo do homem, quase não sofre alterações e devastação. Por ser uma área de várzea geralmente de janeiro até junho, passa inundada pelas águas do rio que transborda e enchem. De junho até dezembro, os campos secam e nascem grandes qualidades de capim para pastagem do gado (PINHEIRO, 2017, p. 36 *apud* SOUSA, 2019, p. 16).

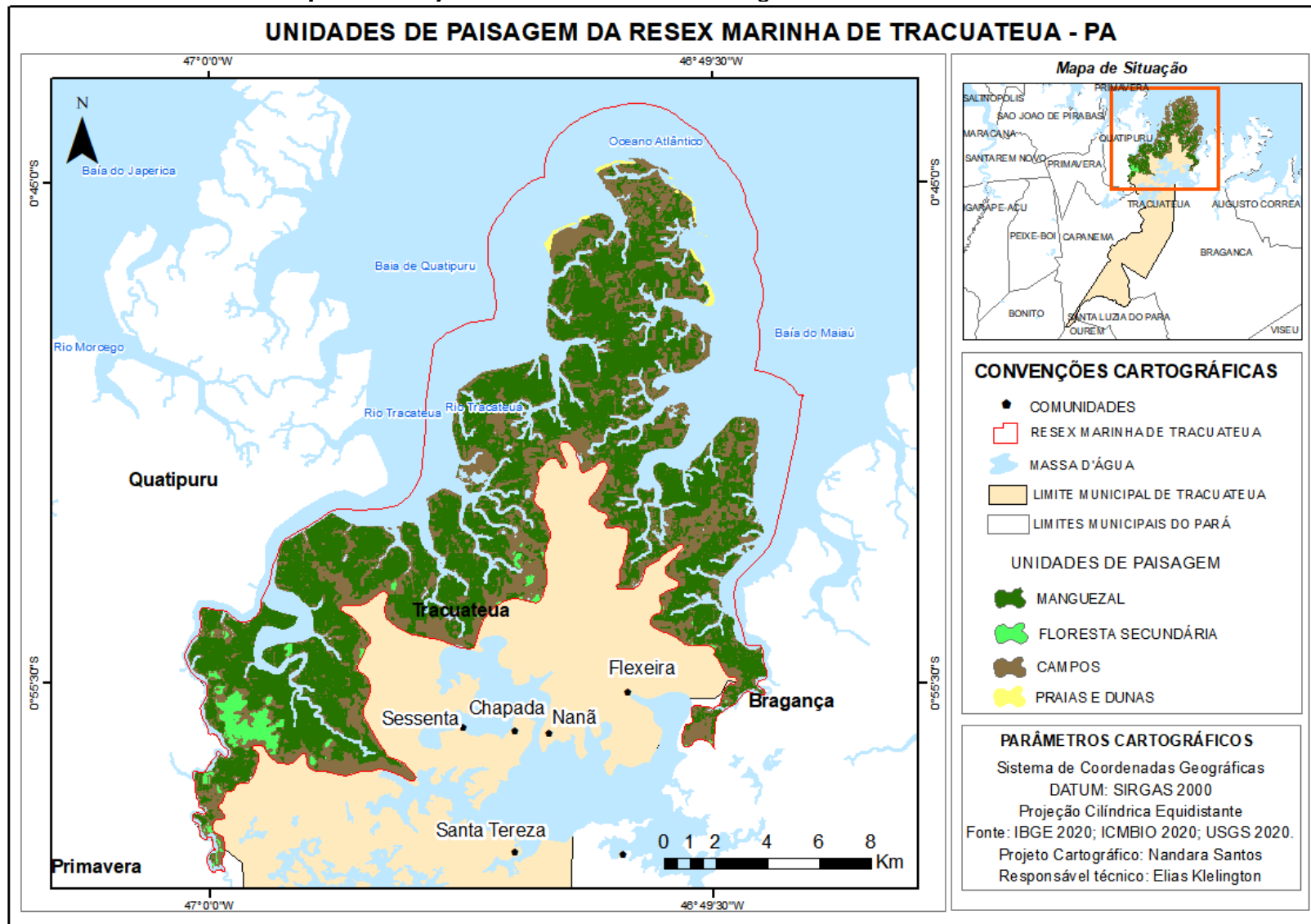
As vegetações que são comuns nesses ambientes são: *Eleocharis interstincta* R. BR. Junco, o junco-popoca, *Eleocharis geniculata*, *Eichornia sp.*, aguapé – erva, taboquinta, *Panicum zizanioides* (PICANÇO, 2013). O ciclo hidrológico das paisagens de campos alagados está ligado aos ciclos dos rios e das chuvas, que sofrem variações climáticas sazonais, com estações bem marcadas, uma chuvosa e outra seca, que dão origem aos lagos entre os campos planos.

[...] lagos são grandes coleções de águas paradas sem ligação direta com o mar, distribuídas como ilhas na terra. Eles contêm geralmente água doce, pobre em eletrólitos, com exceção de lagos salobres, que ocorrem em climas áridos. Do ponto de vista geológico, eles são, com poucas exceções, relativamente jovens, de pouca duração, porque eles têm caráter acumulativo (sistemas mais ou menos fechados) (JUNK, 1980, p. 776).

A unidade de paisagem de campos alagados, no contexto da geoecologia, podemos entendê-la como uma dimensão caracterizada por elementos da natureza e aspectos sociais. Quando caracterizamos seus aspectos naturais, fisiográficos, entendemos a paisagem de campos alagados como “[...] formação natural: formulada pela inter-relação de componentes e elementos naturais” (RODRIGUEZ et al., 2017, p. 14). No município de Tracuateua, os campos alagados se desenvolvem em áreas de transição entre os manguezais e as áreas de terra firme, formando campos de savana característico de áreas litorâneas, como demonstra o mapa (02) a seguir.

Os aspectos fisiográficos aqui apresentados, que constituem as características naturais da paisagem, acabam por coexistir com a dinâmica antropotecnogênica, isto é, as interferências humanas, que constituem a paisagem como um todo antropo-natural. Essas relações homem-natureza tendem a transformar as paisagens modificando suas funcionalidades naturais originais, a exemplo, a descaracterização de vegetações nativas e sua substituição por vegetação secundária. Isto é, a paisagem é uma “[...] formação antropo-natural: consistindo num sistema territorial composto por elementos naturais e antropotecnogênicos condicionados socialmente, que modificam ou transformam as propriedades das paisagens naturais originais.” (RODRIGUEZ et al., 2017, p. 15). Por essa razão, que objetivamos nessa pesquisa compreender os impactos causados pelas ações humanas sobre a paisagem de campos alagados, impactos esses que modificam suas propriedades naturais originais, interferindo nas relações de uso dos recursos naturais, provocando o surgimento de conflitos socioambientais.

Mapa 02: Conjunto de Unidades de Paisagem Presentes na REMT.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

3.4.1 Panorama do Uso e Ocupação do Solo e dos Recursos Hídricos

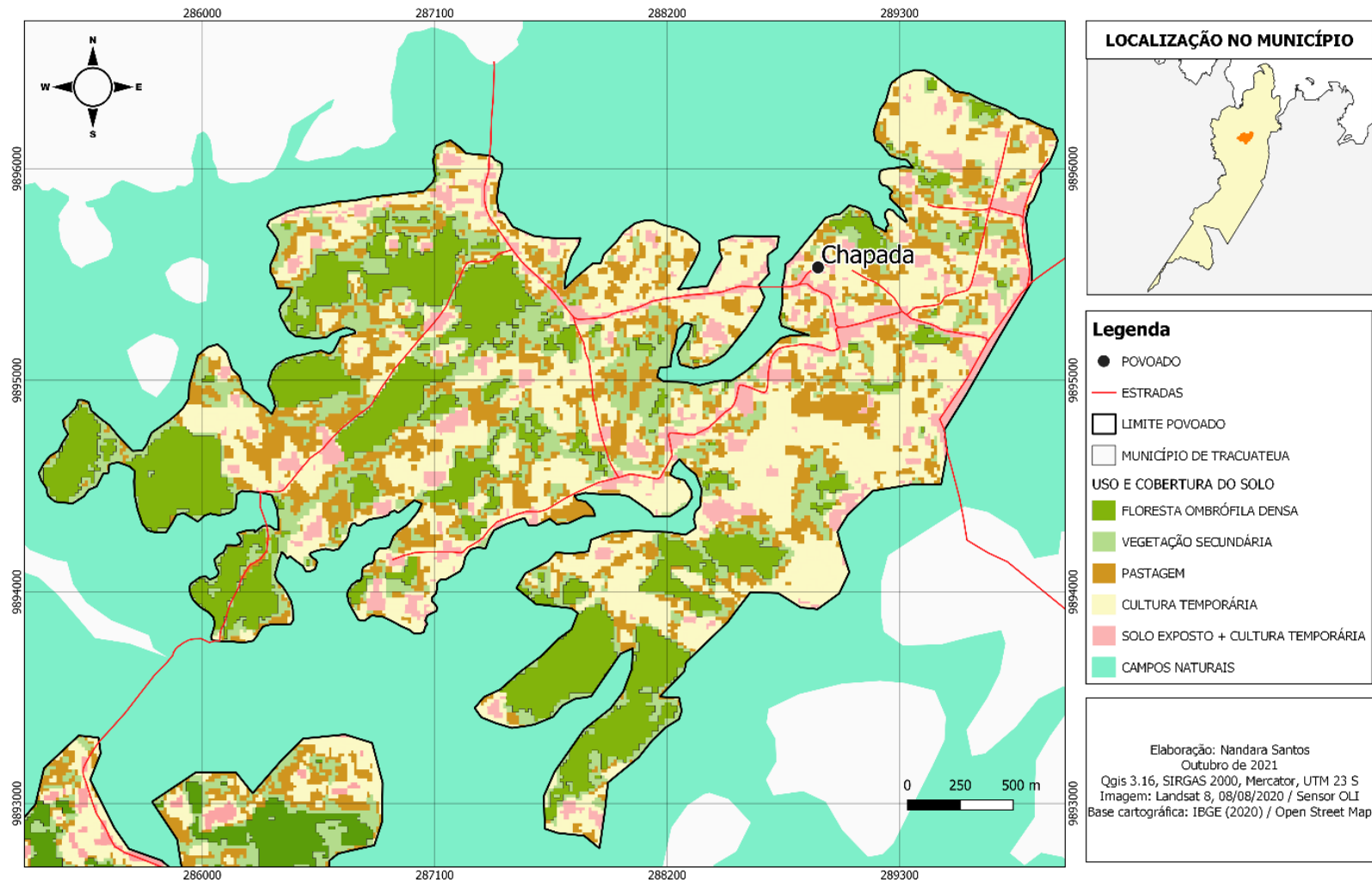
Ao utilizarmos o G.T.P para a compreensão das transformações-impactos da paisagem de campos alagados na comunidade da Chapada, pretendemos externalizar os diferentes tipos de impacto que a unidade de paisagem-geossistema sofre a partir das ações territoriais das populações tradicionais usuárias. O geossistema, a unidade de paisagem de campos alagados, sofre a interferência de grupos humanos se territorializando cotidianamente, a partir de distintos usos e dinâmicas socioeconômicas. Dessa forma, as populações tradicionais recriam a paisagem, modificando os aspectos naturais e constituindo objetos humanizados. Daí se originam conflitos, que são ideais contrários. Esses conflitos surgem quando a territorialidade – o uso cotidiano do território, se transforma, ameaçando as autotomias de uso dos grupos sociais. No estudo de Sousa (2019), percebemos que a mesma atenta para os impactos socioambientais nos campos alagados da comunidade da Chapada, isto é,

[...] é importante balizar que a região dos campos e o mangue vêm sofrendo com a ação humana em seu espaço, mesmo sendo uma área de conservação ambiental, verifica-se que a pouca fiscalização de agentes ambientais, o crescimento populacional, da agricultura e da pecuária, principalmente com a introdução do gado bubalino, que acarreta problemas sérios ao meio ambiente (SOUSA, 2019, p. 16).

A autora chama a atenção para os diversos usos do solo da paisagem de campos alagados, pontuando principalmente a prática da agricultura e da pecuária bubalina, como fatores que alarmam riscos de constantes impactos socioambientais. Nas adjacências da comunidade da Chapada, as paisagens que se formam são de floresta ombrófila densa, vegetação secundária, pastagens, cultura temporária, áreas com solo exposto – desmatadas e, em grande maioria, os campos naturais como demonstra o mapa (03) a seguir. Percebemos que essas áreas de campos, savanas, se estendem em maior proporção sobre o território. Essas áreas, conforme Picanço (2013) são ideais para o desenvolvimento de pastagens, pois, são áreas planas com a disposição de água, com vegetação baixa e arbustiva ideal para a criação de animais. Por essa razão, quena comunidade da Chapada a utilização dos campos para a criação de bovinos, cavalos e búfalos é uma atividade bastante exercida, juntamente as práticas agrícolas, como o cultivo de tabaco. Embora essas atividades sejam praticadas para o autoconsumo das famílias, não deixam de ser ações nocivas a qualidade ambiental como salienta (SOUSA, 2019).

Mapa 03: Dinâmica do Solo e Vegetação nos Arredores da Comunidade da Chapada.

Uso e cobertura do solo na comunidade de Chapada, Tracuateua - PA



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Conforme Rodrigues (2017) a população tradicional usuária da REMT é classificada a partir de 5 grupos de sujeitos-atores, que são: os campeiros, os praieiros e os tiradores de caranguejos e pescadores de Quatipuru, que diversificam a produção.

A Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (Auremat) indica que os principais produtos, destinados a comercialização nos municípios de Tracuateua, Bragança e seus arredores, obtidos na REMT e seu entorno são: a farinha, o fumo, o açáí, o caranguejo e o peixe. Na agricultura, as principais culturas cultivadas são: a mandioca (destinada a produção de farinha), o feijão e o tabaco, observam-se também as culturas do milho e do arroz (RODRIGUES, 2017, p. 46).

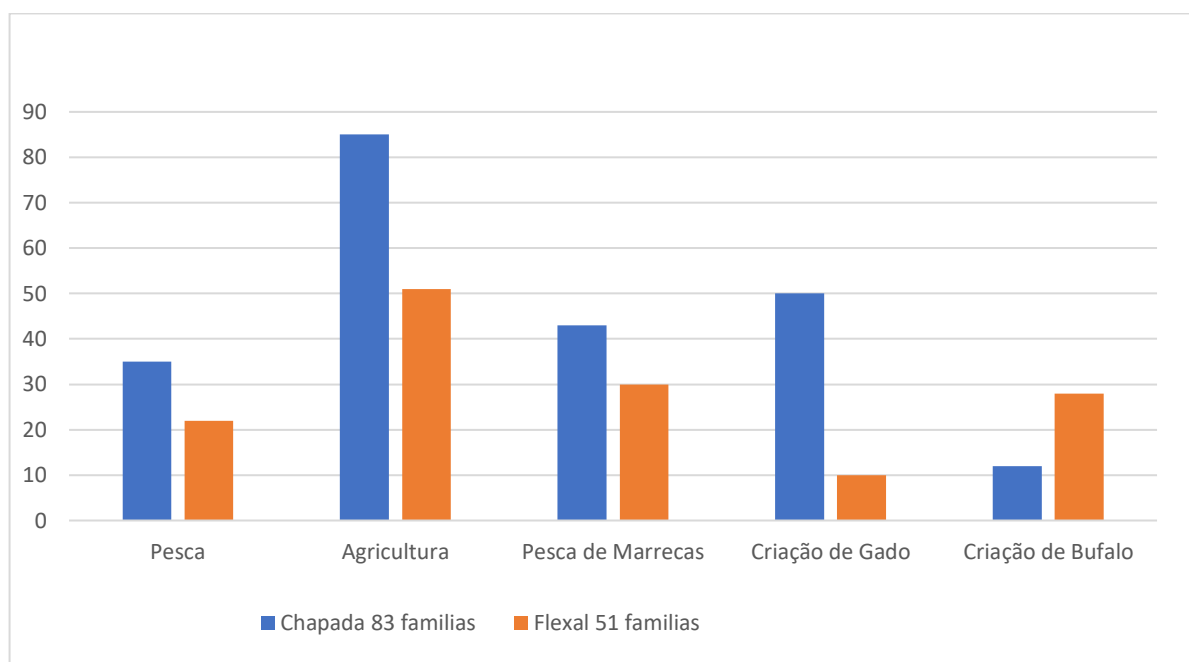
Essa diversidade de atividades produtivas a partir da REMT se explica a partir dos distintos agentes usuários. Os praieiros, por sua vez, são usuários que praticam a pesca artesanal como fonte principal de sustento e comercialização. São os usuários que residem em comunidades de praia, como a comunidade Quatipuru-mirim. Os tiradores de caranguejo são trabalhadores que se submetem a horas de atividade penosa para a extração do caranguejo¹⁶. Os pescadores de quatipuru são sujeitos que residem no município de Quatipuru e adentram a RESEX para a prática da pesca artesanal (RODRIGUES, 2017). Os campeiros, como é o caso da população usuária residente nas comunidades da Chapada (gráfico 01), “[...] os usuários moradores da região dos campos, na área circundante a Reserva, [...] Estes vivem do extrativismo vegetal, da agricultura, da pecuária e da pesca realizada nos campos alagados, rios, igarapés e mangues.” (RODRIGUES, 2017, p. 46). Em comparação a uma comunidade próxima, denominada Flexal, a comunidade da Chapada enquanto comunidade campeira apresenta entre os usuários residentes as atividades de agricultura, criação de gado e pesca de marrecas como as mais relevantes, enquanto que a comunidade do Flexal apresenta a criação de búfalos como atividade mais relevante em termos comparativos à Chapada.

Os estudos de Rodrigues (2017) e Sousa (2019), como também observamos em trabalho de campo, elencam que a atividade pecuarista é desenvolvida de forma extensiva, ou seja, os animais são criados soltos nos campos alagados, e que por vezes, chegam a invadir os terrenos de moradores da comunidade. Sem esquecer do constante pisoteamento do solo e despejo de fezes nos recursos hídricos dos

¹⁶ “A atividade de tiração e catação do caranguejo é uma das mais importantes da região, no entanto, tratam-se de trabalhos penosos e mal remunerados. Geralmente os trabalhadores estão ligados aos patrões.” (RODRIGUES, 2017, p. 47).

arredores, o que acaba impactando atividade de pesca, relevante na comunidade da Chapada como demonstra do gráfico (01) a seguir. “Geralmente todas as tardes é comum encontrar pelas ruas da Comunidade os rebanhos sendo reconduzidos pelos seus donos ou familiares ao som das entoadas dos homens que os levam para as áreas de suas propriedades que serão adubadas.” (SOUSA, 2019, p. 17).

Gráfico 01: Usos dos Recursos Naturais entre as Comunidades da Chapada e Flexal.

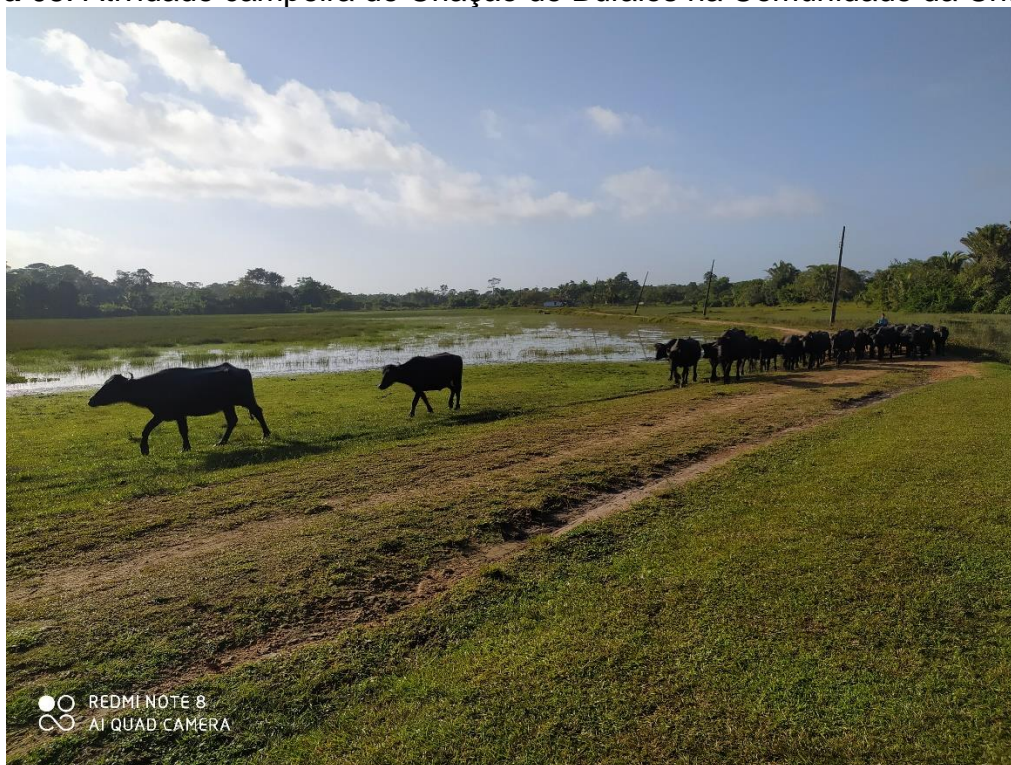


Fonte: Trabalho de Campo, 2021.

Conforme o gráfico apresentado, na comunidade da Chapada as atividades campeiras de uso dos recursos naturais são mais dinâmicas, e isso se dá devido a comunidade da Chapada ser mais populosa em relação a comunidade Flexal. A atividade agrícola possui maior dinamismo entre as duas comunidades, seguido da criação de gado e pesca das marrecas, sendo a criação de búfalos mais expressiva na comunidade do Flexal. Rodrigues (2017, p. 46) salienta que as áreas de uso comum e o controle social do uso está em situação de colapso, devido as mudanças nos usos que vem causando impactos socioambientais e conseqüentemente conflitos entre os usuários. Isto é, “Apesar de se tratar de área de uso comum da comunidade o controle social de acesso e uso dos recursos parece estar em colapso devido a mudanças de práticas, como por exemplo, a introdução da criação de búfalos soltos,

assim como pelo aumento populacional.”. Isso significa que além do fato do aumento populacional significar uma maior pressão sobre os recursos naturais, as atividades econômicas, vide a criação de gado e búfalos, contribuem para um desgaste maior do solo e dos recursos naturais disponíveis na área de campos alagados, sinalizando colapso na unidade de paisagem referida.

Figura 08: Atividade campeira de Criação de Búfalos na Comunidade da Chapada.



Fonte: Trabalho de Campo, 2021.

Figura 09: Atividade campeira de Criação de Búfalos na Comunidade da Chapada.



Fonte: Trabalho de Campo, 2021.

As figuras acima (08 e 09), demonstram o desenvolvimento de atividade pastoril de búfalos sobre os campos alagados na comunidade da Chapada. Nesse sentido, é notável como as atividades socioeconômicas a partir da gestão territorial criam paisagens humanizadas, que revelam o cultural, as representações cotidianas do grupo social, da territorialidade. Assim se criam paisagens que coexistem, os aspectos fisiográficos do geossistema, com a paisagem humanizada das territorialidades, isto é, o G.T.P. A partir da imagem acima, podemos perceber o contraste entre os aspectos naturais da paisagem de campos alagados com objetos humanizados e os animais domesticados, como os búfalos em destaque. É justamente essa forma de gestão dos recursos naturais que resulta em conflitos socioambientais, a partir das transformações no meio biofísico que as ações humanas territoriais causam sobre a unidade de paisagem, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4: OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA DE CAMPOS ALAGADOS DA RESEX-MAR DE TRACUATEUA

Neste capítulo, iremos apresentar contextos de conflitos socioambientais na comunidade da Chapada, estabelecida na Unidade de Paisagem de campos alagados. Nesse sentido, é necessário justificar o porquê que utilizamos a metodologia teórico-metodológica do G.T.P para identificar e explanar esses conflitos na comunidade da Chapada. Primeiramente, é necessário pontuar que a Unidade de Paisagem de campos alagados é um geossistema, uma unidade de 4ª grandeza, que nos permite identificar os aspectos fisiográficos em intercâmbio com a sociedade. O Geossistema segundo Bertrand (1971) é uma unidade de paisagem local formada pelo potencial ecológico – que são os aspectos pedogênicos do solo, geomorfológicos como intemperismo e erosão, geológicos na formação de planícies, depressões ou declividades, os aspectos climáticos – precipitações, temperatura, bem como a exploração biológica, que são as distintas formações de vegetais e de distribuição animal – o aspecto biogeográfico da paisagem. As ações antrópicas incluem-se como elemento do geossistema, é o intercâmbio entre sociedade e o a natureza, o transformando em meio ambiente.

No geossistema, a partir das ações antrópicas, se assentam relações territoriais de controle, sendo condição para a reprodução das sociedades. Para tanto, nas Unidades de Paisagens, constituem-se distintas formas de controle de territórios por distintos grupos sociais, isto é, é a manifestação do poder, que implica nas edificações das relações sociais – políticas, econômicas, culturais e ambientais. Para Saquet (2015) o território é

[...] produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; campo de poder que envolve edificações e relações sociais (econômicas-políticas-culturais-ambientais) historicamente determinadas. O território é resultado e determinante da reprodução da relação sociedade-natureza e da concomitante territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social e por suas respectivas territorialidades cotidianas (SAQUET, 2015, p. 45).

A partir do excerto acima, podemos perceber que as relações sociais de controle criam territórios sobre as paisagens, sendo estas aquilo que reverte os territórios, de aspectos biofísicos e antrópicos, ou seja, a paisagem é um encontro de elementos da natureza e de elementos humanizados culturalmente e historicamente. Nessas relações de controle, se desenvolvem formas de gestão territorial, que segundo Becker (2010) pode ser entendida como “[...] prática estratégica, científico-tecnológica, que dirige, no tempo, a coerência de múltiplas decisões e ações para atingir uma finalidade.” (BECKER, 2010, p. 20). Ou seja, a gestão territorial pode ser entendida como um conjunto de ações técnicas, científicas, decisões e movimentos que buscam atingir uma finalidade, um objetivo específico. Quando nos referimos ao âmbito político, a gestão territorial acontece visando interesses de um grupo sobre um território delimitado, quando se trata de usos socioeconômicos, estes visam realizar trocas mercadológicas a partir das potencialidades naturais de um território, no âmbito cultural, diz respeito as manifestações tradicionais de um grupo social, que está atrelado a identidade desse grupo. Assim, podemos entender que gestão territorial é o uso do território seguindo finalidades específicas (BECKER, 2010).

Os aspectos da paisagem, para tanto, se intercalam a um conjunto de interesses, estipulados por grupos sociais. Por essa razão que as paisagens seguem padrões diferentes de formação, pois, a sua configuração se dá a partir de distintos interesses e finalidades das sociedades. Sendo assim, a paisagem é também um produto da cultura que se desenvolve sobre ela e a utiliza, ou seja, paisagem humanizada, que é modificada pelas sociedades e seguem distintas formas de configuração. A paisagem humanizada culturalmente é fruto do controle territorial de um local, da gestão territorial que se desenvolve sobre ela cotidianamente, ou seja, a paisagem é fruto das territorialidades, que é a gestão territorial de forma cotidiana, o seu uso diário por um grupo social. Assim então compreendemos a essência do G.T.P, que é uma análise conjunta do geossistema conectado a gestão territorial que cria uma paisagem humanizada culturalmente e historicamente (ROSOLEM, 2010; SOUZA, 2002 p.14).

Chegamos então na parte crucial da pesquisa, que é entender como o G.T.P nos possibilita compreender conflitos socioambientais. Vejamos, o G enquanto aspectos geomorfológicos, climáticos, pedológicos e biológicos, o T enquanto território controlado, gerido por grupos sociais que exploram recursos naturais e artificializam a paisagem, e o P enquanto paisagem culturalmente produzida nos possibilita

perceber o nível de transformação ou impacto que as ações humanas provocam sobre o geossistema. Ou seja, a artificialização da natureza provoca transformações severas nos aspectos biofísicos, sendo que essas transformações provocam também mudanças nas formas de gestão do território.

O conflito se origina, do impacto que a paisagem sobre a partir das relações territoriais humanas, que provocam também modificações no uso do território, surgindo assim conflitos socioambientais. Seria então o conflito o resultado da artificialização do geossistema, provocado pela gestão territorial que constitui as paisagens culturalmente humanizadas. No caso na REMT, os conflitos socioambientais se afloram das distintas formas de artificialização da paisagem de campos alagados, sendo o conflito socioambiental produto então da artificialização da paisagem. O G.T.P como proposta teórica que nos auxilia a entender as relações territoriais sobre a paisagem, contribui para identificar níveis de impacto sobre a paisagem, sendo estes geradores de conflitos socioambientais como apresentamos no quadro (02) abaixo (ROSOLEM, 2010; SOUZA, 2002 p.14)

Quadro 02: A Identificação do Conflito Socioambiental a partir do G.T.P.

O G.T.P e o CONFLITO SOCIOAMBIENTAL	
GEOSSISTEMA	Potencial Ecológico: solos; clima, formas de relevo; Potencial Biológico: Vegetações e Animais; Ações Antrópicas: elementos provocados pela ação humana.
TERRITÓRIO	Espaço delimitado pelo poder, onde se desenvolve formas de gestão territorial, ações de uso específicas, estratégias socioeconômicas, artificialização.
PAISAGEM	Encontro dos aspectos naturais e humanos, é produzida a partir da dimensão sociocultural e histórica.
CONFLITO SOCIOAMBIENTAL	Divergência entre grupos sociais e formas de gestão, são as transformações nos aspectos biofísicos da paisagem que geram divergência entre sociedades. Paisagem humanizada impactada origina níveis de desterritorialização, desencadeando o conflito.

Fonte: LITTLE (2001); ROSOLÉM (2010); SOUZA (2002). Organizado pela autora (2022).

O conflito então seria o produto das relações territoriais que se desenvolvem sobre a paisagem, o geossistema, os níveis de artificialização da natureza, que criam as paisagens culturalmente modificadas, alarmam níveis de impactos socioambientais. Bastos; Freitas (2004) elencam que a interação da sociedade com a natureza, de forma harmônica ou não, provoca sérias mudanças a nível global. Os autores se referem ao desequilíbrio ambiental, que segundo eles “[...] atualmente manifesta-se de diversas formas; poluição hídrica, poluição atmosférica, chuva ácida, destruição da camada de ozônio. E os processos erosivos são apenas alguns exemplos dos problemas ambientais que comprometem a nossa qualidade de vida.” (BASTOS; FREITAS, 2004, p. 17). O desequilíbrio ambiental que gera mudanças drásticas no meio ambiente, provoca também as mudanças nas formas de uso das sociedades, já que a paisagem se encontra impactada, poluída, transformada. Isso significa que a gestão territorial sofre desterritorialização, o que desencadeia conflitos socioambientais entre grupos sociais (LITTLE, 2001; CAÑAS, 2015).

O estudo de Bastos; Freitas (2004) fazem classificações dos níveis de impacto da sociedade sobre o meio ambiente, o que os autores chamam de sistemas ambientais. Sobre esses sistemas “Conseqüentemente, chega-se a uma distribuição não-uniforme da influência do homem sobre o meio ambiente, destacando-se três categorias de interferência: *incontrolado*, *parcialmente controlado* e *com alto grau de domínio humano*” (BASTOS; FREITAS, 2004, p. 18 – grifos dos autores).

Esta interferência, que está em diversos níveis, age de diferentes maneiras sobre os componentes do meio: ar, solo, ar e seres vivos. Grandes reflexos deste processo podem ser verificados, por exemplo, nas atividades agrícolas e florestais, que, praticadas extensivamente, tornam-se responsáveis por alterações espaciais por vezes difíceis de serem cartografadas na escala mundial. Por outro lado, o ecossistema urbano traz, sem dúvida, marcas bastante profundas da intervenção humana (BASTOS; FREITAS, 2004, p. 18).

A partir do excerto acima, podemos perceber que as ações humanas sobre o meio ambiente provocam impactos severos, sendo que esses impactos dificultam em alguns casos a regeneração dos serviços ecossistêmicos. Dessa forma, as formas de gestão territorial também sofrem impacto devido os serviços ecossistêmicos entrarem em colapso, desterritorializando o controle dos recursos naturais. Nesse sentido, sociedades se conflituam, se divergem, externalizam a dialética social a partir do

ambiental. Assim então compreendemos o conflito socioambiental como produto das relações territoriais e paisagens humanizadas, sendo então possível se serem percebidos através do GTP. No capítulo anterior, percebemos o panorama dos usos da paisagem dos campos alagados, como as relações territoriais que se estabelecem sobre essa Unidade de Paisagem, que criam uma paisagem culturalmente humanizada e conseqüentemente os conflitos socioambientais. Cañas (2015) salienta que o conflito socioambiental se dá devido a posse e o uso dos recursos naturais. Seria afirmar que os grupos sociais se conflituam para ter um controle definitivo sobre os recursos naturais, ou quando os usos são impactados de alguma forma, motivados por desequilíbrio ambiental provocado por ações humanas sobre o território.

Em nossa pesquisa, temos como lócus de estudo a comunidade da Chapada, que é um território/paisagem humanizado construído na Unidade de Paisagem de campos alagados. Nesse sentido, temos enquanto geossistema os campos alagados em intercâmbio com a comunidade tradicional, sendo que é da comunidade onde se originam diversas formas de uso socioeconômico do território culturalmente exercidos, que provocam conflitos socioambientais a partir de impactos socioambientais. O objetivo desse capítulo é externalizar esses conflitos socioambientais no âmbito do G.T.P, que nos permite entender a ineficiência da política ambiental da Resex para a proteção do meio ambiente, já que planos de manejo ou acordos de gestão, por vezes mudam e adequam usos no contexto da sustentabilidade que quase sempre não são cumpridos. O que nos induz a interpretar a Resex como um mecanismo de geopolítica ambiental para a criação de reserva de valor biotecnológico como nos alerta Becker (2001; 2005) e Faria (2015), que apenas se utiliza do discurso da preservação ambiental e do futuro das gerações e povos tradicionais. Não podemos também de deixar de comentar a passividade institucional da associação da REMT, a AUREMAT, em sua atuação frente aos conflitos socioambientais na comunidade tradicional da Chapada.

4.1 Usos e Impactos da Paisagem: Os Conflitos Socioambientais

O geossistema quando visto na ótica de território usado povos tradicionais, se ergue enquanto paisagem que reveste o território de recursos naturais necessários a existência da vida humana e animal, são os chamados serviços ecossistêmicos, que se referem aos processos naturais de produção de meios de vida, que se encontram

com ações humanizadas de manejo da natureza, como a agricultura, a pecuária bovina, bubalina, equina, e entre outras ações antrópicas sobre o meio ambiente. Não podemos chamar de serviços ecossistêmicos as ações humanas já que “[...] compreendem o conjunto de benefícios propiciados pelos ecossistemas naturais que permitem a manutenção das condições necessárias à existência de vida no planeta, constituindo, portanto, um conceito biocêntrico.” (SILVA; MONTIBELLER-FILHO, 2011, p. 699). As ações humanas de transformação da paisagem se assentam sobre os serviços ecossistêmicos, levando quase sempre na interrupção da funcionalidade orgânica desses serviços, tornando assim o meio ambiente desequilibrado. Segundo Silva; Montibeller-Filho (2011) os sistemas ecossistêmicos da paisagem, no que diz respeito ao seu biofísico, podem ser entendidos a partir de 3 grupos: serviços de suporte; serviços de regulação e serviços de provisão. Isto é,

Serviços de suporte, que compõem a base para todos os outros serviços do ecossistema, em que estão enquadradas a produção primária, formação do solo, reciclagem de nutrientes, polinização, fotossíntese e produção de oxigênio; b) Serviços de regulação, que permitem a estabilidade de processos ecológicos vitais, como a regulação do clima e da qualidade do ar, proteção contra influências cósmicas danosas, proteção dos solos e preservação da erosão, purificação da água e controle biológico de pragas e moléstias; c) Serviços de provisão, relacionados à produção de insumos para a utilização pelos seres vivos, tais como água potável, alimentos, energia e combustíveis, materiais para construção, minerais e recursos genéticos, entre outros (SILVA; MONTIBELLER-FILHO, 2011, p. 700).

Os serviços ecossistêmicos são os serviços prestados a manutenção do sistema ambiental, que promove recursos naturais para a existência da humanidade. O intercâmbio entre sociedade e ecossistema geram o geossistema, sendo que no geossistema criam-se territórios e territorialidades a partir dos usos cotidianos dos recursos naturais pelos grupos humanos. Esses usos são distintos e muito se relacionam com o tipo de cultura de cada sociedade, são as relações simbólicas que externalizam diversas ações humanas que criam paisagens humanizadas, o G.T.P. Na comunidade da Chapada são diversos usos que se instauram sobre o meio ambiente, isto é, sobre a Unidade de Paisagem de Campos Alagados a qual a comunidade tradicional se estabelece. São usos voltados a pesca, a criação de animais como galinhas e patos, criação de bovinos em pecuária extensiva, criação de cavalos, pesca e criação de marrecas, criação de búfalos, bem como atividades de agricultura, como a cultura do tabaco e da mandioca para a produção da farinha,

sendo para comercialização e para consumo familiar, como demonstra a figura (10) abaixo.

Figura 10: Produção Familiar de Farinha na Comunidade da Chapada em 2020.



Fonte: Trabalho de Campo, 2020.

A partir dos serviços ecossistêmicos da paisagem criam-se formas de gestão dos recursos naturais, que significam formas de controle dos aspectos naturais para a produção de bens primários, como a farinha, tão importante na dieta dos povos tradicionais amazônicos como salienta Witkoski (2007).

A farinha, resultado da mandioca como produto (subsistência camponesa) ou mercadoria (subsistência do homem da cidade) é uma grande fonte de amido para a alimentação do homem da Amazônia, notadamente das camadas sociais menos favorecidas – sendo, também, consumida por outros agrupamentos sociais (WITKOSKI, 2007, p. 191).

A produção da farinha, e entre outras formas de usos socioeconômicos do território/paisagem, criam níveis de impactos socioambientais, desde impactos moderados até impactos de alta magnitude. Toda ação humana sobre o meio ambiente cria uma reação, uma transformação que pode desequilibrar a funcionalidade

do ecossistema, comprometendo assim os serviços ecossistêmicos. Litle (2001) salienta três categorizações para o conflito socioambiental, que são divergências sociais a partir dos distintos modos de inter-relacionamento ecológico, ou seja, ações que comprometem a funcionalidade do meio ambiente geram conflitos. Isto é, a interrupção da funcionalidade dos serviços ecossistêmicos de uma Unidade de Paisagem, resultam em três tipos de conflitos, que são: (I) conflito em torno do controle de um mesmo território e um mesmo tipo de recurso natural; (II) conflitos entorno dos impactos socioambientais causados por diversas formas de exploração do meio biofísico e (III) conflitos a partir de diversos valores e modos de vida que se conflituam em um dado território, como também ideologias contrárias sobre os usos dos recursos naturais. Os impactos causados na Unidade de Paisagem de campos alagados na comunidade da Chapada, podem ser categorizados como conflitos oriundos de impactos socioambientais sobre a paisagem, relações territoriais que afetam a funcionalidade de serviços ecossistêmicos, causando assim divergências entre a população usuária. Esse fato é mencionado por Sousa (2019) quando salienta que a comunidade da Chapada e seus campos e mangues sofrem constantes impactos das ações humanas.

[...] é importante balizar que a região dos campos e o mangue vêm sofrendo com a ação humana em seu espaço, mesmo sendo uma área de conservação ambiental, verificasse que a pouca fiscalização de agentes ambientais, o crescimento populacional, da agricultura e da pecuária, principalmente com a introdução do gado bubalino, que acarreta problemas sérios ao meio ambiente (SOUSA, 2019, p. 16).

Os impactos socioambientais tratam-se dos reflexos das relações territoriais sobre o geossistema, interferindo na funcionalidade dos aspectos naturais, causando impactos a vida animal e humana. Nos trabalhos de campos realizados em períodos alternados entre 2020 e 2021, colhemos relatos de sujeitos residentes na comunidade da Chapada, que externalizam suas formas de uso dos recursos naturais disponíveis, sendo esses usos, motivadores de conflitos socioambientais. O entrevistado 6, salienta o seguinte sua forma de gestão da paisagem/território de campos alagados:

Moro aqui na comunidade desde que me entendo de gente, assim como minha família quase toda temos plantação de Maniva e criação de gado, crio o gado pra alimentação, é mais para ter esterco para adubar as plantações, a meu dinheiro vem mesmo é da farinha que vendo nas comunidades e para fora também. A criação dos meus bichos, diferente de algumas comunidades por ai é solto, aqui nosso gado passa o dia na rua e a noite preso para gerar estrume, nossas plantações sobrevivem disso (ENTREVISTADO 6, 2021).

A partir do relato, podemos perceber que o entrevistado pratica a agricultura e pecuária nas adjacências da comunidade da Chapada, a partir de plantações de maniva para a produção familiar de farinha, bem como a criação de gado de forma extensiva, ou seja, gado criados soltos. A importância dos gados seria para a produção de esterco, isto é, as fezes do animal em decomposição oferece qualidade ao solo a ser cultivado, é uma espécie de adubação natural. Outrora, os bovinos se tornam um fator de impactos socioambientais, a partir da invasão de terrenos alheios, devorando plantações, pisoteamento nas margens dos lagos dos campos, bem como a eliminação de fezes sobre os recursos hídricos. O entrevistado 7, também relata prática de pecuária extensiva sobre campos alagados da comunidade da Chapada, isto é,

Possuo criação de gado, para consumo e para venda sou o açougueiro da comunidade, mas não vivo só disso tenho plantação de maniva e tabaco, a farinha é o que me dá mais lucro, pesco também quando dá, mas é mais para passar o tempo nos campos, pesco de malhadeira e sacor. Também pesco Marreca, sei que é proibido pela Resex, mas não maltrato gosto de criar, meu gado também é solto durante o dia e preso a noite para produção de adubo, assim como meus búfalos (ENTREVISTADO 7, 2021).

O entrevistado 7 também pratica pecuária extensiva, devido o mesmo possuir um açougue que comercializa carne bovina na comunidade da Chapada. A família do sujeito também possui plantações de maniva para a produção de farinha, cuja atividade é a mais rentável para os familiares. O sujeito ainda relata a questão da pesca das marrecas, que é uma atividade ilegal, já que se trata de caça de uma ave que já apresenta uma diminuição considerável da espécie pela região, devido essa ação predatória de pesca dessas aves, o que iremos comentar ademais. O entrevistado também pratica a pesca com malhadeira nos ambientes de lagos campestres nos arredores da comunidade da Chapada como demonstra a figura (11) abaixo.

Figura 11: Pesca em Lago Campestre na Comunidade da Chapada, 2021.



Fonte: Trabalho de Campo, 2021.

Todos os entrevistados nessa pesquisa, praticam atividades variadas, e todos alegaram praticar a pecuária extensiva, que juntamente com a pecuária bubalina e equina, fomenta muitas divergências entre os comunitários. O entrevistado 8, alegou o seguinte sobre usos: “Uso o campo principalmente para criação de gado, para produção de adubo que fortalece minhas plantações, planto maniva e tabaco. Sobrevivo praticamente disso, pois vendo para fora da RESEX” (ENTREVISTADO 8, 2021). O gado então se cria solto, causando impactos significativos e conflitos de interesses e valores entre a população usuária da Chapada. Sobre conflitos acerca dessas dinâmicas de usos, o entrevistado 6 salientou que

Conflito todo lugar tem ne? Aqui o que perturbando o povo apesar todo mundo fazer é a invasão do gado nas plantações alheias, mas não tem como controlar os gados são tudo solto, eles entram mesmo pra comer, o dono vem a gente vai lá, tange vai seguindo, mas já teve muitas discussões entre povo por causa disso, para todo mundo prender seu gado. Os búfalos e outro que só serve para perturbar, pisoteiam o campo e destroem o capim que é a comida do gado, defecam em todo lugar, poluem a água, quase não tem mais peixe nos campos por causa deles. Mas eu acho que o pior de tudo é esses cavalos soltos, cruzando todo tempo, sem controle vivem solto, poluem tudo e causam muitos acidentes na estrada, fora que morrem acabam poluindo onde ficam, adoecem e não existe assistência, e por não ter dono ficam até morrer. Resex tenta ajudar, mas a fiscalização é muito pequena, são poucas pessoas para uma área tão grande (ENTREVISTADO 6, 2021).

A criação de gado, por sua vez, é uma das práticas socioeconômicas que mais geram conflitos socioambientais entre a população usuária da Chapada, haja vista que ocorre constantes invasões de terrenos alheios, danos em plantações, poluição dos lagos, o que compromete a qualidade da água, impactando também os peixes que ali se reproduzem, assim como também os búfalos que também prejudicam o meio ambiente. A figura (12) abaixo, retrata os bovinos soltos na comunidade da Chapada, gerando então conflitos entre os comunitários.

Figura 12: Bovinos soltos na Comunidade da Chapada, 2021.



Fonte: Trabalho de Campo, 2021.

O entrevistado 7 e o entrevistado 8, que também praticam pecuária extensiva e entre outras atividades, salientaram o seguinte sobre conflitos socioambientais:

O povo aqui reclama bastante dos meus búfalos, dizem que pisoteiam o campo e acabam destruindo tudo, além de disputarem comida com o gado, mas ao meu vê os cavalos prejudicam muito mais, com as fezes por todo canto, adoce e morre e ninguém faz nada, mas os búfalos todos implicam. Temos para mais de 100 cavalos soltos sem dono e eles continuam se reproduzir, só tenho uns 20 Búfalos, quem você acha que prejudica mais? Não tem nem como comparar (ENTREVISTADO 7, 2021).

Pra mim os conflitos são mais com o povo que cria Búfalo e porco, porque destroem todo o campo, e acaba com a comida do gado, e sem o gado não tem adubo e sem adubo, a plantação fica a fraca, e a gente vai morrer de fome. Outra coisa é esse monte de cavalo, que cruzam parece coelho, já tem muitos aqui, apenas alguns tem dono, a maioria foi abandonado, ou foi cruzamento de outros, perturbam todo mundo, invadem quintais faz suas necessidades em todos os cantos, come tudo, causam acidente, é uma praga aqui. Tem a pesca das Marrecas também que o povo sabe que é proibido, mas continuam pescando, uns são contras, e denunciam aí já viu, quando descobre que denunciou é briga na certa (ENTREVISTADO 8, 2021).

A partir dos relatos acima, podemos perceber uma dimensão mais ampliada dos impactos e conflitos socioambientais, já que a problemática criação de bovinos soltos também corrobora com a criação de búfalos soltos também, para a produção de leite e queijo. As mesmas reclamações em relação aos bovinos, são as mesmas também em relação aos bubalinos, haja vista que os búfalos são acusados de destruírem os campos alagados, poluírem os mananciais hídricos. Aos bovinos e bubalinos, se aliam os cavalos que em sua grande maioria não possuem donos, que sobrevivem entre os campos alagados, invadindo terrenos alheios, comendo plantações, pisoteando as margens dos lagos campestres, despejando fezes nos recursos hídricos dos campos, tornando ainda mais severo os impactos sobre o meio ambiente. Há relatos de que esses cavalos estão se reproduzindo aceleradamente e que já se soma mais de 100 cavalos, que não possuem donos e contribuem para os impactos. As autoridades já foram alarmadas sobre a reprodução dos cavalos, para que então fosse iniciado uma política de castação das fêmeas para controlar a proliferação de cavalos, que por fim não aconteceu. Os usuários da comunidade da Chapada relatam já ser uma situação fora do controle a convivência com os cavalos e que estes trazem significativos prejuízos a população tradicional local.

A Unidade de Paisagem dos campos alagados então está numa situação de colapso diante das relações territoriais que se estabelecem e que criam conflitos socioambientais. Os bovinos, búfalos e cavalos são os animais que mais impactos o meio ambiente, devido degradarem o solo, as plantações, os lagos campestres, gerando assim situações de intensas divergências sociais. Nas figuras (13 e 14) demonstra-se búfalos mergulhados nas águas dos lagos campestres e os cavalos soltos sobre a área de campos, na comunidade da Chapada.

Figura 13: Bubalinos sobre área de lagos campestres na comunidade da Chapada, 2021.



Fonte: Trabalho de Campo, 2021.

Figura 14: Cavalos soltos sobre os campos Alagados da Comunidade da Chapada, 2021.



Fonte: Trabalho de Campo, 2021.

O entrevistado 9, salienta que também cria bovinos soltos na comunidade da Chapada, pois também é açougueiro na comunidade, planta tabaco e maniva para produção de farinha, que é vendida na capital do Estado – Belém. Além do sujeito também praticar a pesca nos lagos de campos, como também pesca marrecas¹⁷, atividade de caça considerada crime ambiental (RODRIGUES, 2017). Em relato o sujeito elenca que

Faço criação de gado como quase todo mundo para adubar as plantações de maniva e tabaco, mas também vendo a carne, sou o açougueiro da Chapada, minha farinha é vendida em Belém e o meu tabaco também, meu gado é solto no campo, só recolho as 17:30h, para ter adubo de manhã, também uso o campo para pescar, e tenho açude dentro do campo, pesco Marreca por diversão, a gente cria no quintal. Quase todo mundo planta tabaco e a maniva, pois aproveitam a mesma terra, fazem a plantação junta, 45 dias já tira o tabaco e fica a Maniva. Também crio Búfalo, apesar do povo não gostar, pois dizem que só destroem o campo, e agora planto açaí nas áreas alagada, muita gente tá investindo nisso agora (ENTREVISTADO 9, 2021).

¹⁷ “A marreca, ave observada nas áreas de campos alagados da REMT, possui nome científico *Dendrocygna autumnalis*, sendo conhecida popularmente como cabocla ou asa branca. Tal ave possui hábito migratório, sendo observada principalmente na região do Pantanal. Os bandos de marrecas, geralmente, são vistos durante o crepúsculo e à noite, este é o período do dia em que mais se movimentam em busca de alimentos nos campos.” (RODRIGUES, 2017, p. 53).

A marreca é uma ave característica dos ambientes de campos alagados e a sua pesca, que é uma atividade de caça predatória proibida pelo Acordo de Gestão, é vista como uma atividade de lazer outrora uma atividade econômica. A pesca de marrecas consiste numa atividade de caça e domesticação, o que os usuários chamam de marreca “amansada”. A marreca domesticada está apta para a venda, por essa razão a criação delas é justificada.

A pesca de marrecas é um tipo de caça destas aves, observada nos campos de Tracuateua. Tal a atividade, além de ser proibida por lei, com o agravamento de se tratar de ave de comportamento migratório, pode ser considerada como predatória, no entanto, ocorre nesta região há aproximadamente 25 anos, prática relativamente recente, mas ao mesmo tempo, anterior à criação da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (REMT) (RODRIGUES, 2017, p. 53).

Embora seja uma prática ativa na comunidade da Chapada, a pesca das marrecas é uma atividade relativamente nova, praticada cerca de 25 anos. Entre a população mais idosa, essa prática não é muito comentada devido não ser praticada em épocas passadas, sendo uma ação de caça presente nas gerações mais atuais. A marreca por ser uma ave de comportamento migratório, tende a estar ameaçada com a intensificação das pescas, o que gera divergências entre a população usuária. Os mesmos relatam que existem sujeitos externos a REMT que praticam a pesca, invadem a Resex para pescarem as aves. Essa pesca acontece nos ambientes de lagos, sendo necessária uma marreca já domesticada, para atrair as demais que, ao se aproximarem da marreca mansa, são capturadas e passam pelo processo de criação/domesticação, para poderem ser vendidas. Essa venda sempre acontece em casal, o macho junto a fêmea. Na figura (15) abaixo, retrata-se a criação de marrecas para a domesticação.

Figura 15: Marrecas em processo de “Amansso”.



Fonte: Extraída de Rodrigues (2017, p. 58).

O entrevistado 9 também relata os contextos de conflitos socioambientais, se referindo aos búfalos, bovinos, aos cavalos, como também as marrecas, prática de caça que o mesmo afirma praticar, isto é,

Conflitos hoje é mais por causa dos búfalos e os gados soltos que invadem as plantações, e geram muitos prejuízos. Mas não como esses cavalos, a situação ta muito complicada eles estão se reproduzindo demais, e estão acabando com o alimento do gado e dos búfalos, e sem o gado não conseguimos adubo para as plantações. Isso me preocupa muito, o pior que boa parte tem dono, mas quando adoecer some todo mundo, o dono nunca apareci, mas tenta pegar um para levar, rápido aparece fulano ou ciclano. Eles estão poluindo os campos e ainda causam acidente nas estradas pois e 24h soltos. As marrecas, é uma coisa complicada, pois alguns respeitam o Acordo de Gestão, mas a maioria nem liga, e acaba pescando, aí quando o povo denuncia, ainda quer ter razão, fazendo coisa errada, vai sempre tirar satisfação (ENTREVISTADO 9, 2021).

Diante do exposto, foi possível perceber o quanto as ações humanas agridem o meio ambiente em diversos níveis de impactos, sendo que essas transformações na paisagem acontecem a partir das relações territoriais que nela se instauram, o intercambio do ambiente com os aspectos humanizados, que geram conflitos socioambientais. O G.T.P para tanto é justamente a análise da integração entre paisagem natural, relações de poder territoriais e a constituição de paisagens

humanizadas e impactadas, como a comunidade da Chapada. Sendo que sobre essa paisagem humanizada transformada surgem divergências sociais, conflitos, a partir do momento em que os impactos interferem na funcionalidade de serviços ecossistêmicos da paisagem, comprometendo o controle dos recursos naturais bem com a qualidade de vida (LITTLE, 2001; CAÑAS, 2015).

4.2 Políticas Ambientais ou Geopolítica Ambiental?

Faria (2015) salienta que as políticas ambientais se constituem como um conjunto de objetivos prioritários e medidas designadas para regular as interações dos sistemas sociais com o meio ambiente biofísico e construído. As políticas ambientais visam o planejamento territorial a partir de instituições de criação e implementações de áreas com regimes de proteção, que apontam novos horizontes para a conflituosa relação sociedade e natureza. Seria afirmar que as políticas ambientais visam a promoção do preservacionismo para a garantia da vida, principalmente nas próximas gerações.

Entende-se que as práticas de planejamento territorial, a partir da instituição de criação e implementação de áreas com regimes especiais de proteção, apontam novos horizontes para a conflituosa relação sociedade-natureza, delineando caminhos para a prática da justiça socioambiental, configurando-se como uma alternativa para a preservação e conservação da qualidade de vida na biosfera, contrapondo a lógica do desenvolvimento econômico urbano-industrial, que a ver, sempre, como lugar de prosperidade infinita com recursos naturais igualmente infinitos (FARIA, 2015, p. 11).

A partir da década de 1980 a região amazônica brasileira e a transnacional passou a ser interpretada como área prioritária para a preservação, como uma grande unidade de conservação. Os clamores ambientalistas em detrimento do processo recolonizador que se instaurou na região no pós-1950, principalmente em defesa dos territórios tradicionais dos seringueiros, fortaleceram essa concepção do preservacionismo da biodiversidade da Amazônia, além de ser o maior reservatório de água doce do mundo, isto é,

[...] a região amazônica é interpretada, no cenário internacional, como área prioritária para preservação, como uma grande unidade de conservação, haja vista ser ainda uma das grandes regiões naturais, relativamente bem conservada, configurando-se, assim, como uma região composta por uma complexa heterogeneidade de ecossistemas, ainda não conhecidos pela ciência moderna; além, é claro, de ser o maior reservatório de água doce do planeta (FARIA, 2015, p. 12).

Essa concepção preservacionista potencializada em políticas de gestão territorial desde a década de 1980, valoriza a conservação da floresta em pé, ao contrário do modelo hegemônico de desenvolvimento industrial, estimulando o desenvolvimento das comunidades tradicionais como agentes produtores do território na lógica da sustentabilidade. Seria uma forma de fortalecer as forças sociais endógenas da região amazônica, seria a então endogenia que nos fala (BECKER, 2001). Becker (2001) chama de vetor tecno-ecológico (VTE), isto é, mecanismos criados pelo Ministério do Meio Ambiente como vetor de desenvolvimento sustentável, como um esforço à conservação ambiental.

[...] vetor tecnoecológico (VTE), que envolve projetos preservacionistas e projetos conservacionistas. Os primeiros são frutos de interesses distintos: a legítima consciência ecológica, que visa preservar o mundo natural como estoque de vida, e a geopolítica ecológica, que visa preservá-lo como reserva de valor. Suas metas coincidem com os interesses dos projetos conservacionistas, alternativas comunitárias de 'baixo para cima', que, para sobrevivência, se aliam a redes sociais transnacionais. Os principais atores do VTE são os governos do Grupo dos Sete (G-7) e do Brasil, o Banco Mundial, as igrejas e as ONGs, associados a comunidades locais (BECKER, 2010, p. 21).

O vetor tecno-ecológico enquanto vetor de transformação territorial regional, foi fruto de pressões legítimas e geopolíticas, nacionais, internacionais, regionais, forças que ocasionaram em respostas do Estado no planejamento territorial ligado a sustentabilidade. Só que esse preservacionismo veio acompanhado de vários interesses nacionais e internacionais em difundir principalmente pesquisas acerca do potencial biotecnológico presente na biodiversidade amazônica, como o PROBEM – Programa Brasileiro de Ecologia Molecular da Biodiversidade Amazônica, sendo

Seu principal objetivo é capacitar o país em pesquisa e desenvolvimento (P & D) na área de biotecnologia e química de produtos naturais, visando prioritariamente o desenvolvimento de produtos industriais de alto valor agregado, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade. Este programa seria o marco inicial da recuperação da capacidade decisória do país sobre a transformação do capital natural em suporte efetivo para o desenvolvimento sustentável, construindo uma resposta estratégica às pressões deslegitimadas da autoridade nacional sobre a Amazônia (BECKER, 2001, p. 145).

No excerto acima, podemos perceber que a política ambiental brasileira a partir de Áreas Protegidas, respetivamente Unidades de Conservação, unificou os interesses nas explorações biotecnológicas da Amazônia a favor do capitalismo verde, que seria uma geopolítica de ordenar o território através de políticas ambientais de regularização fundiária para preservar a natureza para fins biotecnológicos, agrohidronegocio. As pesquisas científicas fomentadas por programas do governo, buscam então tornar a biodiversidade regional como reserva de valor, de capital futuro, ligados as potencialidades dos recursos que tendem a se converter em trocas mercadológicas (BECKER, 2001; 2005). É o que justamente Faria (2015) elenca quando se refere no grande interesse em que o governo do Estado do Amazonas tem em criar Unidades de Conservação de uso sustentável, pois estas além de vender o discurso da preservação, transforma essas áreas protegidas em reservas de capital, quando nos referimos principalmente ao ecoturismo e as agencias fomentadoras, bem como a exploração de recursos naturais de maneira ilegal, como a extração da madeira. Carvalho (2014) salienta a questão da rede urbana formada a partir do manejo sustentável do pirarucu em Fonte Boa-AM, a ligação entre esse município e os demais da calha do rio Solimões a partir da pesca, venda e consumo desse peixe nobre da Amazônia.

O manejo sustentável do pirarucu acontece entre a população usuária da Reserva de Desenvolvimento Sustentável RDS-Mamirauá, cujo foco é gerar renda para as famílias envolvidas no acordo de manejo, todavia, existem muitos desafios dessa proposta de desenvolvimento sustentável que muito deixa a desejar. Além do fato do pirarucu ser pescado e vendido de forma ilegal e a baixo custo, existe também uma limitação de compradores por parte dos pescadores, devido o pescado ser controlado por grandes frigoríficos de outros municípios. Esses frigoríficos financiam todo o processo do manejo, com apetrechos de pescas, rabetas, motores, gelo, em troca da produção ser toda controlada por um determinado comprador dono de frigorífico. Na verdade, esse controle ocorre devido a dívida que os pescadores

adquirem quando aceitam ser financiados pelos frigoríficos, tendo então de ceder toda a produção de pescado como pagamento do financiamento.

A comercialização da produção do Pirarucu ainda é um dos principais gargalos das organizações locais estabelecidas em Fonte Boa, pois a comercialização gera inseguranças para esses grupos. Vender não é algo simples, pois o comércio exige experiências e existem 140 diferentes tipos de compradores. Uma das suas maiores dificuldades é o controle da pesca e a comercialização ilegal do Pirarucu (IDSFB¹⁸, 2008). Isso limita o número de compradores em potencial, uma vez que a fiscalização é deficiente e o Pirarucu ilegal tende a ser mais barato e disponível o ano todo. Outra dificuldade que surge com o passar dos anos é o número limitado de empresas no Estado do Amazonas aptas a comprar a produção (IDSFB, 2008) (CARVALHO, 2014, p. 123).

O manejo sustentável do pirarucu torna-se então uma reserva de capital natural, uma reserva de valor a longo prazo, que fortalece o capitalismo verde em explorar a biodiversidade sob a ótica do desenvolvimento sustentável. Embora as políticas ambientais busquem fomentar a preservação da natureza, a geopolítica ambiental em torno de sua criação demonstra que as Unidades de Conservação de uso sustentável são mecanismos de exploração capitalista da biodiversidade. Essa concepção explica, por exemplo, as reais motivações do governo do Estado do Amazonas em criar um grande número de RDS, isto é, geopolítica ambiental (FARIA, 2015). O “[...] desenvolvimento sustentável é uma armadilha do ecocapitalismo para apropriar-se do discurso ecológico e esvaziá-lo, porque são duas palavras que se contradizem.” (FARIA, 2015, p. 23).

Assim, as políticas públicas ambientais estaduais estão sendo implantadas com o discurso da sustentabilidade ambiental no qual se observa a conformação do vetor tecno-ecológico como modelo de reorganização do controle do uso e ocupação do território estadual e dos recursos naturais via serviços ambientais diante da ordem ambiental internacional como mecanismo para a apropriação e mercantilização da natureza pelo capital (FARIA, 2015, p. 23).

Diante do exposto, torna-se possível perceber que as políticas ambientais e respectivamente as Resex, possuem contradições em sua própria gênese, que é proteger a natureza para que haja exploração dos recursos sob a ótica do capitalismo verde. Ainda assim as Resex buscam por meio de suas associações e instituições responsáveis a implementação de um conjunto de diretrizes de usos, a partir dos

¹⁸ Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Fonte Boa (IDSFB).

chamados planos de gestão, planos de manejo ou apenas acordos de gestão. É a regulação da apropriação dos recursos naturais mediante a um planejamento ambiental que se realiza com uma modalidade de política ambiental, que segundo Carvalho (2014) são a formais contemporânea de concepção espacial amazônica que implica mudanças significativas no vivido e no percebido das populações tradicionais. No que tange a REMT, esta Unidade de Conservação costeira apresenta graves conflitos socioambientais a partir do uso dos recursos naturais, o que implica em divergências, discordâncias e enfrentamentos entre a população usuária. Se a política ambiental foi ali instalada para promover o desenvolvimento sustentável, infelizmente este não se faz presente na comunidade da Chapada, haja vista que nem plano de manejo existe oficialmente homologado, o que existe é um acordo de gestão que não é cumprido pela população usuária como confirma o estudo de (RODRIGUES, 2017).

Deste modo, podemos considerar que a RESEX-MAR de Tracuateua não promove desenvolvimento sustentável e acaba sendo mecanismo de exploração ilegal dos recursos naturais, o que acaba sendo uma forma de desencadear reservas de valor ao capital a partir das potencialidades da natureza. Sendo assim, a política ambiental promove uma geopolítica ambiental, que é a mercantilização da natureza, como por exemplo, a pesca ilegal das marrecas, a invasão de territórios pesqueiros por sujeitos dos municípios adjacentes, a falta de fiscalização, que colaboram para o retardamento da eficiência da política ambiental na categoria RESEX-MAR.

4.3 Planos e Acordos de Gestão/Manejo ou Acordos de Conflitos?

Os planos de manejo, ou planos de gestão como são conhecidos no Estado do Amazonas, são documentos desenvolvidos de forma comunitária entre poder público, associações locais, ONG's quando há terceirização¹⁹ da gestão de Unidades de Conservação, e os comunitários/população usuária. São estes os documentos que implementam as regras de uso que são homologadas e obrigatoriamente devem ser cumpridas para o fomento do desenvolvimento sustentável. Os acordos de manejo, são documentos mais simples, que comumente são criados entre os comunitários e

¹⁹ Logo, tais organizações são investidas de poder, com capacidade de influir na decisão sobre o uso dos recursos e no ordenamento do território. Nesse sentido, o que se vê é a utilização das unidades de conservação como instrumentos de gestão ambiental e desenvolvimento, e, por meio delas, o Estado está tentando redefinir suas políticas territoriais, ao criar unidades de conservação e ao estabelecer suas metodologias e parcerias de gestão desses territórios (COELHO, 2015, p. 34).

suas associações, destacando também regras de uso socioambiental para a sustentabilidade. Segundo Castro; Mcgrath (2001) as regras de manejo são fortemente baseadas nos conhecimentos tradicionais ecológicos locais, e o monitoramento é relacionado com as éticas sociais locais, sendo então o acordo de manejo um acordo comunitário e político, baseado em regras explícitas controladas através de punições materiais impostas pelo coletivo.

Dessa forma podemos perceber que planos e acordos de gestão visam adequar as formas de usos dos recursos naturais ao princípio da sustentabilidade no interior das Unidades de Conservação ou áreas de uso comum. Segundo Santos (2009) as Unidades de Conservação possuem limites definidos e um regime especial de administração, ao qual se aplicam as garantias reais de que a preservação de fato aconteça. Seria então as propostas de regras estabelecidas para adequar os usos ao princípio a agroecologia. Todavia, há muitas controvérsias sobre os documentos de gestão e regras de uso, isso muito acontece primeiramente, por quase sempre, os órgãos gestores das Unidades de Conservação já apresentam, quase que finalizado esses documentos e as regras, quase sempre nunca ouvindo de fato a opinião pública da população usuária. Souza (2015) retrata o caso da RDS do Juma no Estado do Amazonas, como uma área onde os interesses exógenos se sobrepõem aos interesses endógenos dos povos tradicionais, interesses que ultrapassam a escala nacional, interligado a ordem ambiental global.

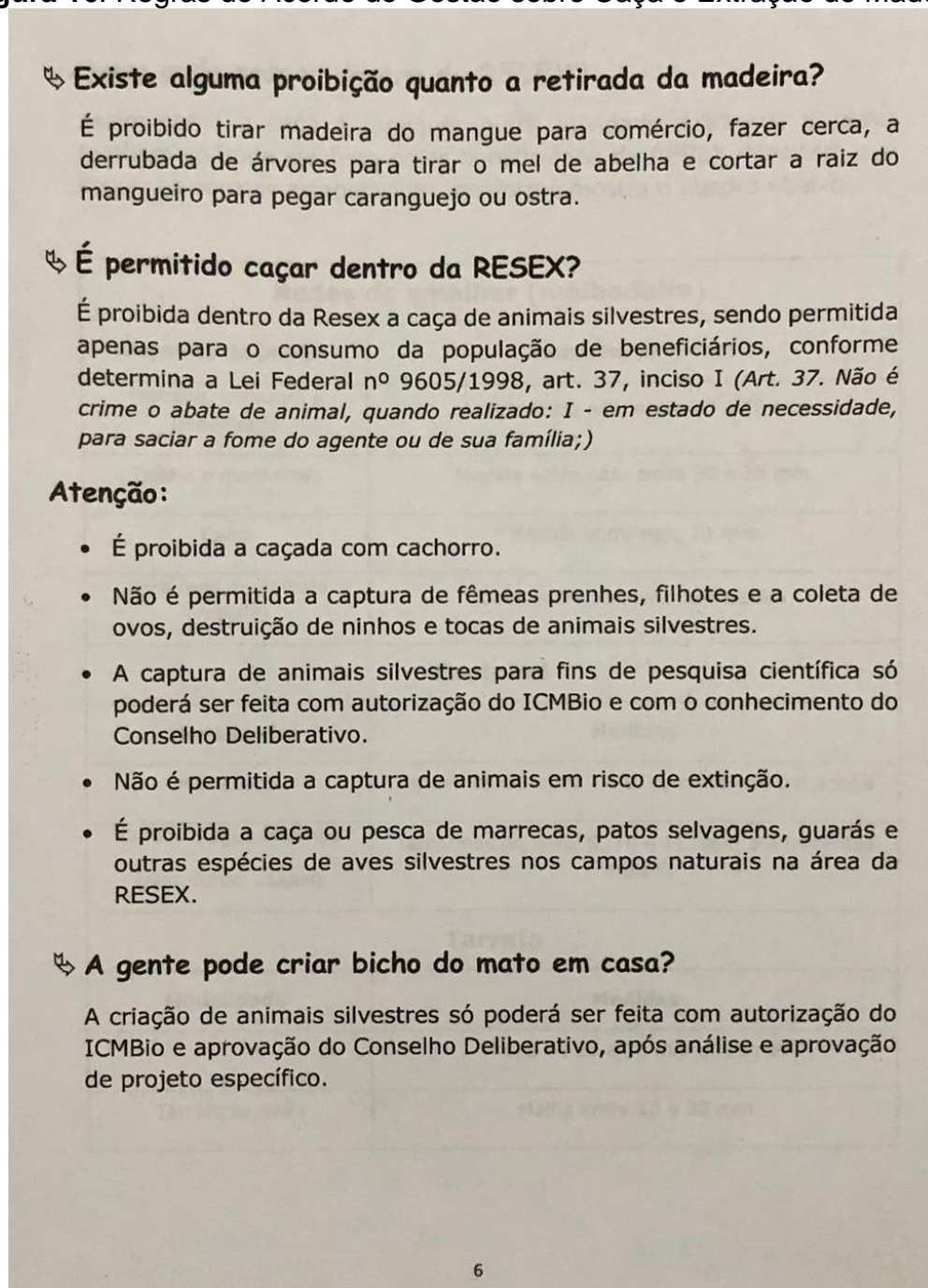
O poder exercido na RDS do Juma é de uma forma exógena, extrapola o local e o nacional, se encaixa dentro de uma “Ordem Ambiental Global”, onde o estado (SDS) e FAZ acabam se tornando “meios” para a consolidação de um projeto maior, que, dentro da estrutura posta, não permite que o poder possa ser exercido de forma endógena por sujeitos empoderados, capazes de direcionar os rumos de suas vidas, exercendo autonomia que lhes permitirá sair da tutela que até então lhes está sendo imposta (SOUZA, 2015, p. 79).

Os eventos, comitativas e encontros internacionais sobre mudanças climáticas no planeta, preciosa para que haja articulações nacionais, regionais e locais para a preservação do planeta e a Amazônia se tornou o principal palco de discussão sobre o desenvolvimento sustentável para garantir a manutenção da biodiversidade. Essa ordem internacional fomenta as políticas ambientais para o ordenamento do território a partir de regras, que significam a inserção de modos de vida tradicionais de povos e comunidades tradicionais em regras exógenas comumente, o que provocam níveis de desterritorialização da população usuária em prol da sustentabilidade (SOUZA,

2015). Na RESEX-MAR de Tracuateua foi criado um acordo de gestão entre a associação local e a população usuária da Resex, pois o plano de manejo não fora homologado.

O Acordo de Gestão (AG) segundo a IN 29 de 2012 do ICMBio é o documento que contém a regulamentação do uso dos recursos naturais e da ocupação do solo em UC utilizadas por povos tradicionais, sendo as regras contidas neste documento validas para qualquer pessoa que esteja dentro dos limites das UC de desenvolvimento sustentável (RODRIGUES, 2017, p. 45).

Um plano de gestão/manejo ou um acordo de gestão são regras que se erguem como ferramentas obrigatórias para a implementação de Áreas Protegidas, ainda que existam um ande número dessas áreas no Brasil sem essas regras de uso, dificultando a implementação da política ambiental. As Unidades de Conservação possuem conselhos deliberativos na categoria de uso sustentável, que significa o conselho que impõe poderes de decisões sobre questões que envolve uma categoria de Unidade de Conservação, implementando, por exemplo, as regras de uso. Ao contrário do plano de gestão, os acordos são documentos mais simples que buscam mitigar os impactos das ações humanas sobre o meio ambiente e/ou Unidade de Paisagem (SOUZA, 2015). Na REMT o acordo elenca algumas regras de uso, como demonstram as imagens a seguir (figuras 16; 17; 18)

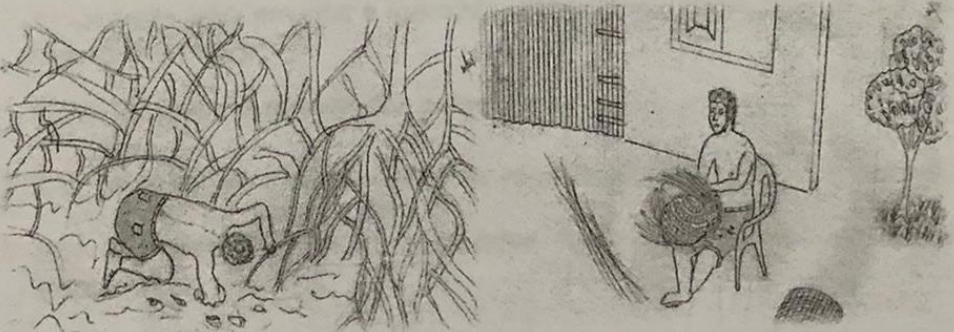
Figura 16: Regras do Acordo de Gestão sobre Caça e Extração de Madeira.

Fonte: Acervo Documental da AREMAT (2017, p. 6).

Figura 17: Regras do Acordo de Gestão sobre Curral e a Coleta de Caranguejo.

Curral
1. Cada curraleiro cadastrado na AUREMAT só poderá possuir um curral;
2. O curral deve ser sinalizado para evitar acidentes com embarcações;
3. O comprimento da espia do curral deve ser no máximo de 150 metros;
4. O período máximo que o curral pode ficar sem ser usado é de 01 ano, quando o local deverá ser limpo, caso não for mais ser utilizado;
5. Fica proibido instalar curral no meio do rio, furos, cabeceiras e canais
6. Proibida a venda do local onde está o curral

Coleta de Caranguejo
É permitida a captura de caranguejo através do braço e do gancho
O tamanho mínimo a carapaça do caranguejo deve ser de 07 centímetros, conforme determina lei estadual
Não é permitida utilizar gancho no período da muda do caranguejo
O uso do gancho, também não é permitido no mangue da Comunidade Mimim
Não é permitido tapar buraco nem utilizar laço e rede para capturar caranguejo.
É proibido o transporte de caranguejo utilizando o cofo feito de palha



The illustration consists of two parts. On the left, a person is shown in a mangrove environment, using a long-handled hook to catch crabs. On the right, a person is sitting on a chair, holding a large basket filled with crabs. A small tree is visible in the background of the second scene.

Figura 18: Regras do Acordo de Gestão sobre a Captura do Camarão e Modalidades de Pesca.

Para captura de camarão	
Permitido o uso de:	Proibido o uso de:
Puçá com malha de 12 a 18 mm	Rede mangote
Rede camaroeira com malha de 18 mm	
Tarrafa com malha de 18 mm	

↳ **Quais as modalidades de pesca que proibidas na Resex?**

- ✓ De mergulho (lente, fisga, arpão);
- ✓ Bateção de água com holofote de bateria;
- ✓ Uso de explosivos;
- ✓ Rede apoitada;
- ✓ Muzuá;
- ✓ Fuzarca;
- ✓ Zangaria.

Atenção:

1. O uso de tapagem de igarapés fica proibida nas seguintes situações:
 - a) Quando da utilização de substâncias tóxicas naturais ou químicas para matar os peixes;
 - b) Quando feita em rios e igarapés onde ocorre navegação de barcos movidos a motor;
 - c) No período de desova dos peixes.
2. É proibida a pesca nos períodos de reprodução dos peixes (piracema);
3. Não é permitido colocar malhadeira fechando as bocas de rios e igarapés.

A partir das figuras expostas, podemos perceber algumas regras de uso impostas pelo acordo de gestão realizado e implementado pela Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (AUREMAT) que atua como conselho deliberativo já que, por parte do ICMBio não há representatividade ativa, muito menos pelo Incra. Esse acordo então estabelece regras de uso que, em sua essência, busca transformar as relações de uso em detrimento de formas predatória de exploração de recursos naturais. Há de se considerar que esses documentos que apresentam regras de uso alteram os usos e as territorialidades, o que causa certo estranhamento em determinadas comunidades tradicionais. Souza (2015) elenca que em relação a RDS do Juma, o plano de gestão significou uma reorganização do território que significa desterritorialização de povos e comunidades tradicionais por um documento de origem exógena.

Acreditamos que o território na RDS do Juma está passando por um processo de / (re) organização, a partir da aprovação do plano de gestão, em março de 2010, pois, mais que uma questão técnica, o plano tem implicância diretas com o ordenamento e uso do território, o que significa uma desterritorialização, para construção de uma nova territorialização, pois, para as famílias na RDS do Juma, o território é entendido no sentido de pertencimento e identidade; no entanto no Plano de Gestão, como eles mesmos afirmaram, veio para “normalizar” seus modos de vida (SOUZA, 2015, p 82).

Essa reorganização sem uma participação ativa da população usuária a partir da implementação de planos de gestão ou acordos de gestão provocam divergências internas e externas, ou seja, conflitos na área afetada pela política ambiental como elencam (RESENDE; FARIA, 2015).

Os Planos de Gestão são documentos técnicos que auxiliam na gestão do território, mas há vários problemas decorrentes de sua implementação e aplicação. A carência de um relacionamento mais próximo com os sujeitos sociais envolvidos é a principal causa dos conflitos territoriais nas UCs no Amazonas. Isso resulta da política de transplantação de modelos territoriais exógenas, em detrimento de uma política mais endógena e participante (RESENDE; FARIA, 2015, p. 160-170).

No que se refere a REMT o acordo de gestão, como já destacamos, não é seguido pela população usuária, embora ele seja implementado pela AUREMAT. Dessa forma, os distintos usos predatórios do meio ambiente como a criação de búfalos, pesca das marrecas, criação de cavalos e a criação de bovinos, infringem as regras de uso e provocam conflitos socioambientais entre as populações tradicionais

da comunidade da Chapada. Dessa forma, fica nítido como o acordo de gestão que objetiva implementar o desenvolvimento sustentável, acaba sendo também um acordo de conflitos, devido as mudanças estabelecidas e estranhamentos por parte dos povos tradicionais, como também o não seguimento das regras como na comunidade da Chapada, fomentam conflitos socioambientais a partir dos impactos constantes na paisagem de campos alagados, causando divergências entre a população usuária, pois os impactos comprometem o controle dos recursos naturais e a qualidade de vida local.

4.4 O Papel da AUREMAT Frente aos Conflitos na RESEX-MAR de Tracuateua

A Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (AUREMAT) é o órgão institucional responsável em regular o uso do bem como na Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua – REMT, é a entidade representativa da população usuária que cuja função é representar e cuidar dos interesses dos usuários, visando sempre a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental do território da RESEX-MAR de Tracuateua. Na figura (19) abaixo, percebe-se o prédio da AUREMAT.

Figura 19: Prédio da AUREMAT na Comunidade da Chapada em 2020.



Fonte: Trabalho de Campo, 2020.

O trabalho realizado pela associação é sempre buscando a conscientização dos usuários sobre a preservação do meio ambiente; lutar por políticas públicas que auxiliem na geração de renda para as famílias, buscando identificar potenciais produtivos. Não podemos esquecer da prestação de auxílios referentes às demandas (RODRIGUES, 2017).

O trabalho da associação para a conscientização e preservação ambiental, hoje, é realizado por meio das sensibilizações nas escolas e comunidades. Devido à resistência dos adultos ao comparecimento nas atividades deste cunho, as sensibilizações são geralmente voltadas para as crianças, estas assumem mais facilmente a tarefa de preservar o ambiente e repassar os conhecimentos adquiridos aos adultos (RODRIGUES, 2017, p.78).

O processo de sensibilização da população usuária diante dos danos ambientais a partir dos usos dos recursos naturais são projetadas de modo a abordar de forma integrada os problemas ambientais encontrados nas comunidades tradicionais no interior e no entorno da Resex, como a comunidade da Chapada, por meio de um diagnóstico rápido participativo, embora este somente tenha acontecido em 2014. Os principais problemas ambientais percebidos segundo o estudo de Rodrigues (2017) são a poluição da água, o lixo, o desmatamento e retirada de madeira do mangue, às queimadas, à caça de animais e aves silvestres, e à pesca predatória. Em nossos trabalhos de campo percebemos que os usos do território a partir da criação de cavalos, búfalos e bovinos, impactam significativamente o meio ambiente.

Outra forma de atuação da associação se dá por meio de visitas a residências de usuários e reuniões de cunho informativo, estas geralmente ocorrem na sede da AUREMAT ou nas comunidades “polos”. Através destas ações, as informações são repassadas aos usuários, com a ajuda dos representantes de polos e comunidades (Quadro 8). As divergências entre as práticas dos usuários também são abordadas e debatidas durante as reuniões, no entanto, em alguns casos, devido a necessidades alimentares e de complementação de renda, as práticas são continuadas (RODRIGUES, 2017, p.78).

Em entrevistas com moradores da comunidade da Chapada, tivemos a informação que há pouco diálogo entre a AUREMAT e os agentes do ICMbio, já que estes se mantêm bastantes onipresentes em relação as questões centrais do modo de vida na REMT. Dessa forma, a AUREMAT atua de forma um tanto autônoma nas tomadas de decisão sobre a Resex e o uso comum do território, já que os agentes do ICMbio aparecem, bem inexpressivamente, somente para fiscalizar o período defeso

da reprodução dos caranguejos. Isso significa que a AUREMAT se vê solitária quando se trata de enfrentar questões referentes aos conflitos socioambientais a partir de diversos usos da paisagem. Haja vista que a maioria dos usuários da Resex de Tracuateua incrementam sobre a paisagem usos considerados predatórios, não respeitando as regras de uso sustentável nem mesmo as leis ambientais. Eles se respaldam na não homologação do Plano de Gestão/Manejo que torna esses usos facilitados, pois não existe tutela jurídica para impedir, principalmente quando se trata dos usuários do entorno da REMT, como a comunidade da Chapada (RODRIGUES, 2017).

A Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Tracuateua (Auremat), possui condições de gerir o uso dos recursos naturais da Unidade de Conservação (UC). No entanto, a atuação da organização diante os conflitos sociais relacionados ao uso dos recursos naturais, observados nas áreas sob a influência da Reserva Extrativista (Resex) não ocorre efetivamente, segundo informantes, devido à inexistência do Plano de Manejo (PM) (RODRIGUES, 2017, p. 85).

A ineficiência de Plano de Gestão/Manejo não homologado é o que justifica os constates usos predatórios do meio ambiente pela população usuária, já que as regras oficiais de uso não se fazem legitimadas que então os residentes se sintam enquadrados pelo documento. Isso dificulta a ação da AUREMAT em solucionar conflitos socioambientais, já que a poluição ambiental é o fator que justifica conflitos de usos entre usuários, pois, um meio ambiente impactado não fornece serviços ecossistêmicos de qualidade, e sim em situações de colapso, o que interfere no controle dos recursos naturais. Dessa forma, a população usuária se diverge e se conflita diante dos impactos que não são solucionados pela AUREMAT. A ineficiência do plano de manejo, a falta de comunicação entre dirigentes, líderes comunitários, agentes ambientais, representantes de polos da Resex se traduzem como fatores que limitam a AUREMAT em solucionar os conflitos socioambientais, o que significa afirmar que esses conflitos estão longe de ter um fim, embora estejam acontecendo em Área Protegida marinha. Se entre as comunidades no interior da REMT já é uma situação bem complicada, nas comunidades do entorno, como a comunidade da Chapada, os problemas e conflitos tornam-se ainda maiores, sem que a AUREMAT de fato exerça alguma ação para mitigação (RODRIGUES, 2017).

CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa teve como foco compreender a partir da análise das relações sociedade-natureza, os conflitos socioambientais presentes na Unidade de Paisagem de campos alagados, respectivamente na comunidade da Chapada, na Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua-PA. Nossa análise se fundamentou na concepção teórica sistêmica, no que diz respeito a natureza e seu sistema funcional entre partes que formam um todo. Para Capra (1999) trata-se de uma nova forma de análise, uma nova frente científica da mudança de paradigma de uma visão de mundo mecanicista para uma visão de mundo ecológica. Trata-se do pensamento sistêmico, entendo o intercâmbio das partes que formam os sistemas vivos como redes interligadas, que interagem com as comunidades humanas, formando assim paisagens humanizadas, transformadas pelo homem. É a partir desse intercâmbio, que o autor relata que as agressões no meio ambiente acontecem e que carecem de atenção. Assim entendemos que, as ações humanas se conectam com os sistemas vivos, como elementos externos aos sistemas vivos que acabam se interligando (CAPRA, 1999).

O geossistema é uma teoria geográfica para análise de paisagem local, a paisagem formada pelos aspectos naturais e humanos como um todo em movimento. A teoria geossistêmica se constituiu da análise sistêmica, sendo um sistema natural formado por potenciais ecológicos: solos, relevos, climas, hidrografias; explorações biológicas: vegetações diversas, e os animais em diversas espécies; juntando-se com as ações antrópicas: edificações, alterações no meio biofísico. O geossistema foi um conceito criado para que a ciência geográfica pudesse compreender os aspectos da natureza em intercâmbio com a sociedade, já que a natureza não é isolada das relações sociais, já que a natureza não é intocada. O geossistema surge em contraponto ao conceito de ecossistema, que compreende os aspectos naturais de um local isolados das ações humanas. Todavia, esse conceito ainda não comportava as relações territoriais que se instauram sobre as paisagens – os geossistemas. Foi então que a metodologia G.T.P foi elaborada para tornar-se um tanto humanizada a teoria sistêmica do geossistema, para o entendimento de que as relações de poder sobre a paisagens, causam-lhe transformações severas, e criam distintas paisagens humanizadas de acordo com as culturais locais dos grupos sociais.

O G.T.P foi uma forma de aproximar mais a geografia física da geografia humana, assim entendendo que as ações humanas de gestão/controle do espaço

fazem parte do todo, da construção das paisagens. A partir das ações humanas, criam-se cenários de desequilíbrio ambiental sobre a paisagem, níveis severos de transformações que comprometem a funcionalidade da natureza, dos serviços ecossistêmicos. É exatamente o que acontece no interior e na área externa a REMT, usos das Unidades de Paisagens geossistêmicas a partir de relações territoriais de poder, que resultam em impactos e conseqüentemente conflitos socioambientais entre a população usuária. Capra (1999) destaca que os níveis dos sistemas vivos são: organismos, sistemas sociais e ecossistemas. Esse conjunto sistêmico é entendido na geografia como o G.T.P, que é o intercâmbio entre sistemas sociais e potenciais orgânicos e ecossistêmicos em constante movimento. Na REMT, especificamente na comunidade da Chapada, constituem-se essas relações sistêmicas, compreendidas pelo G.T.P. Nessa dissertação objetivamos compreender os usos antrópicos na Unidade de Paisagem de campos alagados, aqui entendida como um geossistema. Nessa paisagem instauram-se diversos usos socioeconômicos que são a tradução das relações de poder sobre a paisagem, usos como: atividades agrícolas de maniva, tabaco; pecuária extensiva de gado e búfalos, bem como uma criação descontrolada de cavalos. Ainda há a caça ilegal de marrecas, chamada de pesca das marrecas, uma atividade proibida pelo acordo de gestão da REMT.

Dessa forma, percebemos que as relações de usos territoriais criam paisagens culturalmente modificadas, sendo que esses usos culturais agregam impactos severos na paisagem que afetam a funcionalidade ambiental e comprometem também a qualidade de vida humana. Assim criam-se diversas divergências sociais a partir dos impactos que são: pisoteamento do solo, contaminação dos lagos campestres a partir da eliminação de fezes oriundos da pecuária extensiva, a criação descontrolada de cavalos, a ameaça de diminuição da espécie de aves marrecas, práticas de pesca predatórias, são usos que causam divergências entre a população usuária da REMT, respectivamente se tratando da comunidade da Chapada, que se localiza no entorno da REMT. Assim, criam-se conflitos socioambientais a partir do intercâmbio entre sistemas sociais e sistemas ecológicos, o que compromete a funcionalidade da política ambiental na categoria Resex, o acordo de gestão continuamente ignorado se ergue como um acordo de propagação de conflitos e a AUREMAT, a associação local, fica impedida de atuar frente aos conflitos devido não haver homologação de um plano de manejo para a REMT e a omissão do ICMbio, perpetuando então os impactos e os conflitos socioambientais.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, M. H. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** 18: 39-59, 2008.

ALONSO, A.; V. COSTA. 2002. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. *In*: ALIMMONDA. H. (Org.). **Ecologia política: natureza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. Disponível: [http:// bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100930023420/7alonso.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100930023420/7alonso.pdf). Acesso em: 16 out. 2020.

AUREMAT. Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua. **Acordo de Gestão**. Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua. Agosto, 2017.

AVIZ, Fernanda Regina Silva de et al. Análise ambiental dos campos naturais de Tracuateua Pa: as territorialidades produtivas e seus possíveis impactos. **IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**, Salvador/BA, 2013.

BASTOS. A, C, S.; FREITAS. A, C. Agentes e processos de interferência, degradação e dano ambiental. *In*: CUNHA. S, B.; GUERRA. A, J, T. (Org.). **Avaliação e perícia ambiental**. – 5 ed. – Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2004. p. 17-75.

BENATTI, José Heder. Unidades de Conservação e as populações tradicionais-uma análise jurídica da realidade brasileira. **Novos cadernos NAEA**, v. 2, n. 2, 2009.

BECKER. B, K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?. **Parcerias estratégicas** – número 12 – Setembro de 2001.

_____. Geopolítica da Amazônia. **Conferência do mês do instituto de estudos avançados da USP** proferida pela autora em 27 de abril de 2004. *Estudos avançados* 19 (53), 2005.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BERTRAND, G. **Paisagem e Geografia Global. Esboço Metodológico**. São Paulo, Universidade de São Paulo, instituto de Geografia, Cadernos de Ciências da Terra, 1971.

BERTRAND, Georges. **Uma Geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Tradutor: Messias Modesto dos Passos. Maringá: Massoni, 2007.

BERTRAND. G. **Paisagem e geografia física global**. esboço metodológico. Tradução: Olga Cruz. R. RAÍE GA, Curitiba, Editora UFPR, n. 8, p. 141-152, 2004.

BRANCO, S. M. **Ecossistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente**. São Paulo: Edgard Blücher, 1989. 143p.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988a.

BRASIL. **Política Nacional de Meio Ambiente**, lei Federal 6.938/81, 1981.

BRASIL. Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, **incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Disponível em: Acesso em: outubro 2020.

BRASIL. Lei Federal Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm. Acesso em outubro de 2020

BRASIL. Decreto nº 6.040 de 07 de Fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e comunidades tradicionais**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10840334/artigo-3-do-decreto-n-6040-de-07-de-fevereiro-de-2007>. Acesso em 20 de set. de 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais dos sertões roseanos. Montes Claros: 2010 (Relatório de Pesquisa).

BRITO, D. M. Conflitos em unidades de conservação, PRACS. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Amapá, n.1, p. 1-12, dez. 2008. Disponível em . Acesso em 30 abr. 2012.

BRITO. M. C. W. **Unidades de Conservação- intenções e resultados** 2 ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

BRASIL. Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 16 julho, 2020

BUCKLES, D.; RUSNAK, G. Conflicto y colaboración en el manejo de los recursos naturales. In: BUCKLES, D. (ed.). **Cultivar la paz: conflicto y colaboración en el manejo de los recursos naturales**. Ottawa: IDRC, 2000.

CAÑAS. A, R, P, A. Conflitos silenciosos: formas de apropriação e uso do território pela pesca amadora no lago de Balbina, Presidente Figueiredo-AM. In: FARIA. I, F. (Org.). **Geopolítica ambiental: a produção do território no Estado do Amazonas**. 1 Ed. São Paulo: Annablume, 2015

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Trad. Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1999.

CARVALHO, I.; SCOTTO, G. **Conflitos socioambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ibase, 1995.

CARVALHO, D. A. **“Na curva do rio” onde o pirarucu e a cidade se mesclam: um estudo sobre o papel da cidade de Fonte Boa na rede urbana da calha do rio Solimões/AM.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas/UFAM, Manaus, 2010.

_____. Na curva do rio: o manejo sustentável do pirarucu re-estruturando a rede urbana no rio Solimões. *In*: SCHOR, T. (Org.). **Dinâmica urbana na Amazônia brasileira.** Volume 1. Manaus: Editora Valer, 2014.

CASTRO, F; MCGRATH, D. **O manejo comunitário de lagos na Amazônia.** Parcerias estratégicas – número 12 – Setembro de 2001.

CHRISTOFOLETTI, **Análise de Sistemas em Geografia.** São Paulo: Hucitec-Edusp, 1979. p.106.

COELHO, M.C.N. **Impactos ambientais em áreas urbanas – Teorias, Conceitos e Métodos de Pesquisa.** *In*: GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B.C. (Org.). Impactos ambientais urbanos no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

COELHO, A. A. Terceirização e gestão das unidades de conservação estaduais do Amazonas. *In*: FARIA, I, F. (Org.). **Geopolítica ambiental: a produção do território no Estado do Amazonas.** 1 Ed. São Paulo: Annablume, 2015.

COSTA, J. N. **As novas regras do jogo para o acesso aos recursos naturais da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, no Pará.** Tese de Doutorado, Programa De Pós-graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2014.

CUNHA, C. C. **As reservas extrativistas e o Estado brasileiro: análise das políticas públicas da década de 1990.** Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) –, Programa de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

DAVID, C. de; WIZNIEWSKY, C. R. F. **Agricultura e transformações socioespaciais: olhares geográficos e a pesquisa de campo.** Porto Alegre: 2015.

DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico.** 2 ed. Ver. São Paulo: Max Limonad, 2001.

DIAS, J.; SANTOS, L. **A paisagem e o geossistema como possibilidade de leitura da expressão do espaço sócio-ambiental rural.** Confins, número 1, 2º semestre, 2007.

FARIA, I, F. Geopolítica Ambiental: Reflexões sobre Gestão do Território e Políticas Ambientais do Estado do Amazonas. *In*: FARIA, I, F. (Org.). **Geopolítica ambiental: a produção do território no Estado do Amazonas.** 1 Ed. São Paulo: Annablume, 2015.

FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará. **Anuário estatístico do Pará: Unidades de Conservação do Estado do Pará – 2016.** Disponível:

https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2018/tabelas/meioambiente/tab_4.6_unidades_de_conservacao_do_estado_do_para_2016.htm. Acesso em Maio de 2022.

FERREIRA, L. C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de área protegidas no Vale do Ribeira-SP. *In: Ambiente e Sociedade*. Campinas, v. VII, n.1, p. 47-66, jan/jun. 2002.

FERREIRA, W, M. **Diagnóstico ambiental da reserva extrativista marinha de São João da Ponta**: subsídios para o planejamento ambiental. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFPA, Belém-PA, 2013.

FREITAS, J. S.; JÚNIOR, M. B. G. C.; CHENG, L.C. O Soft Systems Thinking e a Soft Systems Methodology. *In: Congresso brasileiro de sistemas*, 4. ed., Franca-SP. Anais... Franca: Centro Universitário de Franca, 2008.

FRAGOSO, Edjane & NASCIMENTO, E. C. Maria. **A educação ambiental no ensino e na prática escolar da Escola Estadual Cândido Mariano – Aquidauana/MS. Ambiente & educação**. Revista de Educação Ambiental Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Vol. 23, n. 1, 2018.

GOMES, Cássia Rafaela da Silva e PERES, Ariadne da Costa. Tecendo diálogos e construindo gestão participativa em uma comunidade agropesqueira da reserva extrativista marinha Tracuateua, Tracuateua-Pa. **Encontro da rede de estudos rurais: desenvolvimento, ruralidades e ambientalização**: paradigmas e atores em conflitos 2011. Disponível em www.redesrurais.org.br. Acesso em: 15 janeiro de 2020.

GONÇALVES, C, W. **Amazônia**: Amazônias. 3. Ed. – São Paulo : Contexto, 2010.

GOMES, M, P. **Os índios e o Brasil: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência**. 2. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1991.

GUSMÁN, E, S. MOLINA, M, G. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato**. – 2. ed. – São Paulo : Expressão Popular, 2013.

GOMES, C. V. A.; VADJUNEC, J. M.; PEREZ, S. G. Rubber tapper identities: Political-economic dynamics, livelihood shifts, and environmental implications. *In: a changing Amazon. Geoforum* 43: 260-271, 2012.

GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. S. **Geomorfologia Ambiental**. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2006.

INCRA (Brasil). **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Edição especial para o Fórum Social Mundial 2005. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2018.

JUNK, W, J. **Áreas inundáveis – um desafio para a limnologia**. ACTA AMAZONICA 10(4) : 775-795. 1980.

LITTLE. P. Conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. *In*: BARTHOLO JUNIOR, R. S.; BURSZTYN, M. **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LIMA. M, V, C.; BORDALO. C, A, L.; PIMENTEL. M, A, S. Unidade de paisagem de uso tradicional como base de planejamento para Reserva Extrativista Marinha. *In*: **Simpósio Brasileiro de Geografia física aplicada**. Anais Viçosa: UFV, 2009. 6p. resumo expandido

LUDWIG. A, C, W. **Fundamentos e prática de metodologia científica**. 3 ed. – Patrópolis, RJ:Vozes, 2015.

MONTAG. L, F, A. Ictiofauna de campos alagados da Ilha do Marajó, Estado do Pará, Brasil. **Biota Neotrop.**, vol. 9, no. 3, 2009.

MARCONI. M, A. LAKATOS. E, M. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MOURA. A. M. M. **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. – Brasília: Ipea, 2016.

NAHUM. J, S. Região, discurso e representação: a Amazônia nos Planos de Desenvolvimento. **Bol. Geogr.**, Maringá, v 29, n. 2, p. 17-31, 2011.

NEVES. C, E.; MACHADO. G.; CAMARGO. K, C. **Subsídio do sistema GTP (Geossistema- Território-Paisagem) na percepção de riscos ambientais: esboço metodológico**. Geografia (Londrina) v. 26. nº 1, p. 76 – 91, jan/jun, 2017.

NETO, Roberto Marques, A abordagem sistêmica e os estudos geomorfológicos: algumas interpretações e possibilidades de aplicação. **Geografia- Universidade Estadual de Londrina** - v. 17, n. 2, jul./dez. 2008.

OAKERSON, R. J. Analyzing the commons. A framework. *In*: BROMLEY, D. A. *et al.* **Making the commons work: theory, practice and policy**. San Francisco: ICS Press. 1992.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Teoria de Sistemas**. *In*: OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Teoria geral da administração: uma abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, M. A.T.; HERRMANN, M.L.P. Ocupação do solo e riscos ambientais na área conurbada de Florianópolis. *In*: GUERRA, A.T.; CUNHA, S.B.C. (Org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2009.

OLIVEIRA JÚNIOR. R. C. et al. **Zoneamento agroecológico do município de Tracuateua, Estado do Pará**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1999. 45p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 15.

PISSINATI, M. C.; ARCHELA, R. S. Geossistema, Território e Paisagem: Método de Estudo da Paisagem Rural sob a Ótica Bertrandiana. **Geografia**, Londrina, v. 18, n. 1,

jan./jun. 2009, p. 5-31. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>.

PICANÇO. M, S, M. **Formas de relevo e dinâmica costeira em São Caetano de Odivelas (PA)**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFPA, Belém-PA, 2013.

RODRIGUES. J, M, M. (Org.). **Geocologia das Paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental**. 5. Ed. - Fortaleza: Edições UFC, 2017.

RODRIGUES, E.; PAULA, A. C. de; ARAÚJO, C. M. (Org.). **Plano de Manejo de Uso Múltiplo das Reservas Extrativistas Federais**. Brasília, DF: IBAMA, 2004.

RODRIGUES. M, R. **A atuação da associação dos usuários da reserva extrativista marinha de Tracuateua (PA) diante de conflitos sociais relacionados ao uso dos recursos naturais**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, UFPA, Belém-PA, 2017.

ROSOLÉM. N, P. Geossistema, território e paisagem como método de análise geográfica. **VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física**, II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física, Universidade de Coimbra, Maio de 2010.

SAMAIN, E. “Ver” e “dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre, v.1, n.2, p. 23-60, jul./set. 1995.

SOTCHAVA, V. B. **O estudo de geossistemas**. Instituto de Geografia. USP, São Paulo: Ed. Lunar, 1977.

SANTOS JUNIOR, O. A.; AZEVEDO, S.; RIBEIRO, L. C. Q. Democracia e gestão local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. *In*: SANTOS JUNIOR, O. A.; AZEVEDO, S.; RIBEIRO, L. C. Q. **Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 11-56.

SANTOS. Â, M. Unidades de conservação no contexto da complexidade ambiental: uma análise geográfica. *In*: SANTOS. E, C. (Org.). **Geografia e educação ambiental: reflexões epistemológicas**. – Manaus: Editora da UFAM, 2009.

SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Projetos de desenvolvimento e a criação de reservas extrativistas: estratégias de grupos sociais locais no Acre e no Maranhão. *In*: ESTERCI, Neide; SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino (org.). **Territórios Socioambientais em construção na Amazônia Brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014. p. 105-136.

SAQUET. M, A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. – 2. Ed. – Rio de Janeiro : Consequência, 2015.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; PRADO, Edy Silva de Azevedo Carvalho. Ação coletiva com fins econômicos: reflexões teóricas a partir de dois estudos de caso

no espaço rural. In: **SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO**, 7., Fortaleza. Anais... Fortaleza: SBSP, 2007. CD

SOUSA, D. G. *et al.* Estrutura populacional e reprodução do Anujá, *Trachelyopterus galeatus* (Linnaeus, 1766), em uma área de uso sustentável da Zona Costeira Amazônica. **Biota Amazônia** ISSN 2179-5746. DOI: <http://dx.doi.org/10.18561/2179-5746/biotaamazonia.v6n2px-x>. Macapá, 2016.

SOUSA. R, S, G. **Memórias da devoção a São Benedito em Bragança-PA**: o rito das Esmolações na Comunidade da Chapada, Tracuateua-PA. Trabalho de Conclusão de Curso (História), Orientador: Prof.º Dr. Tony Leão, Centro de Ciências Sociais e Educação, UEPA: Belém-PA, 2019.

SOUZA. L, C, B. Desterritorialização da vida na RDS do Juma-AM. In: FARIA. I, F. (Org.). **Geopolítica ambiental**: a produção do território no Estado do Amazonas. 1 Ed. São Paulo: Annablume, 2015.

SOUSA. R, B. MACEDO, C, O. **Comunidades camponesas no nordeste paraense: o caso de São Judas e Cravo**. Revista Geografia (Londrina), v. 20, n. 2, p. 115-128, maio/ago. 2011

SNUC - **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**; Lei 9.985 de 18 de julho de 2000; Ministério do Meio Ambiente.

SOUZA. R, J. **O sistema GTP (Geossistema-Território-Paisagem) como novo projeto geográfico para a análise da interface sociedade-natureza**. *Revista Formação*, n.16, volume 2 – p.89-106, [S/D].**temporalidades**. Org.: Messias Modesto dos Passos. Maringá: Ed. Massoni, 2007 **Territoires et Temporalités**. Paris : Éditions Arguments, 2002.

SILVA. Marcos Virgílio da, **Ecologia, cibernética e o “paradigma sistêmico” no planejamento: notas para crítica de um modelo, suas implicações e limitações**. XVI ENANPUR, Belo Horizonte, 2015.

SILVA, Antonio Waldimir Leopoldo da Silva. FILHO, Gilberto Montibeller. **Compensação por serviços ambientais: um novo cenário na proteção e valorização dos recursos naturais**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 28, n. 3, p. 697-719, set./dez. 2011.

SOTCHAVA, V. B. **O estudo de geossistemas**. Instituto de Geografia. USP, São Paulo: Ed. Lunar, 1977.

TORRES, Mauricio. A despensa viva: um banco de germoplasma nos roçados da floresta **Geografia em Questão**, v. 4, n. 2, p. 113-138, 2011

TELES. G, C.; PIMENTEL. M, A, S. **Aplicação metodológica do modelo GTP (geossistema, território e paisagem) para estudos ambientais na reserva extrativista de São João da Ponta-PA**. XI Encontro Nacional da ANPEGE, de 9 a 12 de Outubro de 2015.

TRICART, J. Ecodinâmica. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1977.

VELASQUEZ, C. **Áreas Protegidas**. In: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Almanaque Brasil Socioambiental. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008. p.

VICENTE, Luiz Eduardo, FILHO Archimedes Perez, **Abordagem sistêmica e geografia**, Geografia Rio Claro, v. 28, n. 3, p. 323-344, set./dez. 2003.

VIVACQUA, M. **Conflitos socioambientais no litoral de Santa Catarina: o caso da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2005.

WILLIS, A. J., 1997. The ecosystem: an evolving concept viewed historically. Functional Ecology (11), Issue 11, pp. 268-271.

WITKOSKI, A, C. **Terra, floresta e água: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. – Manaus: EDUA, 2007.



Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Travessa Djalma Dutra s/n – Telégrafo
66113-200 – Belém-PA

